LUCIMARY DE HOLANDA PORTELA

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR EM RONDONÓPOLIS-MT

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CÁCERES/MT

2021

LUCIMARY DE HOLANDA PORTELA

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR EM RONDONÓPOLIS-MT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Professor Dr. Otávio Ribeiro Chaves

CÁCERES

2021

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

P843e

PORTELA, Lucimary de Holanda.
Ensino de História Local Através da Educação Patrimonial Escolar em Rondonópolis-MT / Lucimary de Holanda Portela – Cáceres, 2021.
135 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.
Orientador: Otávio Ribeiro Chaves

1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3. História Local. 4. Profhistória. I. Lucimary de Holanda Portela. II. Ensino de História Local Através da Educação Patrimonial Escolar em Rondonópolis-MT: .

CDU 94:37(817.2)

LUCIMARY DE HOLANDA PORTELA

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR EM RONDONÓPOLIS-MT

Defesa da Dissertação em 03 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. OTÁVIO RIBEIRO CHAVES
PROFHISTÓRIA - UNEMAT (Orientador)

_____

Prof. Dr. RICARDO TADEU CAIRES SILVA
Professor Adjunto – Universidade Federal do Paraná – UNESPAR (Avaliador Externo)

_____

Prof. Dr. JOÃO IVO PUHL
PROFHISTORIA - UNEMAT (Avaliador Interno)

_____

Prof.ª Dr.ª MARLI AUXILIADORA DE ALMEIDA
PROFHISTÓRIA - UNEMAT (Suplente).

APROVADA EM: 03/09/2021

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às 09 horas, ocorreu a Defesa de Dissertação de Mestrado de **LUCIMARY DE HOLANDA PORTELA** com a produção intitulada **ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR EM RONDONÓPOLIS-MT**. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via google meet. A Comissão Examinadora foi composta por **Prof. Dr. OTÁVIO RIBEIRO CHAVES**/PROFHISTÓRIA - UNEMAT (Orientador), **Prof. Dr. RICARDO TADEU CAIRES SILVA**/PROFHISTÓRIA, Professor Adjunto – Universidade Federal do Paraná – UNESPAR (examinador externo), **Prof. Dr. JOÃO IVO PUHL**/PROFHISTORIA – UNEMAT (examinador interno) e **Prof.ª Dr.ª MARLI AUXILIADORA DE ALMEIDA**/PROFHISTÓRIA - UNEMAT (Suplente). Concluída e exposição e a arguição do(a) candidato(a), a Comissão Examinadora considerou o candidato(a) **APROVADA**. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProfHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da defesa. A dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo(a) presidente da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. OTÁVIO RIBEIRO CHAVES/PROFHISTÓRIA - UNEMAT (Orientador/ (Presidente da Banca)

Prof. Dr. RICARDO TADEU CAIRES SILVA/PROFHISTÓRIA, Professor Adjunto – Universidade Federal do Paraná – UNESPAR (examinador externo) (Participação a distância)

Prof. Dr. JOÃO IVO PUHL/PROFHISTORIA (examinador interno/UNEMAT) (Participação a distância)

Prof.ª Dr.ª MARLI AUXILIADORA DE ALMEIDA/PROFHISTÓRIA – UNEMAT/(Suplente) (Participação a distância)

Aos meus pais, pelo amor, carinho e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta vitória.

Aos meus amados pais, que sempre demostraram apoio, amor, dedicação e carinho, tanto nas adversidades quanto nas calmarias.

Aos meus irmãos, pela compreensão nos momentos de ausência e por estarem comigo nessa caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves, pelo seu compromisso, dedicação e por todo empenho nessa trajetória, sempre orientando de forma tão pontual e paciente.

À Banca de Qualificação, que prontamente apresentou todas as sugestões e mudanças para a pesquisa.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/Unemat), que desde o início se colocaram à disposição de todos os mestrandos.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), por conceder a Licença Qualificação Profissional, para que fosse possível a pesquisa e consequentemente, a elaboração da Dissertação.

Aos colegas do curso, pelo companheirismo, pelas conversas, troca de experiências e materiais de pesquisa.

Aos professores e funcionários da escola que ajudaram e colaboraram com o andamento desse trabalho.

Aos amigos pelo incentivo, palavras de ânimo e amizade.

Tudo é museu numa cidade que não se conhece, ou que se conheceu uma vez no passado e à qual se retorna. Tudo pede o nosso olhar atento porque, embora sem dizeres, em tudo está escrito parte daquilo que queremos saber: que cidade é esta, que gente a habita, como é que passado e presente se tecem para constituir a vida que aqui se leva.

Colasanti (2012)

RESUMO

O presente trabalho analisa o ensino de História e a educação patrimonial como instrumentos de reflexão para preservação da história local, valorizando assim a identidade dos múltiplos lugares de memória, que foram escolhidos a partir da relação dos nossos educandos com a sua própria memória. Para tanto, foram utilizados elementos teóricos que pudessem dar suporte à metodologia da educação patrimonial, tida como instrumento contínuo na prática pedagógica e que contribuiu para que os estudantes valorizassem a cidade como local de vivência e como patrimônio cultural afetivo. Desenvolvida com alunos do 1º ano do Ensino Médio em uma escola pública estadual no munícipio de Rondonópolis-MT, a pesquisa resultou em um produto detalhado no capítulo final: um site didático que busca apresentar lugares de memória a partir dos olhares de nossos sujeitos históricos.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. História local. Cidade. Patrimônio. ProfHistória.

ABSTRACT

The present study analyses History teaching and Patrimonial Education as instruments of reflection for the preservation of local history, thus acknowledging the identities of multiple places of memory, which were chosen based on the relationship between our learners and their own memory. For such, theoretic elements that could support patrimonial education methodology (Seen as a continuous instrument in teaching that contributed in raising the students' appreciation and cherishing of their city as a place of life experience and cultural heritage) were used. The research was conducted on high school freshmen of a state school in the city of Rondonópolis-MT, and resulted in a didactic website (thoroughly detailed in the final chapter of this dissertation) that aims to present memory places through the perspective of four historic subjects.

Keywords: History teaching. Patrimonial Education. Local History. City. Patrimony. ProfHistória.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto aérea da cidade de Rondonópolis – MT (2020) 21
Figura 2 - Mapa do munícipio de Rondonópolis – MT 48
Figura 3- Avenida Marechal Rondon - anos de 1950 50
Figura 4 - Vista aérea da cidade: Rondonópolis (MT) - século XX 53
Figura 5 - Localização do Casario 58
Figura 6 - Casario da Avenida Marechal Rondon nas décadas de 1950, 1970 e 1990 59
Figura 7 - Vista aérea do Casario em 2020 61
Figura 8 - Objetos do Museu Rosa Bororo 66
Figura 9 - Sala no Museu Rosa Bororo 67
Figura 10 - Prédio onde está localizado o Museu Rosa Bororo 68
Figura 11 – Ipê Amarelo 70
Figura 12 - Mapa do entorno da escola 75
Figura 13 - Mapas do percurso escola-casa 80
Figura 14 - Travessia do rio Vermelho (balsa) 86
Figura 15 - Praça Brasil - séculos XX e XXI 89
Figura 16 - Praça dos Carreiros: carro de boi e vista aérea (2020) 91
Figura 17 - Quadra e frente da EEMOP (2020) 92
Figura 18 - Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EEMOP) 95
Figura 19 - Percurso: Visita ao Casario 115
Figura 20 - Mapa do percurso visita ao Casario 116
Figura 21 - Visita de campo Casario 117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A cidade de Rondonópolis faz parte de sua história de vida? 77
Gráfico 2 - Com que frequência você visita lugares considerados afetivos? 78
Gráfico 3 - Lugares considerados afetivos pelos alunos 79
Gráfico 4 - Lugares considerados afetivos pelos professores 79
Gráfico 5 - Lugares diversos 81
Gráfico 6 - Avenidas e ruas 82
Gráfico 7 - Praças e Bairros 82
Gráfico 8 - Igrejas 83
Gráfico 9 - Escolas 84
Gráfico 10 - Distribuição por idade e gênero 99
Gráfico 11 - Origem dos alunos 101
Gráfico 12 - Bairro dos alunos 102
Gráfico 13 - Quem construiu o Casario? 111
G**ráfico 14** - Como você vê o Casario? 111
Gráfico 15 - Para que o Casario foi criado? 112
Gráfico 16 - Qual a importância do Casario para a História da cidade? 112
Gráfico 17 - Patrimônio Cultural de Rondonópolis - MT 120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas metodológicas da ação educativa..... 105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal do Brasil

EEMOP - Escola Estadual Major Otávio Pitaluga

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MT - Mato Grosso

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP Projeto Político Pedagógico

PROFHISTÓRIA - Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
CAPÍTULO I **25**
HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL **25**
1.1 Políticas e Orientações Educacionais para o Ensino de História Local/Regional 25
1.2 A Memória e os diferentes olhares sobre o patrimônio cultural da cidade Rondonópolis-MT 32
1.3 Ensino de História e Educação Patrimonial 37
CAPÍTULO II **46**
LUGARES DE MEMÓRIA NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS-MT **46**
2.1 Formação histórica de Rondonópolis-MT 47
2.2 A cidade de Rondonópolis-MT e o tombamento de seu patrimônio cultural 53
2.2.1 Casario 58
2.2.2 Museu Rosa Bororo 64
2.2.3 Ipê Amarelo 70
2.3 Olhares afetivos sobre o patrimônio cultural da cidade de Rondonópolis-MT 72
2.3.1 Rio Vermelho 85
2.3.2 Praça Brasil – Coreto 87
2.3.3 Praça dos Carreiros 90
2.3.4 Escola Major Otávio Pitaluga (EEMOP) 92
CAPÍTULO III **97**
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COLOCADA EM PRÁTICA NA SALA DE AULA **97**
3.1 Identificando os alunos em seu espaço escolar 97
3.2 Discussões acerca das Metodologias utilizadas que resultaram na Produção das Oficinas e no Produto Pedagógico: A Educação Patrimonial e o Estudo do Meio 104
3.2.1 Análise das atividades realizadas na Oficina 108
3.2.1.2 Introdução 108
3.2.1.3 Etapa Prévia - Casario 109
3.2.1.4 Uma experiência didático-pedagógica 113
3.2.1.5 Avaliação 118
3.3 Produto Pedagógico 121
CONSIDERAÇÕES FINAIS **124**
REFERÊNCIAS **126**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco o ensino de História, a educação patrimonial e os lugares de memória na cidade de Rondonópolis-MT[1], considerados marcos que delimitam a pesquisa. Ao ensinar História entende-se que estamos inseridos em uma perspectiva coletiva e permeada de uma temporalidade e espacialidade que resultará em um contexto em que poderá afetar a individualidade de cada sujeito.

A partir dessa reflexão, de como cada um está ou não inserido, é que temos de pensar nas escolhas que fazemos e, nesse caso, considerando minha prática pedagógica adquirida ao longo dos anos de minha trajetória profissional como docente de História na Educação Básica no estado de Mato Grosso, é que se justifica a escolha deste objeto de pesquisa.

Em 1992, comecei o curso de licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Apesar de exercer o magistério muito antes de 2000, foi nesse ano que, já concursada, dei ênfase ao meu trabalho como professora de História com turmas do Ensino Fundamental (6º ao 9ºano) em uma escola estadual na cidade de Cuiabá-MT.

São vinte e dois anos lecionando, desde turmas de Ensino Fundamental até o Ensino Médio, em estabelecimentos públicos e privados do estado de Mato Grosso. Durante esse período trabalhei em locais distintos e pude perceber que independente do grupo, faixa etária ou cidade, a maioria dos alunos desconhecia – e quando acontecia de conhecerem a história da sua cidade, do patrimônio cultural existente, era de forma superficial.

Ainda assim, eu procurava visitar locais considerados históricos pelo poder público e pela sociedade para que houvesse maior integração com o conhecimento ensinado na sala de aula. Inicialmente, buscava desenvolver ações didáticas pedagógicas com os alunos do 6º ao 9º ano e em conjunto com outros professores da área de Humanas. Eram pequenos projetos que procuravam aproximar os discentes a lugares considerados como parte do patrimônio cultural da cidade onde estavam inseridos.

As ações estavam previstas no Projeto Pedagógico da escola onde eu lecionava em Cuiabá e visavam a conhecer a história da cidade a partir da participação do aluno, considerado personagem central, e, como tal, o seu posicionamento frente à criação de uma identidade local

[1] Rondonópolis-MT é um munícipio localizado na Mesorregião Sudeste Mato-grossense, a 218,6 quilômetros da capital, Cuiabá-MT. A população em 2020 foi estimada em 236.042 pessoas e tem uma área territorial de 4.800,914 km². Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/historico. Acesso em 20 de março de 2020.

e regional deveria ser valorizado. Assim, nesse contexto, o patrimônio cultural e educação patrimonial caminhavam juntos nessa perspectiva de ensinar História[2].

Como resultado desses estudos e ações ao longo da vida profissional é que pude optar em trabalhar com o tema, especialmente, pelo fato de ser educadora em uma escola pública estadual na capital mato-grossense e perceber que no cotidiano escolar havia pouca referência sobre a cidade. Ao desenvolver esses projetos, ainda na cidade de Cuiabá-MT, não havia a preocupação com conceitos de patrimônio ou educação patrimonial. Havia sim, uma necessidade de se promover um sentimento de intimidade com o espaço coletivo e uma busca pela preservação de bens considerados relevantes para a comunidade em questão, incorrendo ao encontro de lugares de memória que versavam sobre a origem do seu lugar de pertença.

Há dez anos trabalhando na cidade de Rondonópolis-MT, percebi os mesmos anseios sentidos em outras unidades escolares, ou seja, raramente, era possível vislumbrar práticas pedagógicas que destacassem os lugares de memória. Era pequeno o número de ações que utilizavam a educação patrimonial que refletisse a relação com a cultura material e imaterial e os inúmeros documentos históricos que podiam ser considerados como temas a serem discutidos nas aulas de História.

Não seria exagero afirmar, mas se percebe que é nítido o desconhecimento por parte de alguns educandos a respeito de lugares considerados patrimônios pelos órgãos oficiais. Para exemplificar, lembro-me que, ao levar uma turma, do primeiro ano do Ensino Médio, ao Casario – um dos poucos locais tombados na cidade de Rondonópolis - MT - muitos afirmavam que nunca estiveram ali e que desconheciam a história de sua construção, apesar de personagens como Cândido Rondon, por exemplo, ter sido mencionado por parte de alguns alunos[3].

A identificação do aluno com a sua realidade, neste caso, era em virtude da distância da História oficial que estava sendo contada, daquela que era vivenciada pelo estudante. E essa história narrada em sala de aula era a mesma que excluía a participação de pessoas comuns que faziam parte do cotidiano desses estudantes e eram, portanto, sujeitos que estavam ligados à sua história de vida, assim como também eram partes da história local.

Esse é o aspecto relevante, pois, era possível trabalhar com a ideia de que o aluno podia, pelo seu próprio olhar, identificar o que ele considerava um lugar de memória. A partir de oficinas preliminares é que foram surgindo elementos que levavam os estudantes a se

[2] Nesta pesquisa não identificamos os nomes de escolas da cidade de Cuiabá-MT pois não são objetos deste trabalho.
[3] Nos capítulos que seguem há várias referências e informações a respeito de Cândido Rondon.

observarem como parte integrante de um espaço urbano. Observou-se que nesse momento o aluno apontava outros locais como referência de sua memória e que, às vezes, eram distintos daqueles considerados importantes para o poder público.

Em uma das experiências de ensino realizada, no ano de 2019, os alunos foram levados para o cais/casario para que pudessem refletir sobre a relação entre o rio Vermelho e a formação da cidade. Foi nesse espaço urbano que se deu início ao povoamento de Rondonópolis e era pelo rio que mercadorias e pessoas chegavam de lanchas e atracavam perto ao porto. Lugar que hoje abrange o cais, cuja designação deu-se por causa do Porto 1º de Fevereiro (Ponte do Rio Vermelho) e a Vila do Seu Moisés (Casario). Atualmente, a região serve como lugar de diversão, eventos, prática de esportes e de comércio, mas durante muito tempo, o espaço era um local de sobrevivência de pescadores que paravam naquela parte do rio, mesmo depois da desativação do porto.

Após pesquisa e estudos, os alunos fizeram uma visita guiada a esse conjunto arquitetônico e ambiental. Fotografaram e conheceram assim aquela parte da cidade. Retornaram para a sala na semana seguinte com suas reflexões sobre como o rio, os arredores e a comunidade ribeirinha podiam ser objetos de estudo nas aulas de História, pois esses lugares estavam articulados com o patrimônio cultural de Rondonópolis.

Depois, foram realizadas outras oficinas em sala de aula, em 2019, em que os alunos foram estimulados a criar um mapa do percurso por eles trilhado, ou seja, da escola às suas residências, com o objetivo de fazerem um levantamento dos lugares que consideravam importantes para a cultura da cidade. Foram apontados diversos espaços, mas o que chamou a atenção é que, inicialmente, para a maioria dos educandos, quando questionados o que consideravam como patrimônio cultural, sempre apontavam aqueles instituídos pelo governo municipal de Rondonópolis – MT.

Nessa circunstância não foi difícil entender por que grande parte dos alunos associava o Casario como símbolo oficial desse patrimônio cultural. O Casario é um lugar histórico para alguns moradores, pois foi lá que se deu o início do povoamento da cidade. Localiza-se às margens do rio Vermelho, região central e próximo ao porto, cujo surgimento foi no início dos anos de 1930, a partir da construção de algumas casas, conhecida como a antiga "Casa de Seu Moisés", comerciante que a comprou nos anos de 1940 e a transformou num ponto comercial. Mais tarde a Prefeitura Municipal de Rondonópolis elaborou um projeto visando a reformar e

a reativar o local como centro cultural[4]. Um dos hóspedes de Seu Moisés, foi seu primo, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Mas foi somente após a revitalização pelo poder público que ficou conhecido como Casario.

Por isso, ao término dessa atividade realizada em sala de aula é que se buscava apresentar outros lugares de memória, além daqueles instituídos ou oficializados e, assim, ressaltar outros locais que haviam sido desconsiderados por esse projeto público. O Casario é importante para a história da cidade, mas também não pode ser considerado único, pois apesar de ser considerado patrimônio oficial da cidade, é também resultado de um planejamento que intensifica objetivos de grupos que estão no poder.

Pode-se dizer, que, no final, essa dinâmica sobre o que pode ser considerado patrimônio cultural resultou em um questionamento ao aluno, do porquê muitos não terem voz para também opinar sobre o que deve ser conservado ou cuidado/salvaguardado por essa comunidade. O nosso educando, quando percebe que no seu entorno, no seu percurso diário, há outros locais que são esquecidos ou negados pelas autoridades, começa perceber outros lugares de memória, fruto de suas escolhas que apontam para diversos patrimônios que são considerados interessantes por parte da população e, desde o início das oficinas, havia uma preocupação em abordar o conceito de patrimônio não se restringindo a bens edificados e tombados.

Nessa perspectiva, a educação patrimonial está diretamente ligada ao conceito da memória. E essa relação poderá desencadear no reconhecimento de uma "luta pela cidadania" por grupos anteriormente ignorados pela sociedade, cujas vozes se estiveram silenciadas, deixam de resgatar sentimentos que abrangem laços de pertencimento e de inserção em uma comunidade que conhece e protege sua própria história (PEREIRA e ORIÁ, 2012, p. 162).

Após esses esclarecimentos, apresentaremos o desenvolvimento do estudo com foco no referencial teórico, na pesquisa e na elaboração do produto pedagógico: "Rondonópolis: História e Lugares de Memória". Esta dissertação de mestrado é o resultado do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA – UNEMAT), na linha de pesquisa

4 No *site* da Prefeitura de Rondonópolis-MT, encontramos a justificativa para investimentos nesse lugar conhecido como Casario pela necessidade de "transformar num espaço de desenvolvimento da cultura local". A ideia era que após transformar o Casario em "um patrimônio público tombado", pudesse se investir "no processo de revitalização das casinhas que abrigaram as comitivas do patrono da Comunicação, Marechal Rondon". O objetivo era transformá-lo num espaço cultural, que apresentasse durante o dia o artesanato regional e a noite tivessem apresentações musicais (bares e lanchonetes), além de oficinas e que servisse para eventos culturais tendo como cenário o centro histórico a beira do rio. O projeto de revitalização do local contou com um investimento para reformar as 24 casas com materiais específicos (adobe e alvenaria) a fim de se "valorizar o contexto histórico e preservar a memória da cidade". LIMA, Coracy. **Casario é revitalizado e tombado para abrigar a cultura de Rondonópolis**. Prefeitura Municipal de Rondonópolis, 2013. Disponível em: http://www.rondonopolis.mt.gov.br/noticias/casario-e-revitalizado-e-tombado-para-abrigar-a-cultura-de rondonopolis/. Acesso em: 31 de maio de 2019.

Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória e tem como objetivo compreender o Ensino de História e a Educação Patrimonial como instrumentos de conscientização para preservação da História local, valorizando a identidade dos sujeitos históricos, pelos múltiplos lugares de memória. A problemática, nesse sentido, foi pensar qual a relação entre o ensino de História e o patrimônio cultural e de que maneira a metodologia de educação patrimonial poderia contribuir para que os alunos se apropriassem do próprio bem cultural de sua cidade e que, ao fazerem isso, pudessem refletir sobree esse patrimônio cultural, não se restringindo somente aos bens materiais e imateriais tombados pelos poderes públicos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, coletou-se o máximo de trabalhos que abordassem os conceitos estudados. Inicialmente, foi feito um levantamento no Banco de Dissertações do programa PROFHISTÓRIA, direcionado à História de Rondonópolis e aos estudos relacionados ao patrimônio, à educação patrimonial, à memória e à história local. Feito isso, foram consultados artigos, livros e os mais variados autores em busca de contribuições para a elaboração da presente.

Para se pensar em cidade, memória e educação patrimonial, utilizou-se Pierre Nora (1993), Jacques Le Goff (1990), Isabel Barca (2004), Maria de Lourdes Parreira Horta (1999), Ricardo Aguiar Pacheco (2017), Sandra Jatahy Pesavento (2008), Vânia Inês Ávila Priamo (2015) e Carlos Henrique Farias de Barros (2013).

Com relação ao ensino de História e ao patrimônio cultural, alguns autores contribuíram para a fundamentação da pesquisa, como Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008), Flávia Heloisa Caimi (2010), Selva Guimarães Fonseca (2006), Marlene Cainelli (2010), Eliane Aparecida Candoti (2013); como também analisamos os PCN's (1998), o BNCC (2015), as Orientações Curriculares (2010). E na perspectiva de analisar a História local recorreu-se às obras de Luci Léa Lopes Martins Tesoro (1997), Elias Silva (2009) e Advair Mendes Silva (2014).

A metodologia de ensino em sala de aula foi a educação patrimonial, utilizando-se para tanto, o conceito de Horta (1999) que diz que se trata de um instrumento que permite aos sujeitos históricos trazerem o seu olhar para o seu entorno, levando-os a um processo com o resultado de valorização de uma cultura múltipla, fazendo-os olhar a própria identidade.

Como os alunos elencaram como patrimônio cultural, inicialmente, o Centro Histórico da cidade, seguimos o roteiro em uma das aulas-oficinas, similar ao proposto pelo Guia Básico da Educação Patrimonial. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) afirmam que o local permite inúmeras interpretações e diálogos com o passado. Esse foi o primeiro passo para as etapas que se seguiriam, pois a aula sendo levada para um ambiente já conhecido por alguns estudantes

possibilitaria uma discussão sobre outras questões de como o bairro onde moravam também poderia ser um lugar explorado e analisado como um bem cultural. Os participantes da pesquisa eram alunos do primeiro ano do Ensino Médio, na faixa etária dos 14 aos 17 anos e frequentavam uma escola localizada na área central da cidade de Rondonópolis-MT.

A divisão da pesquisa resultou em três capítulos que serão apresentados: o primeiro, designado "História Local, Ensino de História e Educação Patrimonial". Para uma aprendizagem cotidiana seria necessário entrelaçar a prática em sala de aula com a realidade do educando e por isso tão necessário o estudo da História local, previsto em várias políticas educacionais e orientações que são apresentadas de forma a relacionar a História e a Memória. Percebe-se que em vários momentos há essa previsão de estudos como um caminho de valorização da diversidade e da memória de um grupo.

Quando discorremos sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Rondonópolis, com base em uma leitura da história oficial, é fácil apontar o Casario, porque esse é o discurso predominante do que é um bem cultural. A diferença é fazer com que o aluno também entenda que as ruas, praças, feiras, campos de futebol e centros de recreação, presentes em outros locais que não seja a área centralizada da cidade são lugares de memória. No fim do primeiro capítulo, buscamos analisar esses espaços que são utilizados por diferentes grupos sociais; locais de perpetuação da história e da memória traz o entendimento de que em uma cidade existem múltiplos olhares que lutam para que a memória não seja reservada a algumas pessoas, mas que ela possa ser socializada com toda a comunidade.

No segundo capítulo, intitulado "Lugares de memória na cidade de Rondonópolis-MT", iniciamos com uma narrativa histórica de sua recente formação, que apresenta características similares a tantas outras regiões, com a presença de indígenas e viajantes em busca de riquezas e esvaziamento em determinados períodos. Apesar de percebermos ser uma sociedade plural e com tantas identidades, não encontramos a presença de todos os sujeitos históricos no momento de sua construção e nem ouvimos suas vozes, no sentido daquilo que deve ou não ser preservado.

É o que nos mostra a obra de Tesoro (1993) que traz os relatos dos pioneiros que "construíram" a história da cidade e personagens dos mais variados grupos sociais: padres, irmãs religiosas, agricultores, pedreiros, comerciantes, mulheres, entre outros. Mas não vimos as narrativas e nem ícones que tratam sobre a memória indígena e, isso representa um indício de que cada sociedade, ao abordar as questões de conservação, proteção e reconstrução de seus patrimônios, em vários momentos, negou a alguns sujeitos históricos sua participação na escolha do que seriam locais de memória no espaço urbano.

Figura 1 - Foto aérea da cidade de Rondonópolis – MT (2020)



Fonte: ARAÚJO (2020).

Em seguida, passamos a discutir sobre os lugares de memória tombados pelo Poder Público na cidade de Rondonópolis. Os bens apresentados não são muitos, pois, assim como acontece em outras regiões, há uma certa demora e despreocupação por parte do Poder Público em reconhecê-los como patrimônio cultural. Alves (2018) nos traz, em sua dissertação, um estudo detalhado de muitos espaços considerados bens culturais no município, mas nossa preocupação era apresentar olhares sobre o patrimônio que fosse considerado afetivo por nossos alunos. Esses teriam um significado desvinculado do Estado pois representavam uma escolha baseada na vivência e na memória de seu grupo social. No final do capítulo, apresentamos esses locais que foram elencados pelos discentes, na medida em que construíam seus próprios roteiros, descrevendo o caminho diário que percorriam da escola até suas casas. A partir da comparação desses percursos que eram lembrados por esses sujeitos históricos é que pudemos elencar que lugares eram considerados relevantes e porque eram vistos com afetividade pelo prisma de alunos que cotidianamente se deparavam com espaços.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que, nem sempre, parece claro para os discentes essa diferenciação entre patrimônio institucionalizado e aquele de suas vivências. Por isso, quando indagados sobre a questão, a maioria acabava reproduzindo imagens de uma cidade que já haviam sido alçadas a lugares de memória formais por uma grande parte da população, imprensa, setores turísticos e órgãos governamentais.

E, durante a pesquisa, ficou nítido que a linha que separava essa delimitação do que seria o patrimônio afetivo e o oficial era tênue e nem sempre era possível desvincular uma da outra e, principalmente, para o aluno, era difícil em muitos momentos, e isso se percebe nas respostas dos questionários. Entender onde um terminava e começava o outro, já que muitos dos patrimônios afetivos, para grande parte dos nossos atores, não estavam mais materializados e nem visíveis, ao contrário daquele patrimônio institucionalizado, que apesar de não ter uma relação mais emocional com esses sujeitos, acaba sendo noticiado e visto por eles a todo momento.

Nessa perspectiva, o cenário do nosso produto pedagógico é a cidade de Rondonópolis, habitada pela etnia bororo antes de ser povoada pelo Exército Nacional em 1875, no local conhecido como Rio Ponte de Pedra. É possível que os militares tenham ocupado o local outrora determinado até 1895, momento em que outras pessoas se aventuraram a procura de riquezas auríferas. Um desses aventureiros é Antônio de Carvalho, que em 1901, adentra o sertão mato-grossense. O local era habitado também por pessoas que não buscavam um lugar de permanência, apenas de enriquecimento (TESORO, 1997, p. 24-50).

Mesmo a partir do início do século XX, com o advento das expedições da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Gomes Carneiro, liderada por Cândido Rondon, que tinha como objetivo interligar o estado de Mato Grosso ao Amazonas, a cidade de Rondonópolis ainda não vivenciava o processo de povoamento, carecendo de novos habitantes para sua efetiva ocupação. Em 1902, com a chegada de goianos e cuiabanos é que realmente o povoado pode ser iniciado. E isso se deu às margens do rio Poguba, hoje, conhecido como Rio Vermelho. Lugar ocupado agora por nordestinos e mato-grossenses e, que em 1915, com um contingente populacional de mais ou menos sessenta a setenta famílias.

O povoado do Rio Vermelho carecia de infraestrutura e enfrentava muitas dificuldades, pois era composto de uma rua, um dentista, uma escola e um homeopata. Foi nesse período, que chegou o primeiro professor nomeado pelo Estado. Otávio Pitaluga, que era deputado, tenente e agrimensor foi o responsável para que o arraial viesse a ser chamado Rondonópolis, criando o projeto de medir, alinhar e abordar questões de higiene e postura para o povoado (1918). No entanto, foi o engenheiro Domingos Lima que executou o projeto para "edificar o traçado quadrilátero central".[5]

[5] O Decreto-Lei n. 395 de 10 de agosto de 1915, assinado pelo Presidente do Estado, Dr. Joaquim da Costa Marques estabeleceu uma reserva de dois mil hectares para a colonização do povoado e, portanto, a data do documento representa o momento em que se comemora a fundação do município. Um outro documento de 1920, Resolução n. 814, de autoria de Otávio Pitaluga, possibilitou a elevação da vila à categoria de Distrito de Santo Antonio do Leverger e Comarca de Cuiabá. TESORO, *op. cit*, p. 31.

Nos anos seguintes, a cidade foi palco de muitas mudanças, como a fundação do primeiro cartório de registro civil (1919), a nomeação do primeiro juiz de paz e do delegado (1919), a instalação do posto telegráfico (1922), a utilização da balsa no início da Avenida Marechal Rondon (1926), a chegada da missão protestante (1924), a presença de lanchas e bolichos (venda de mercadorias) e a construção da estrada Cuiabá-Coxim (1929).

A história do povoamento de Rondonópolis é recente, com início datado em 1902 e com aceleração até 1920, quando se percebe um declínio populacional de tal forma que o fato se estende até 1947. Nos anos de 1930, o povoado vivencia a ausência de nascimentos e a suspensão de cargos como o de Juiz de Paz, pois não havia casamentos e nem registro civil nesse período. A descoberta de diamantes em Poxoréo é a explicação mais lógica para esse esvaziamento, além da distância e do grande número de doenças que assolavam a população local.[6]

A história da cidade relatada nos materiais didáticos passa a ter mais significado para o aluno quando ele consegue associar a narrativa com a imagem. Conforme apresentado, a fotografia contribui para os estudos do período estudado. Quando estamos em sala de aula, estudar a história da cidade e poder relacioná-la com imagens é importante pois ela se transforma numa fonte documental, podendo reproduzir paisagens, locais e pessoas a fim de contribuir na aprendizagem.

A fotografia já faz parte de nosso cotidiano, mas é preciso tomar cuidado com o discurso que se encontra por traz de cada imagem. O seu uso pode ser apropriado pelos órgãos oficiais para propagar por exemplo uma ideologia positivista, especialmente quando percebemos a utilização em alguns *sites* da prefeitura com fotos daqueles chamados "pioneiros da cidade". Não se pode perder de vista que ao trabalhar com fotografia, temos de analisar outras questões, como, por exemplo, qual a intenção do fotógrafo, o porquê do local escolhido, quem são os sujeitos históricos que aparecem e o que se quer alcançar, respondendo sempre "por que e para que" (BITTENCOURT, 2008, p. 365).

Por isso, quando analisamos as fotografias do início da história de Rondonópolis, não podemos perder de vista que as imagens do período estão entremeadas de simbologias. No caso do nosso produto pedagógico, tivemos a preocupação em selecionar as que poderiam ser

[6] O Decreto-Lei n. 218 de 26 de outubro de 1938 reconheceu Rondonópolis como distrito, fazendo parte da Comarca de Cuiabá, sendo emancipada como município apenas em 1953. A partir de 1947, com a chegada de mais de cinquenta famílias oriundas de São Paulo nota-se uma retomada do crescimento com a criação de colônias oficializada pela Lei n. 336 de 1949, cujo objetivo era "povoar e aumentar a produção de alimentos em Mato Grosso". TESORO, *op. cit*. pp. 50-51.

reconhecidas na História local e, assim, associá-las com outras fontes e que no decorrer das aulas levantassem questionamentos sobre mudanças e permanências dos lugares de memória.

No terceiro capítulo, com o título "Educação Patrimonial colocada em prática na sala de aula" mostramos o caminho percorrido da pesquisa e o desenvolvimento pedagógico, a partir de narrativas dos alunos. Com a metodologia e a aplicação de oficinas desenvolvemos atividades que trabalham com a questão do patrimônio que resultou no produto pedagógico proposto pelo programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA) e caracterizado pelas observações e estudos da temática da dissertação. O foco era dar visibilidade aos lugares de memória da cidade de Rondonópolis-MT e, por isso, criamos um *site* educativo que pudesse ser usado como recurso didático para o ensino da História local, contribuindo para que aluno se perceba como protagonista, pelo seu patrimônio cultural e dos lugares de memória e, ao mesmo tempo, pudesse ser acessado por professores das Ciências Humanas ou de outras áreas interessadas na História local. Desde o princípio, entendemos que não seriam escolhidos apenas lugares de memórias oficiais, mas também aqueles que faziam parte do cotidiano do aluno, pois o objetivo é que os olhares de nossos educandos nos direcionassem para aquilo que eles consideravam patrimônio cultural. O nosso papel como historiador e educador seria o de debruçar sobre as múltiplas imagens que foram indicadas e pesquisadas e fazer uma seleção que pudesse abranger o significado histórico, mas também que pudesse ser comprovada, por estudos sobre o local retratado.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O marco que delimita a pesquisa são os lugares de memória na cidade de Rondonópolis-MT e elegê-los tem sido o grande desafio, em virtude de procurarmos outros espaços, além daqueles que estabelecidos pelo poder público e por determinados grupos que dominam e decidem o que pode ou não ser considerado patrimônio cultural. Muitas vezes, nossos alunos nem sempre se percebem inseridos nesses locais oficiais e, por isso, não é difícil entender que na cidade ainda persiste um grande distanciamento do significado histórico que esses bens culturais possam representar.

A fim de realizarmos nossa pesquisa recorrermos à bibliografia que abordasse o tema proposto, buscando uma base teórico-conceitual a respeito do patrimônio, educação patrimonial, história local e memória. Além disso, realizamos nosso estudo à luz do ordenamento jurídico e de documentos oficiais que versam sobre a educação para que pudéssemos chegar ao cerne da questão, ou seja, aproximar nossos alunos ao ensino da História local.

1.1 Políticas e Orientações Educacionais para o Ensino de História Local/Regional

O estudo da História local insere-se na possibilidade de envolvimento do Ensino de História e memória. São conceitos que se entrelaçam porque nos remetem a uma prática pedagógica que busca novos caminhos de se ensinar e aprender História em sala de aula. É nesse contexto que nasce o estudo, a partir da realidade do aluno, favorecendo sua aprendizagem cotidiana, pois busca uma interação mais próxima de seu viver e do ensino escolar. Para isso, a História local como metodologia de ensino está entrelaçada a alguns preceitos legais que estão em vigor e que serão apresentados, como a Constituição Federal (CF, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's,1998), as Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (OC's, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019).

Nas propostas curriculares tem sido frequente o uso do cotidiano e da História local, pois a utilização de tais termos representa experiências de cada aluno com a sua própria vida em grupo. Na medida, o estudante mescla a história pessoal com a da sociedade em que está inserido. E assim,

> [...] uma articulação dessa natureza requer concepção de cotidiano que não se apresente como mera motivação para o estudo do passado, selecionando experiências amorosas de reis e rainhas ou o dia a dia de pessoas comuns ou famosas, pautados por meras descrições curiosas e desligadas do contexto social da existência desses indivíduos.
> A opção pela História do cotidiano e pela história local merece uma reflexão a respeito de seus pressupostos, para uma seleção de conteúdos coerente com os objetivos centrais da disciplina (BITTENCOURT, 2008, p. 165).

Ao valorizar o estudo de História, estamos fazendo "[...] escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, sua localidade, sua região [...]" (BRASIL, 1998, p.34). Dentro das inúmeras mudanças que a educação brasileira passou, notadamente observa-se que a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 214, destaca que:

> A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:
> I- Erradicação do analfabetismo;
> II- Universalização do atendimento escolar;
> III- Melhoria da qualidade do ensino;
> IV- Formação para o trabalho;
> V- Promoção humanística, científica e tecnológica do País;
> VI- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
> (BRASIL, 1998)

No dispositivo legal citado, fica claro que são os órgãos públicos federais que têm a função de organizar a educação no Brasil, mas, em contrapartida, os estados e os municípios seguem fielmente o proposto pelo âmbito nacional e, por isso, acaba limitando a História Local no nível básico de ensino, visto que os currículos municipais e estaduais, na maioria das vezes, tendem a seguir o recomendado pelo governo federal.

Sobre a História Local, o documento conhecido como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ou seja, a Lei nº 9394/1996, traz em seu artigo 26 orientações educacionais:

> Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Apesar de o artigo afirmar que apenas alguns pontos regionais e locais devam ser contemplados, deve-se, ainda, priorizar a base nacional comum, interferindo, portanto, na

produção de uma história voltada para a realidade do aluno. Também é possível ver que há uma segunda referência à História Local, no Artigo 35-A, § 1º que também estabelece um lugar secundário, determinando harmonicamente a relação entre História nacional e local:

> A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação [...] A parte diversificada dos currículos de que trata o *caput* do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural (BRASIL, 1996).

No portal do Ministério Educação – MEC há um histórico a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi aprovada pela Lei 13.415/2017, mas com versões desde o ano de 2015 e homologada em 14 de dezembro de 2018, para a etapa do Ensino Médio. É um documento que traz as formas de aprendizagens previstas para toda a Educação Básica do Brasil.

É escolha do aluno no Ensino Médio decidir se quer cursar Ciências Humanas, Exatas ou Natureza e, consequentemente, isso fará com que algumas disciplinas não sejam escolhidas; e, assim, acabará reduzindo os conteúdos, restringindo ainda mais o acesso ao Ensino da História Local, que já é ínfimo, em função da preocupação com o mercado de trabalho ou com o ingresso numa faculdade ou universidade.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) há clara referência a uma aprendizagem que valorize a história local, e que "estimule a leitura atenta da realidade local, regional e mundial, por meio da qual se podem perceber horizontes, tendências e possibilidades de desenvolvimento;" e, além disso, também é possível perceber que "cabe à escola, considerada sua identidade e a de seus sujeitos históricos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação nacional, estadual, municipal, o plano da gestão, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e as de seus estudantes". Segundo o texto, em decorrência da diversidade econômica, social e cultural.

> [...] exige da escola o conhecimento da realidade em que vivem os alunos, pois a compreensão do seu universo cultural é imprescindível para que a ação pedagógica seja pertinente. Inserida em contextos diferentes, a proposta político-pedagógica das escolas deve estar articulada à realidade do seu alunado para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local (BRASIL, 2013, p. 110).

É no âmbito estadual, que, em 2010, surge um documento resultado de um projeto de educação mato-grossense voltado para o ensino fundamental e ensino médio. No primeiro caso,

a proposta é adotar um ensino que não seja mais seriado, mas preocupado em organizar-se em ciclos de aprendizagem (duração de 3 anos).

Ressaltamos que, em Mato Grosso, desde 1997, já se pensava em um ensino fundamental em ciclos, visando a abolir a evasão escolar e a reprovação nas escolas. Já, para os alunos do Ensino Médio, havia uma preocupação em integrar trabalho manual e intelectual. Também se voltava para uma educação que fosse alinhada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).

A proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso para o ensino de História e sua interface com a história ensinada nas escolas estaduais tem uma função que seria carregada de intenções visto que foi pensada numa organização curricular por áreas de conhecimento, a fim de que houvesse uma relação interdisciplinar nesse processo que na sua proposta da criação de um "currículo real", mediado por "diagnósticos da comunidade" que resulte em plenos "conhecimento necessário para os alunos" (OLIVEIRA, 2014, p. 239).

Apesar de ainda se falar em ensino de História de forma globalizada no 1º Ciclo de Formação Humana, é possível verificar que para o 2º Ciclo de Formação Humana, já se referia sobre a "construção do conhecimento regional, neste caso, a história e a geografia de Mato Grosso". Também, no texto, havia a abordagem a respeito da questão dos eixos articuladores como "cultura e diversidade, identidade, [...] a construção do espaço geográfico, histórico e cultural de Mato Grosso, [...]". E mais adiante, observava-se que as Orientações apresentavam a proposta de "desenvolver capacidade que estimulem o desenvolvimento de conceitos de identidade e de grupo social, [...], sujeito de pertencimento histórico e sociocultural, manifestações culturais, [...]", mas, no entanto, o documento não apontava qualquer leitura que poderia embasar o conhecimento histórico. (OLIVEIRA, 2014, p. 239).

No 3º Ciclo de Formação Humana são descritas capacidades a serem desenvolvidas a partir da realidade do aluno e seus objetivos são ligados ao patrimônio histórico, artístico, natural e cultural, assim como também é possível verificar a ênfase dada ao item identidade. Destaco para tanto, que a valorização do Ensino da História Local é apontada nas orientações como resultado de um projeto que já vem sendo amplamente debatido no Brasil. Por isso, a História Local e Regional "deve ser considerada uma abordagem específica que destaque vivências e experiências de grupos sociais historicamente ligados a um território". (OLIVEIRA, 2014, p. 93).

> Embora as orientações indiquem que os estudantes façam reflexões sobre o comportamento da humanidade, em esferas mundial e nacional, a orientação prioriza o estudo da história local e regional, com o objetivo de fazer com que o aluno possa

> entender a história a partir das relações sociais que ele vive em seu cotidiano, fazendo contextualizações com as dinâmicas nacionais e mundiais (OLIVEIRA, 2014, p. 93).

Com relação ao Ensino Médio, as orientações preveem que sejam adotadas estratégias didáticas como o Estudo do Meio, por isso, destaca-se que "as atividades fora da sala de aula são fundamentais para que os estudantes possam perceber, por meio da observação, coleta, análise e registro das informações, as transformações nas paisagens e práticas culturais" (MATO GROSSO, 2010, p. 59).

Mas, ao referir-se sobre as estratégias metodológicas de ensino, é preciso falar a respeito do silêncio sobre questões importantes, como o patrimônio e o livro didático. No primeiro caso, o tema o patrimônio histórico e cultural, visitas em museus, salas de memórias e ou outros espaços de história e memória, não foram abordados e assim, o Ensino de História acaba sofrendo um impacto negativo, pois deixa de "analisar com os alunos, em especial, nesta proposta do local para o global o que selecionamos e o que esquecemos como lugares de memória". Já com relação ao livro didático, apesar de ser um instrumento muito usado pelos docentes, percebemos uma lacuna no que tange aos conteúdos de História de Mato Grosso, pois, muito se fala em História do Brasil, mas pouco sobre a História local. (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

A importância do ensino de História no ambiente escolar foi mencionada também por Carlos Henrique Farias de Barros (2013), ao destacar que ele atua na própria formação do aluno como indivíduo, não somente nas suas relações pessoais com o grupo no qual está inserido, mas em toda a coletividade, abrangendo até aspectos culturais e valores que foram vivenciados em tempos anteriores.

Não se aprende História apenas no cotidiano escolar e são muitas opções de aprendizagem presentes no dia a dia do aluno, especialmente se levarmos em conta as inúmeras informações que recebem dos meios de comunicação. Silva e Rossato (2013, p. 67) observam que "aprendemos história o tempo todo, ela é componente inescapável da configuração de nossa existência no tempo e no lugar do mundo que habitamos e do qual nos identificamos como pertencentes". E as memórias que conhecem podem ser aquelas que trazem das histórias de famílias, mas também de jornais, revistas, livros, filmes, músicas e de sua convivência com outras pessoas.

> Os jovens sempre participam, a seu modo, desse trabalho da memória, que sempre recria e interpreta o tempo e a História. Apreendem impressões dos contrastes das técnicas, dos detalhes das construções, dos tratados das ruas, dos contornos das paisagens, dos desenhos moldados pelas plantações, do abandono das ruínas, da

> desordem dos entulhos, das intenções dos monumentos, que remetem ora para o antigo, ora para o novo, ora para a sobreposição dos tempos, instigando-os a intuir, a distinguir e a olhar o presente e o passado com os olhos da História. Aprendem que há lugares para guarda e preservação da memória, como museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos (BRASIL, 1998, p. 38).

Estudar a História local é como um "ponto de partida para a aprendizagem histórica", e nesse sentido, o aluno estará mais próximo tanto de sua realidade, como também, fortalecerá as relações entre os sujeitos históricos que estão inseridos nessa perspectiva de ensino, ou seja, ele se aproxima do seu meio e da sociedade em que vive (BARROS, 2013, p. 3). E o estudo da História local é importante já nas séries iniciais, pois o aluno desenvolve a percepção que em sua cidade, bairro ou vizinhança é possível haver uma relação com o conhecimento histórico. São espaços conhecidos por ele, que lhe dão significados de importância nessa sociedade.

> O importante é saber explorar historicamente qualquer "lugar", fazer um direcionamento do "olhar" do aluno, levando-o a entender o que são fontes históricas não escritas: as construções, os telhados das casas, o planejamento urbano, as plantações, os instrumentos de trabalho, as informações obtidas pela memória oral de pessoas comuns. As marcas do passado são as fontes históricas que se transformam em material de estudo (BITTENCOURT, 2008, p. 280).

Percebe-se que, desde o período imperial, havia essa preocupação em inserir conteúdos que estudassem a história das províncias e, posteriormente, a história da Federação, cujo objetivo era "criar um sentimento de pertença e identidade com o território, a terra natal" (CAINELLI, 2010, p. 25). Mas isso não significa que os alunos tinham acesso a esses conteúdos, aliás, ensino regular era para parcelas das elites brasileiras. Estudar a História da província, da federação era numa perspectiva elitista. Era excludente, na medida em que sujeitos comuns não eram percebidos como sujeitos históricos. É o que observa Circe Bittencourt (2008, p. 280) ao debater sobre a questão da História local:

> Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na história do cotidiano e apropria-se de seus métodos, com o objetivo de inserir as ações de pessoas comuns – homens, mulheres, crianças e velhos – na constituição histórica, e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais. Diferentemente das propostas baseadas nos círculos concêntricos, que também utilizam a história local como forma de introduzir o aluno na compreensão do mais próximo, a preocupação maior, na atualidade, é estabelecer articulações constantes, nas diferentes séries, entre o local, nacional e o geral (BITTENCOURT, 2008, p. 280).

Educadores têm buscado ensinar diferenciado, para que o aluno pense historicamente, voltado, não só para seu ambiente escolar, mas também para sua coletividade. O estudante precisa reconhecer "[...] as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse

entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo". É nesse intento, em que se procura um novo caminho para a História que surge a necessidade de se ensinar, mas também de aprender a História Local (CAIMI, 2010, p. 60). [7]

Já no primeiro ciclo é possível verificar a preocupação com História Local e do Cotidiano. Nesse caso, o eixo temático que trata das histórias a partir do local em que esse aluno vive está bem delimitado, quando se pode observar que "nessa proposta há uma manifesta preocupação com a História Local como ponto de partida, a partir do qual os alunos ampliem sua capacidade de olhar seu entorno para a compreensão de relações mais amplas" (MACEDO NETO, 2009).

À luz do dispositivo estadual, na Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada em 5 de outubro de 1989, há uma breve referência a respeito da valorização da História Local. No capítulo III, destinado à Educação, diz em seu Artigo 237 que "o Estado e os Municípios organizarão os seus sistemas de ensino de modo articulado e em colaboração, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, ao seu preparo para o exercício da cidadania [...]" e será pautando pelos princípios de educação escolar pública e de qualidade, gratuita, valorização dos profissionais da Educação Básica e do trabalho.

Mais adiante, em seu Artigo 243, a legislação define que haverá a autonomia nas políticas pedagógicas nas unidades escolares, mas com currículos que estejam em consonância com o nível nacional, ou seja, se repete o disposto em outros documentos, que a História Local está em segundo plano, apesar de se fazer "referência os valores culturais e artísticos nacionais e regionais [...]". Contudo, apenas na Seção II, Artigo 248, que trata da Cultura e do Turismo (EC 20/02) é que observamos, sendo considerados direitos culturais garantidos pelo Estado, "[...] o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas, e das regionais às universais", assim como a "garantia da pluralidade cultural, destacando-se as manifestações das culturas populares, indígenas e afro brasileiras e as de outros grupos participantes do processo cultural, mato-grossense e nacional" (MATO GROSSO, 2014).

O constituinte teve a preocupação em demonstrar a necessidade de fazer referência no artigo que o Poder Público, em conjunto com a comunidade, de realizar ações que pudesse proteger o patrimônio cultural "por meio de inventário, registro, vigilância, planejamento

[7] A autora propõe atividades no âmbito escolar para desenvolver o que ela chama de "educar o olhar" dos alunos. São exercícios que tem como finalidade desenvolver habilidades de observação sobre o entorno desses sujeitos históricos. Caimi trabalha com possibilidades metodológicas que podem ser utilizadas em trabalhos de campo e que foram adaptadas do Guia Básico de Educação Patrimonial, de Maria de Lourdes P. Horta e outros. CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na História: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coordenação). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 60.

urbano, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação em articulação com a União e os Municípios", punindo todos os danos que pudessem afetar o patrimônio cultural. E nos artigos seguintes 254 e 255, estabelecem medidas para tombamento, acervo cultural público e privado, reconhecendo a comunicação como bem cultural de todos.

Reconhecemos que, em todos os dispositivos jurídicos, há uma preocupação em se observar a necessidade do estudo voltado para a História local. Em alguns casos, há breves referências, mesmo assim, não elimina a relevância que deve ser dada quando falamos em valorizar a história de um lugar, seja munícipio, cidade ou bairro. Ainda que nos documentos prevejam uma relação entre a História local, nacional e global, deve-se observar que a pluralidade e a diversidade são fundamentais quando falamos em identidade.

Ademais, a História local está fortemente ligada à memória. Nossas lembranças se relacionam com as lembranças do grupo que se fundem à nossa memória, como um passado em comum que nos liga e nos conecta. Nesse caso, sujeitos históricos que se percebem na sociedade da qual fazem parte e se identificam com outros personagens que estão a sua volta, relacionando-os em momentos passados ou presentes.

1.2 A Memória e os diferentes olhares sobre o patrimônio cultural da cidade Rondonópolis-MT

A valorização dos lugares de memória deve ser no sentido de evitarmos o esquecimento ou, até mesmo, de rompermos com o abandono da própria História. Por isso, é importante trazermos para a realidade do aluno o reconhecimento de que ele faz parte de uma História Local e, consequentemente, de uma História nacional e mundial.

A consciência de fazer parte da História deve ser vista como uma "necessidade da memória" e também uma "necessidade da história", pois "lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea que é preciso criar arquivos, [...], organizar celebrações [...], notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p. 13).

Lugares como museus, teatros, espaços culturais e urbanos possuem a finalidade de buscar no passado a nossa própria história. É como olhar para o lugar onde estamos inseridos, como um lugar de registro, como se a cidade fosse uma fonte histórica que está ao alcance de nossas mãos e que precisa ser estudada, entendida, compreendida e analisada em meio ao um espaço público em concordância com o espaço escolar.

Por isso, a escola sendo esse espaço propício onde o aluno se vê e se percebe no meio em que está inserido, desperta no educando o sentimento de valorização do patrimônio cultural

a partir de espaços que lhe são apresentados diariamente, mas que, muitas vezes, lhe passam despercebidos. Portanto, a ideia é que

> o espaço escolar e os espaços de preservação da memória – museus, arquivos, bibliotecas, casa de cultura, entre outros – devem ser pensados de modo conectado, já que são lugares precípuos de socialização da memória nas sociedades contemporâneas. A luta que se vem travando por parte de diferentes grupos sociais sobre o direito à memória, passa pelo acesso a esses importantes espaços de circulação e socialização de memória. A formação do professor e do historiador deve, então, problematizar – do ponto de vista da história – esses lugares, assim como os conteúdos da memória que neles circulam (TOLEDO e COSTA, 2014, p. 23).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) recomendam que um dos objetivos para o Ensino Fundamental seja que o educando conheça e valorize a "pluralidade de patrimônios sociocultural brasileiro bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações". E afirma que "uma visita pode suscitar o debate sobre como acontece a preservação do patrimônio histórico, cultural da localidade onde vivem, relacionando-o com as memórias e as identidades locais" (BRASIL, 1997, p.91).

Por isso, destacamos duas metodologias que são amplamente utilizadas no Ensino de História: o Estudo do Meio e a Educação Patrimonial. A primeira é uma "prática interdisciplinar" e conhecida desde o início do século XX como uma alternativa de se colocar o educando com o "meio social ou em situação de observação direta dos fenômenos naturais, para lhe proporcionar um estudo mais interativo e envolvente" (BITTENCOURT, 2010, p. 272). Mas, ao utilizarmos essa atividade como metodologia, devemos levar em consideração que não se trata de um mero passeio. O professor deve observar sua real finalidade e desenvolvê-la com extremo rigor. Assim,

> [...] do ponto de vista do desenvolvimento intelectual, o estudo do meio favorece a aquisição de uma série de capacidades, destacando-se a observação e o domínio de organizar e analisar registros orais e visuais. Outra conquista importante é a criação e efetivação de um trabalho em equipe, coletivo. Trata-se de oportunidade especial de construção de relações diferenciadas entre todos os participantes. É preciso estar sempre atento ao trabalho integrador inerente ao estudo, o qual ocorre em vários níveis: professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno. A saída de alunos do ambiente escolar, ao quebrar a rotina, exige o estabelecimento de novas regras e normas entre os participantes (BITTENCOURT, 2008, p. 276).

Há várias sequências de procedimentos didáticos que podem levar o aluno a desenvolver uma problematização de sua própria vivência, observando a sociedade e o mundo de maneira crítica-questionadora. Devemos, a partir disso, operacionalizar estratégias de pesquisas, com a finalidade de levantamento e análise de dados, ou seja, de sistematizar e problematizar

conceitos que levarão à concretização de ações baseadas nos conceitos que foram desenvolvidos.

É uma ferramenta flexível que será utilizada pelo professor como início para a execução de um projeto proposto pela escola:

> Quando se planeja e executa uma atividade segundo a metodologia do estudo do meio o professor provoca seus alunos a olharem para o mundo com curiosidade e pensarem nas estratégias para a troca e apropriação das informações necessárias à intervenção em seu meio social. O educador deve promover situações pedagógicas para o desenvolvimento das habilidades cognitivas necessárias aos alunos para solucionarem os problemas concretos que vivenciam. Ou seja, mais que a reprodução de um saber específico, aqui ganha valor o uso dos saberes para o entendimento e a resolução de situações concretas do cotidiano dos alunos (PACHECO, 2017, p. 74).

A memória tem forte ligação com o espaço e o período em que vivemos. E, por isso, a memória individual sempre nos levará a um senso de pertença a um determinado grupo social. É o sentimento de que se participa de uma sociedade e de um tempo histórico, à medida que nos mantemos unidos a essa coletividade. E a construção da História local também foi precedida de interesses políticos, visando a privilegiar sujeitos históricos e locais considerados importantes em virtude de outros, de uma forma, que a memória daquela sociedade estivesse voltada para a construção de um memorial com objetivos específicos, qual seja em especialmente de valorizar a nação.

A "memória não é a história" e ela tem muitos significados, pois trata-se da "propriedade de conservar certas informações […], graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". Mas é vista como

> […] essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros (LE GOFF, 1990, p. 29).

Mediante a essas discussões no ensino de História há a preocupação para que o aluno não se sinta excluído daquilo que ele vivencia ou do seu entorno, no caso a cidade onde vive e se relaciona. Propõe-se evitar nas propostas curriculares somente a existência de vencedores e/ou de líderes políticos e grupos dominantes locais ou nacionais. Nesse processo entra a memória fazendo uma ponte com a história de vida, pessoal, escolar, comunitária, profissional ou vizinha de cada educando e fortalecendo sua identidade.

Nesse sentido, há estreita relação entre memória e História local, é que de uma pode se chegar à outra, desde que a memória não seja "confundida com a História". Pois,

> [...] as memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas. As dos velhos e de pessoas que ainda estão no setor produtivo ou as de homens e de mulheres nem sempre coincidem, mesmo quando se referem ao mesmo acontecimento. Mas nenhuma memória, individual ou coletiva, constitui a história (BITTENCOURT, 2008, p. 169).

A "vulnerabilidade" da memória pode ser observada no sentido de que pode ser limitada pelas disputas políticas em que emerge. Por isso, o importante não é só levantar informações dessa memória, mas também com se deu a sua formação, identificando os elementos que se apresentam como sujeitos históricos e entender as "divergências e negociações" presentes naquele contexto. E "no contexto urbano os debates sobre a conservação e restauração de imóveis ou a construção de monumentos memoriais giram em torno do valor histórico ou valor de rememoração para as comunidades" (MEIRA, 2018, p. 37).

Se é correto dizer que a memória é o que torna parte de uma cidade, então o direito de dizer o que pode ou não ser patrimônio cultural não se restringe à escolha de um determinado grupo social ou apenas do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal. O direito à memória torna possível aos seus múltiplos sujeitos dar relevância e escolher o que merece ou não ser preservado ou conservado, a partir daquilo que consideram significativo como patrimônio comum para a coletividade.

A discussão sobre a escolha dos lugares de memória na cidade de Rondonópolis repercute na prática, no momento que são muitos sujeitos históricos que apresentam e discordam dos motivos para determinar o que deve ser protegido e, até mesmo, apontado como locais de memória da sociedade.

Depois de estudarmos em sala de aula o conceito de lugares de memória como locais de experiências intensas e espaços importantes para determinados grupos sociais e que ali viveram acontecimentos em comum, compartilham experiências e a história daquela sociedade, da qual o aluno faz parte, ficou mais fácil entender que a escolha desses locais como bens culturais não eram homogêneas e muito menos iguais. Por isso, as escolhas precisam partir de diálogos e votações participativas de diferentes setores da sociedade.

A forma como elegemos o que deve ser considerado patrimônio cultural em uma determinada cidade, nos mostra que "essas sobrevivências do passado" é uma opção que, muitas vezes, excluem as inúmeras vozes presentes naquele espaço social, de forma que, por essa escolha dita "legítima", por assim dizer, parece haver uma "generalização social" desses lugares

de memória, como se para todos tivessem o mesmo significado (AURELIO e SCALABRINI, 2004). Assim, a ideia é que,

> [...] converter em vontade coletiva a memória de um grupo social tem sido um eficiente instrumento de legitimação do poder, exigindo para isso sua consolidação através de diferentes suportes: monumentos, museus, objetos, bustos, personagens, datas comemorativas, nomes de ruas, praças etc. Portanto, o que se preserva, em última instância, é a memória de um determinado grupo social (AURELIO e SCALABRINI, 2004).

A questão não é de mera substituição de um grupo social por outro, simplesmente, como se agora os lugares de memória fossem desconsiderados em virtude de outros interesses. Mas seria interessante, que todos os sujeitos históricos pudessem ser representados em vários patrimônios, que retrataria as múltiplas experiências e daria oportunidade de haver uma "reapropriação da memória de grande parcela da sociedade" (AURELIO; SCALABRINI, 2004).

No caso de Rondonópolis, apenas algumas construções e monumentos foram selecionados como patrimônio cultural da comunidade, especialmente o Centro Histórico, tombado pelo poder público e alçado à relevância social. No entanto, a cidade com seus mais de 232 mil habitantes[8], não se restringe a esses espaços, sendo, portanto, relevantes também seus bairros e comunidades que apresentam uma pluralidade de significados e inúmeras vivências de nossos alunos.

A escolha do Centro Histórico, constituído do Cais e do Casario, junto ao rio Vermelho, como lugar de memória, tem sentido quando se observa sua importância, não somente pelo viés econômico como também pelo turístico para a região. O título que lhe conferem como símbolo das vivências coletivas por parte do Poder Público Municipal, não tem o mesmo significado para todos os moradores. Por isso, o Casario é um grande exemplo dessa iniciativa pública de divulgação de uma referência histórica. Como é parte do início do povoamento do munícipio e sua criação, datada de 1930, tem estreita relação com outro personagem, colocando em destaque nesse universo rondonopolitano, ou seja, o Marechal Cândido Mariano Rondon[9], isso faz com

[8] Segundo o IBGE (2019), a cidade de Rondonópolis-MT tem uma população estimada de 232.491 pessoas, numa área territorial de 4.686,622 km². Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/rondonopolis.html. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

[9] Sá (2009) observa que Cândido Mariano da Silva Rondon, nasceu em 1865 no local conhecido como Mimoso, no distrito do município de Santo Antônio de Leverger, na então Província de Mato Grosso. Aluno do curso normal no Liceu Cuiabano, ingressou como soldado no Exército em 1881 e posteriormente tornou-se cadete da Escola Militar. Em 1890, recebeu o título de engenheiro militar do diploma de bacharel em matemática ciências físicas e naturais e promovido a 1º Tenente do Estado Maior. Nessa época, acrescentou o sobrenome Rondon, como forma de homenagear o tio, que considerava como pai. Cândido Rondon participou a partir desse momento da primeira

que seja frequentemente estimulado pela imprensa local e pelos órgãos oficiais como o lugar de memória, apontado como centro de referência das manifestações cotidianas.

Partindo desse entendimento, a questão é compreender como olhar a cidade de Rondonópolis, a partir de seus múltiplos locais e entender que lugar de memória só pode ser valorizado se fizer algum sentido para os seus moradores. O importante é dar voz a outros sujeitos históricos que fazem parte de uma herança tão diversificada e que não foram ouvidos pelas autoridades e nem pelos grupos dominantes, que determinam e ditam que memórias devem ser consideradas como patrimônio cultural da cidade. No jogo da disputa pela memória do passado se expressa no presente a luta de classes pelo domínio sociopolítico e econômico do lugar e quem domina no presente procura controlar o passado criando as memórias e narrativas oficiais.

1.3 Ensino de História e Educação Patrimonial

A metodologia da Educação Patrimonial facilita o entendimento de que, no cotidiano, o aluno faz parte de um determinado local com um passado vivido em comum, que pode ser identificado por ele como parte da sua própria identidade, fazendo com que, se perceba inserido em uma história regional e nacional. Nesse aspecto, é válido "retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para desenvolvimento de uma aprendizagem significativa" (ZARPATO, 2017, p. 122).

A educação patrimonial em sala de aula deve ser vista como um processo educativo e capaz de sensibilizar seus sujeitos históricos para agir em defesa do patrimônio cultural. O instrumento, portanto, pode originar em produtos que ajudem a cada um fazer uma leitura do mundo em que está inserido. Ribeiro (2018, p. 21), por meio de seus estudos, traz como resultado um "Guia Didático de Ação Educativa para visita ao Museu de Arte Sacra de Mato Grosso", direcionado para escolas com enfoque para a educação patrimonial, analisando documentos e, ao mesmo tempo, apresentado os museus como espaços de memória. Neste sentido, o aluno não é desprovido de experiências pessoais quando adentra na escola, pois traz

---

Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, como comandante da expedição. Assim, esteve à frente das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no período republicano (1890 – 1910), nas regiões Oeste e Noroeste do Brasil, abrangendo os Estados que correspondem Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Acre (Território). Foi responsável pela criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, diretor de engenharia do Exército (1919-1924), inspecionou a fronteira do Brasil (Guianas e Argentina) de 1927 a 1930, General de Divisão nos anos de 1923 e 1924 e presidiu a Comissão Mista de Letícia (1934 a 1938). Morreu no Rio de Janeiro em 1958, aos 92 anos de idade.

consigo interpretações que viveu, ou melhor, traz um "universo pessoal", individual ou coletivo, com uma consciência histórica, desenvolvida ou a desenvolver ao longo de suas vivências e que, a partir do Ensino de História poderá "reconhecer sua identidade e os símbolos que marcam sua sociedade, tanto no âmbito material quanto em suas tradições de cultura imaterial".

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial, como observa Pesavento (2008, p. 11) "é um imperativo, uma exigência, desde a escola à mídia" e, portanto, devemos lembrar que sua importância decorre de um desejo em que se,

> [...] busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 4).

Já vimos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), dá garantias de um ensino voltado para a História regional e local. E, somado a isso, temos a educação patrimonial, que no ensino de História contribui para que nossos alunos sejam críticos quanto à preservação e à manutenção do patrimônio.

Sendo assim, não há lugar melhor do que o próprio ambiente escolar como espaço de preservação e de socialização dessa memória, pois "o compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino" (BITTENCOURT, 2008, p. 278).

O interesse em se falar de memória no Brasil ainda é muito recente no cenário acadêmico. No entanto, ao eleger o tema para ser estudado, vários motivos podem ser levados em conta, como a questão do uso público desse patrimônio e, especialmente, pela história de seus moradores que estabelecem "vínculos de memória". Por isso, o objetivo de preservação e conservação de monumentos, tem o significado de

> [...] dar a oportunidade às pessoas mais idosas de manterem suas histórias e memórias vivas, e aos mais jovens de sentirem-se pertencentes a uma sociedade com suas particularidades. Reviver momentos do passado, através da memória, é uma maneira que os homens buscam para rememorar suas histórias pessoais como um valor social enquanto membros de uma sociedade (OLIVEIRA, 2015, p. 44).

Assim, o estudo do meio, que também é visto como metodologia de ensino, e ao ser realizado no contexto escolar e consequentemente já faz parte das experiências de muitos professores de história, coloca em prática estudos de lugares de memória dentro de sua realidade local e trabalhado em conjunto com a educação patrimonial na sala de aula.

> Essas preocupações originam-se da necessidade de refletir sobre o quem sido constituído como memória social, como patrimônio da sociedade, e indagar se o resgate da memória de todos os setores e classes sociais se tem efetivado. Entre nós, tem-se sedimentado a ideia de que somos "um país sem memória", mas cabe questionar qual memória tem sido esquecida e como resgatar um passado que possa contribuir para atender às reivindicações de parcelas consideráveis da população às quais tem sido negado o "direito à memória" (BITTENCOURT, 2008, p. 279).

Há uma diferença entre patrimônio material e imaterial, e, nesse caso, vai além do patrimônio "edificado", chamando nossa atenção para o fato de também ser considerado patrimônio as "canções, crenças, ritos, festas, tradições" ou, até mesmo, "lendas, histórias contadas pelos mais antigos", ou seja, tudo que "originou-se da necessidade urgente de não reduzir as intervenções de salvaguarda às medidas levadas a efeito com relação ao patrimônio material" (PESAVENTO, 2008, p. 7).

O termo patrimônio material sempre remete a outro conceito, ou seja, ao tombamento, que pode se dizer está relacionado a interesses particulares ou governamentais. Segundo o que está preconizado na lei "a proteção do patrimônio ambiental urbano está diferentemente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória, dos referenciais culturais, é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo serviço público", e por isso, desqualifica alguns locais ao desconsiderar sua importância em detrimentos de outros grupos[10].

A respeito do que pode ser considerado patrimônio cultural, podemos observar que o Decreto-Lei nº 25, 30 de novembro de 1937 preconizava tratar-se de "um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".[11] Entretanto, se nos basearmos neste dispositivo legal, podemos perceber que muitos lugares de memória apontados por nossos alunos, não se enquadrariam nessa definição.

Partindo dessa premissa, associar poder ao patrimônio cultural sempre foi perceptível na história do Brasil, basta olhar para o Decreto-Lei nº. 25, de 1937[12], que denominava patrimônio como aquele que "por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer

[10] A respeito de tombamentos ver Tombamento – Conceitos. Secretaria da Comunicação e da Cultura Patrimônio Cultural. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#1. Acesso em: 31 de maio de 2019.

[11] Bens Tombados. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em 20 de jun. 2019.

[12] BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 10 de maio de 2019.

por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". Além disso, cabia apenas ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estabelecer o que podia ser considerado historicamente relevante para a cultura da sociedade, com ênfase nos desejos de grupos dominantes, excluindo qualquer bem que por acaso fosse proveniente de negros, pobres e indígenas. A intenção era que a nossa história fosse vista de forma pacífica com uma identidade sem diferenças sociais e uma memória coletiva homogênea.

As mudanças também podem ser percebidas no Decreto-Lei nº. 3.866, de 29 de novembro de 1941, que apresentava um único artigo, que dizia:

> O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1941).

Somado a isso, surgiu a Lei 6.292 de 1974, que determinava no Artigo 1º que o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), previsto no Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, dependeria de homologação do Ministro de Estado da Educação de Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo[13].

A definição de patrimônio também sofreu mudanças, pois abrangia tão somente a bens materiais, tangíveis como edifícios, monumentos e prédios, por sua ligação com a ideia de preservação e conservação. Contudo, o termo precisou ser redefinido e hoje patrimônio cultural pode ser visto como múltiplos saberes de uma determinada sociedade, assim como resultado de suas expressões e suas práticas que possam ligar a comunidade à sua memória, história e identidade social. Nesse sentido,

> O professor terá de escolher se aborda, primeiramente, algum patrimônio pertencente à cultura material ou imaterial. A partir de então outras destas seleções é justamente, qual aspecto deste patrimônio irá abordar, tendo de escolher, por exemplo, se irá tomar como fonte primária as tradições com ancestralidade passada de geração em geração através da oralidade, ou se irá utilizar-se de um bem material tombado, por instituições estatais de preservação – para realizar o processo de ensino e aprendizagem com os alunos (RIBEIRO, 2018, p. 33).

[13] BRASIL. Lei n. 6.292 de 15 de dezembro de 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6292.htm. Acesso em 10 de maio de 2019.

Ricardo Oriá ao discutir as questões referentes ao patrimônio no Brasil, afirma que a própria Constituição Federal de 1988 trouxe uma visão mais genérica do que poderia ser patrimônio cultural e acabou abrangendo a esse conceito os bens materiais e imateriais e isso

> [...] sinaliza em direção ao reconhecimento de que somos uma nação pluriétnica de marcante diversidade cultural, cabendo ao Poder Público promover a proteção dos bens culturais de todos os segmentos da sociedade brasileira. Neste sentido, o texto constitucional possibilitou ao legislador a criação de mecanismos que venham proteger, também, o patrimônio imaterial. (ORIÁ, 2005, p. 04)

O que está na Carta Magna de 1988 é que os direitos culturais fossem respeitados como um princípio fundamental do Estado democrático de direito. E para isso, o legislador atribuiu no artigo 216 o que é considerado cultura ao utilizar a expressão patrimônio cultural brasileiro. É nesse momento, que podemos perceber esse caráter mais abrangente do dispositivo em questão, pois nele "denota-se que o legislador optou por atribuir um caráter mais universalista, ou seja, mais amplo". (FERREIRA e MANGO, 2017, p. 84)

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - As formas de expressão;
> II - Os modos de criar, fazer e viver;
> III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;
> V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Entretanto, os incisos IV e V devem ser observados com cautela, pois deve haver uma orientação previamente elaborada, assim como efetivo conhecimento sobre o tema. A observação da legislação deve ser pautada em buscar norteamento para a sociedade com fins educativos, privilegiando incentivar e transformar esses locais valorizando a História Local e cultural. O Artigo 216 da Constituição Federal (1988), tem como finalidade nos mostrar a "legitimidade da diversidade cultural brasileira" Além disso, patrimônios material e imaterial estão demonstrados, assim como a identidade nacional (MORESCO, 2018, p. 37).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, "sedimentou a pluralidade do patrimônio cultural", ou seja, foram considerados tanto os bens materiais como os imateriais como patrimônio, Não obstante, eram considerados anteriormente apenas como valor histórico os que fossem aprovados por grupos dominantes, privilegiando uma elite que determinava o que devia

ser preservado e conservado. Os grupos marginalizados foram inseridos nesse conceito adotado pela Carta Magna e isso contribuiu de maneira

> [...] a superar a visão elitista, demonstrando a importância, para o patrimônio histórico-cultural da nação, dos bens materiais e imateriais, independentemente da fonte, pois receberam valoração não só as contribuições das classes dominantes, mas de todos os grupos étnicos formadores da sociedade brasileira – além de brancos, os negros e índios (DITZ, 2018, p. 28).

Há uma relação entre a História local, o ensino de História, a cidade e o patrimônio cultural, pois as evidências que estão presentes no espaço urbano são importantes para que haja uma conexão entre passado e presente, a partir dos vestígios de uma cidade. Assim, a cidade é de amplas possibilidades e como tal,

> [...] contribui no processo de ensino-aprendizagem, pois através dela podemos construir com os alunos os diversos conceitos que nos ajudarão a melhor "enxergar" e "sentir" o passado, dentre eles: o conceito de tempo e suas categorias (passado, presente, futuro), lugar, patrimônio, memória, identidade (TORRES NETO, 2018).

A formação de identidades e a cidadania é uma consequência de se ensinar. Sendo assim, "a escola é um dos locais onde os sujeitos históricos adquirem condições de perceber a realidade que o cerca e estabelecer novas percepções" (MORESCO, 2018, p. 30).

É o momento em que se busca a valorização do patrimônio, de seu próprio local de mundo, que se percebe que há uma necessidade de criar lugares de memória que tem sentido ou que representem a comunidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, a respeito do estudo da memória entendem que:

> Durante muito tempo, a História valorizou a memória de lideranças políticas e de heróis nacionais. Hoje em dia, existe a preocupação de igualmente preservar a memória de movimentos populares, das histórias das minorias étnicas, culturais e religiosas, das práticas e vivências populares, as lembranças de pessoas comuns etc. (BRASIL, 1998, p. 90).

Pode-se dizer que há uma relação entre o estudo de História e os saberes externos, ou seja, é possível perceber que fora do âmbito escolar, insere-se uma perspectiva do patrimônio cultural, mesmo que não haja uma percepção dessa necessidade.

> Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado. Estes

> espaços dotados de significado fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social (PESAVENTO, 2008, p. 03).

A abordagem sob esse aspecto tem sido utilizada nas aulas de História e trazendo inúmeros estudos e narrativas sobre a questão. E, dessa forma, falar de patrimônio está fortemente ligado à educação patrimonial, já que um completa a outra e estão interligados. A disciplina de História, ainda que não detenha a exclusividade, assume papel importante, pois lhe cabe apresentar "ações educativas voltadas a potencializar o diálogo sobre a preservação patrimonial e a valorização da memória na prática pedagógica", além de desenvolver "ações de percepção de bens culturais e de reflexão dos seus processos de constituição e reprodução" (PACHECO, 2017, p. 87).

Por isso, destaque-se:

> [...] a metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, 1999, p. 4).

Portanto, a educação patrimonial é uma metodologia que está voltada para a produção de conhecimento e seu objeto de estudo é o próprio patrimônio material ou imaterial, que busca fazer com que o aluno se perceba como pertencente a um lugar. Circe Bittencourt (2008, p. 277) observa que a metodologia já faz parte do plano docente em muitas escolas e adotada não só pelos professores de História. A ação envolve o "desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado".

E como estratégia diferenciada de ensinar História, pode-se e deve-se utilizar-se de patrimônios apresentados como locais de memória para que se valorizem os sujeitos históricos de determinados municípios, a fim de que se aperfeiçoem propostas didático-pedagógicas no currículo escolar, em ambientes diferenciados, resultando em estratégias educativas como a Educação Patrimonial.

> Salientamos que este entendimento da Metodologia Educativa Patrimonial possibilita estratégias diferenciadas no ensino da história. Uma vez que, sair a campo, aprofundar entendimentos acerca do patrimônio histórico de determinada localidade, observar,

> registrar, entre outras possibilidades pode instigar o processo de aprendizagem nos alunos. O fato de sair do modelo da sala de aula e proporcionar experiências que possuem relação com o cotidiano dos estudantes é uma estratégia interessante de tornar o espaço escolar mais criativo e dinâmico (DENTZ, 2018, p 55).

O patrimônio vai muito além do seu valor econômico e, tem hoje, uma grande abrangência na sociedade. Assim, a definição pode ter outros significados, pois o termo foi amplamente classificado e modificado. É o caso da Lei Municipal nº 6109, de 28 de dezembro de 2009, na cidade de Rondonópolis-MT que faz o tombamento e classifica como patrimônio histórico-cultural municipal, o Ipê amarelo, localizado na Praça Brasil.

> Art. 1º - Fica tombado, como Patrimônio Histórico Cultural Municipal, o IPÊ AMARELO, localizado na Praça Brasil, à Rua Arnaldo Estevão, em frente à Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, neste município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.
> Art. 2º - Objetiva esta Lei:
> I - Reconhecer a beleza desse Ipê Amarelo e a importância de sua localização;
> II - Respeitá-lo como patrimônio histórico cultural, paisagístico e natural do município de Rondonópolis;
> III - Preservar a sua espécie, através de sua referência(RONDONÓPOLIS, 2009).

É nesse sentido que visualizamos a educação patrimonial, ou seja, que o educando perceba o patrimônio de seu local de vivência, seja sua cidade, sua comunidade e sua vizinhança, se apropriando e valorizando a história e sua própria identidade. Lembrando que

> [...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.9394/96, garante os estudantes um ensino diversificado voltado para as características regionais e locais de cada cultura. A metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História, por meio da articulação do conhecimento arqueológico, pode aproximar os indivíduos de seus objetivos de pesquisa, contribuindo para um aprendizado estimulante e para fazer com que eles sejam críticos, tanto na preservação e na transformação do conhecimento da História quanto nas tomadas de decisões acerca do patrimônio (PLENS, 2014, p. 36).

O patrimônio cultural também abrange a forma em que os sujeitos executam ações (patrimônio vivo) ligadas à caça, à pesca, ao plantio, ao cultivo, a "artesanatos, ao colher, à utilização de plantas como alimentos e remédios, à construção de moradias, à culinária, às danças, às músicas, aos modos de vestir e falar, aos rituais e festas religiosas e populares, às relações sociais e familiares". A educação patrimonial motiva educadores a usarem "objetos culturais" em suas aulas como ferramentas primordiais de ensino e não apenas como uma peça meramente ilustrativa de ensino (HORTA, 1999, p. 5).

É possível aplicar a metodologia da educação patrimonial usando o objeto cultural e fazendo uma série de indagações. São etapas metodológicas de observação, registro, exploração

e apropriação. A primeira etapa traz exercícios de percepção visual e sensorial e que se procura identificar um objeto. Na segunda, o aluno consolidará seu conhecimento a respeito do objeto estudado, que poderá ser pelos desenhos, gráficos, mapas e maquetes, levando-o a registrar o objeto em sua memória. Na terceira etapa, serão realizadas análises, hipóteses, pesquisas e entrevistas a fim de obter mais informações a respeito do objeto. Na quarta etapa, é o momento da releitura e de se sentir parte daquele objeto e de valorizar o lugar da qual ele faz parte (HORTA, 1999).

Nesse sentido, valorizar os sujeitos históricos na sociedade em que estão inseridos é um dos objetivos da metodologia de ensino que busca preservar sua história e por isso o "patrimônio cultural confronta-se com as questões relacionadas à identidade, a memória, a coletividade e a herança: material ou imaterial" (SANTOS, 2013, p. 1).

Por meio dessas ações busca-se transformar esse sujeito naquele que age diretamente em todo o processo ao invés de meros espectadores que buscam a proteção do patrimônio. No final, nossos alunos poderão se fazer ouvir ao dizer que outros lugares de memória podem ser acrescidos aqueles que já foram estabelecidos pelo Poder Público.

Por esta visão, a cidade de Rondonópolis-MT pode ser usada no ensino de História como espaço de aprendizagem, resultando desse modo, em uma aula em que se busque o registro de releituras, seja de praças, feiras, ruas, campinhos de futebol, centro de lazer, monumentos e edificações.

A cidade, nosso centro de pesquisa é uma fonte no trabalho com o patrimônio, vista com muitos sentidos e interpretações e como múltiplas realidades. Composta por sujeitos ímpares que se relacionam com outros indivíduos, portadores dos mais variados símbolos e memórias e que carregam a sua identidade individual, mas também do grupo social e de uma comunidade que se encontra inserido e da qual faz parte.

CAPÍTULO II

LUGARES DE MEMÓRIA NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS-MT

A cidade de Rondonópolis-MT foi definida nos versos de Aires José Pereira, Elias da Silva e Sebastião Assis como um lugar que surgiu: "[...] nas belezas das matas e montes, nas entranhas de vales e rios; na nobreza do denso cerrado, foi assim que este sonho seguiu; brasileiros de plagas distantes, cá vieram trazer seu labor [...]". E nesse trecho da música estão presentes imagens que foram abordadas por memorialistas e historiadores exaltando a chegada de viajantes em busca de enriquecimento com uma "nobre missão" de fazer crescer uma região, que embora já fosse povoada por grupos indígenas, são citados no hino do munícipio como aqueles que foram sustentados pelo Rio Vermelho, que assistiam à terra crescendo e se desenvolvendo, a partir da chegada de pioneiros, como Marechal Rondon que pela "balsa bororo" trouxeram "esperanças" para essa terra "florir".[14]

Segundo Carvalho (2005) esse contexto deve ser entendido como resultado de um discurso parcial, isento de qualquer neutralidade, que pretende infundir uma narrativa exclusivamente elitista e com uma intencionalidade em produzir uma versão condescendente com os colonizadores e, nesse caso, buscar legitimar escolhas que não apresentam a presença de grupos minoritários da sociedade.

Este capítulo apresenta a história da cidade, a partir de seus lugares de memória e de olhares que narram sobre a ocupação inicial até os dias recentes. Encontra-se dividido em três partes: a primeira refere-se a uma breve análise a respeito da formação histórica de Rondonópolis; a segunda traz informações a respeito dos patrimônios tombados no munícipio e, por último; a terceira corresponde aos patrimônios afetivos elencados pelos alunos. A seleção desses patrimônios levantou algumas questões de como e o porquê nossos alunos reproduziam lugares a partir daqueles que já foram apresentados pelas organizações, entidades, meios de comunicação e poder público.

As fotografias disponíveis nos *sites* de meios de comunicação, governamentais e de entidades fazem referências a lugares oficiais, e é importante que eles estejam em evidência até em função de sua importância histórica. A cidade tem sofrido tantas modificações que, muitas vezes, antigos locais são considerados desconhecidos pela população, especialmente os novos

[14] A letra completa do Hino do Munícipio de Rondonópolis-MT encontra-se no *site* da Prefeitura Municipal. A melodia também é de Aires José Pereira e Elias da Silva. Disponível em: http://www.rondonopolis.mt.gov.br/cidade/hino/. Acesso em 23 de novembro de 2020.

moradores que aqui se encontram. É preciso que esses vestígios sejam registrados para que a memória seja relembrada.

Com as inúmeras transformações ocorridas na cidade de Rondonópolis ao longo dos anos, é perfeitamente cabível encontrar pessoas que desconhecem a história local, principalmente quando nos referimos às construções. O local onde se deu o início da ocupação da cidade é hoje um lugar que sofreu tantas modificações que, e nem sempre é acessível para todos os moradores, incluindo os alunos, que apesar de informações e propagandas oficiais ou não, conhecerem o espaço urbano em que estão inseridos.

A primeira experiência que tivemos com os lugares de memória da cidade nos fez despertar o desejo de fazer um produto que usasse a fotografia como fonte histórica. E, na medida em que fomos conhecendo tantos lugares que representavam o patrimônio cultural, pudemos perceber que havia um rico material que poderia ser usado nas aulas de História. Não somente utilizar fotografias como um recurso para o estudo do passado, mas também como "a criação de um testemunho" de sua própria comunidade (KOSSOY, 2014, p. 54). Assim, a pesquisa procurou realizar análises comparativas entre as fotos antigas e recentes dentro do espaço da cidade, e com relação a algumas fotografias tentamos fazer a datação precisa ou aproximada de cada imagem apresentada, buscando em fontes, como *sites* e redes sociais.

2.1 Formação histórica de Rondonópolis-MT

Rondonópolis apresenta uma história recente quando comparada com outras cidades brasileiras e possui uma herança cultural oriunda de outras regiões do país, com pessoas que que se fixaram no município, gerando então, uma sociedade com inúmeras identidades formadora de um mosaico cultural[15].

A ocupação ocorreu semelhante a tantos outros municípios da região Centro Oeste na chamada "Marcha para o Oeste", que, em linhas gerais, tinha como objetivo povoar o interior do Brasil e desenvolver regiões consideradas atrasadas (SCHWAB, 2009). No entanto, o que a diferencia é a forma como se deu o início de seu povoamento. Não houve um povoamento contínuo e sim, vários períodos ininterruptos de povoamento e que só se findaram a partir de

[15] Roberto de Souza Santos (2016, p. 165) observa que a microrregião geográfica de Rondonópolis-MT está localizada na Mesorregião Sudeste Mato-grossense. É formada por 4 microrregiões. A primeira é Microrregião de Rondonópolis com 8 municípios (Rondonópolis, Itiquira, Pedra Preta, São José do Povo, Juscimeira, São Pedro da Cipa Jaciara e Dom Aquino); a segunda é a Microrregião Geográfica de Alto Araguaia (Alto Taquari, Alto Araguaia e Alto Garças; a terceira seria a Microrregião de Tesouro (Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoreo, Guiratinga, Poxoreo, Tesouro, Pontal do Araguaia, e General Carneiro); e por último, temos a Microrregião de Primavera do Leste com os municípios de Primavera do Leste e Campo Verde.

1947. Nesse contexto, a região foi considerada como uma "fronteira agrícola mato-grossense". No mapa abaixo, podemos ver a localização da cidade de Rondonópolis – MT.

Figura 2 - Mapa do munícipio de Rondonópolis – MT



Fonte: *Google Maps*[16]

A chegada de tantas pessoas se deve a um sentimento muito comum na época, ou seja, ao sonho em busca do "Eldorado": sujeitos históricos que procuravam, por meio do trabalho uma oportunidade de mudar de vida. E foi seguindo o rastro do primeiro destacamento militar instalado, em 1875 e das expedições comandadas por Cândido Rondon, que se deu início a esse processo de ocupação, seguida por aqueles que procuravam diamante e ouro na região.

Antônio Cândido de Carvalho liderou uma das primeiras expedições em busca de ouro explorando o Vale do Rio São Lourenço, assim, João Arenas Teixeira, que em 1924, também percorreu o local à procura de riquezas. A partir daí, muitos moradores do Nordeste e Goiás começaram a chegar e se estabelecer às margens do Rio Vermelho, acabando por espalhar a notícia de grandes fortunas encontradas nas terras de Rondonópolis.

A cidade ainda não era um povoamento permanente, embora seu início se dera desde o ano de 1902. Nesse período, indígenas bororos já se encontravam na região, assim como um destacamento militar e aventureiros que buscavam riquezas pela mineração. A região era vista por alguns pioneiros como "uma colônia de índios" (TESORO, 1993, p. 25). Mas a população

[16] Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Rondonopolis-MT/. Acesso em: 29 de junho de 2020.

não vivia apenas do desejo de encontrar ouro e pedras preciosas e era possível perceber que outra atividade econômica prevalecia na região, como as "as fazendas de gado e de plantações de milho, feijão, mandioca e arroz" (MEDEIROS, 2017, p. 21).

Em suas pesquisas, Froelich (2019) observa que Rondonópolis "foi submetida a um processo de (re)ocupação, pois, este território inicialmente era povoado por povos indígenas", que, de uma população de 10.000 habitantes, foi diminuindo até chegar a 706 habitantes (século XX). Esses povos, não só foram desapropriados de seus territórios, como também foram escravizados e submetidos ao trabalho compulsório (FROELICH, 2019, *apud* Moura, p. 3).

Quanto aos goianos, eles formaram, em 1915, um pequeno povoado, com cerca de setenta pessoas, e com uma certa organização social e econômica, mas foi somente em 1920 que Rondonópolis, recebeu o nome de distrito em lugar de ser chamado de vilarejo. A linha telegráfica só foi instalada em 1922 e casas de comércio puderam ser vistas a partir de 1926. A presença de missionários na região, assim como o funcionamento da balsa, são pontos positivos apresentadas pelos moradores. No entanto, as condições de vida e de trabalho não eram boas para a população local, o que acabou gerando um esvaziamento populacional, que só veio a ter um novo perfil em 1924, com a chegada de novos moradores[17].

Demamann (2011) citado por Medeiros (2017, p. 22), observa que no ano de 1918 ocorreu a primeira delimitação urbana do Povoado do Rio Vermelho. Foi um projeto de Otávio Pitaluga, que delimitava "uma área reservada para construção de casas e de outra porção formada por chácaras, que faziam parte de uma unidade maior denominada Patrimônio". E, em 1920, o mesmo tenente deputado, contribuiu para a criação do Distrito de Rondonópolis, sendo o responsável pela execução da proposta de medição das terras da região e articulador da mudança da linha telegráfica e, por isso, acabou alterando o roteiro estabelecido pela Comissão Rondon, incluindo o rio Vermelho no itinerário ao invés do São Lourenço, que era a proposta inicial. Foi após esse ato, que resolveu homenagear Cândido Rondon, como forma de evitar conflitos, colocando seu nome no novo distrito de Santo Antônio de Leverger, que viria a ser chamado Rondonópolis.

Homenagear Rondon não se limitou ao nome do antigo povoado do rio Vermelho, mas também foi usado para nomear a primeira rua, que além de estar localizada na área central,

[17] A Lei nº 2777 de 22 de outubro de 1997 dispõe a definição da data de fundação do Povoado do Rio Vermelho "Rondonópolis". Segundo o documento, em seu artigo 1º, "fica definido a data correta da fundação do Povoado do Rio Vermelho "Rondonópolis", conforme Decreto Estadual nº 395 de 10 de agosto de 1.915, quando passa a existir oficialmente", sendo, portanto, estabelecido no artigo 2º que "O Povoado do Rio Vermelho passa a ser cognominado de Rondonópolis em 1918". Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/1997/278/2777/lei-ordinaria-n-2777-1997-dispoe-sobre-a-definicao-da-data-de-fundacao-do-povoado-do-rio-vermelho-rondonopolis-e-da-outras-providencias?q=2777. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

tinha um caráter específico, pois era por ela que se dava a mobilidade da população e dos carros de bois e tropas. A escolha não se deu como resultado de uma decisão coletiva e nem tampouco representava a memória coletiva, mas era uma forma de perpetuar o nome daquele que era considerado "herói" para determinados grupos sociais, especialmente militares e políticos, e com isso, se buscava a "permanência de uma determinada visão de história" (FRANÇA, 2019, p. 234). Os estudos de Soely Maria de Meira (2018, p. 37) apontam que os olhares sobre o mesmo espaço são diferenciados e nem sempre há concordância sobre que bem deve ser preservado e por isso "acredita-se que as memórias estão sempre vulneráveis às mudanças culturais e políticas do tempo presente, sujeitas aos grupos que as disputam".

Na Figura 3, vê-se a Avenida Marechal Rondon na década de 1950, e pela qual observa-se a quantidade de habitações e o vazio populacional ainda predominante na principal via de acesso, mesmo após anos de povoamento. A imagem de um lugar tão importante é um registro de que as condições de vida dos moradores ainda eram precárias e nos apresenta as primeiras moradias com suas poucas construções e de aspecto bem simples. A imagem retrata uma rua sem asfalto, de terra, tendo como transeuntes duas pessoas, uma mulher e uma criança, se locomovendo sob o sol. A foto não é muito nítida, pois não é possível vislumbrar os rostos desses moradores. É mais uma cena de cotidiano registrada por um fotógrafo que não foi identificado, e cujo foco principal era retratar a avenida em questão, o que demonstra que as pessoas presentes não eram objeto pretendido, mas sim evidenciar o cenário da cidade.

Figura 3- Avenida Marechal Rondon - anos de 1950



Fonte: Fotógrafo desconhecido.[18]

[18] Disponível em: http://www.turismoruralmt.com/2018/02/reliquias-fotos-antigas-de-rondonopolis.html. Acesso em 29 de janeiro de 2021.

A propaganda realizada pelo poder público para atrair novos moradores para a região no antigo povoado do rio Vermelho era bem semelhante àquela usada nos programas de fins do século XIX e início do século XIX, voltada, principalmente, para imigrantes europeus, pois se buscava com o desenvolvimento da economia cafeeira, suprir a falta de braços para o trabalho nos cafezais, conforme observou Kossoy (2014).

Apesar de não ser o caso de Rondonópolis, quando falamos em propaganda voltada para o trabalho nas fazendas de café, podemos fazer uma analogia para entender que a propaganda de incentivo também era apresentada de maneira positiva, sendo retratada por seus atrativos naturais e com muitas oportunidades de lazer e diversão. É o que se pode constatar nas narrativas de vários entrevistados pela historiadora Luci Léa Lopes Martins Tesoro (1993), que pesquisou a chegada dos pioneiros na região. A autora traz informações bastante relevantes, como os relatos do senhor Wilson de Oliveira Nogueira, que conta que, em 1950, decidiu trabalhar em Rondonópolis convencido de que se tratava de uma "França em miniatura" (TESORO, 1993, p. 50).

Froelich (2019, p. 2) destaca que as pessoas que migravam para Rondonópolis, buscavam uma mudança de vida e acreditaram na propaganda positiva acerca da região. Era um "processo de convencimento" que despertava o desejo de muitos migrantes em se estabelecer nesse lugar, não importando as dificuldades de deslocamento ou de mudanças que teriam que enfrentar.

Não há um aumento populacional nos anos de 1940, que devido a vários problemas acabou afugentando parte da população, a ponto de restarem "cinco casas [...] e, em 1942, apenas três [...]". Mas, mesmo com isso, Rondonópolis deixou de ser distrito independente e passou a integrar o de Poxoréo em 1938 (TESORO, 1993, p. 26). A forma como viam o processo de formação de Rondonópolis pode ser assim apresentado:

> Rondonópolis, antigo povoado do Rio Vermelho, surgiu como distrito de Paz de Cuiabá, em 08 de outubro de 1920, por meio da resolução n. 814. Em 26 de outubro de 1938, devido à proximidade com a cidade de Poxoréo, ao restrito número de habitantes e à nova política adotada pelo Estado, passou a ser Distrito de Paz de Poxoréo, por meio do Decreto Lei n. 208, embora continuasse como Comarca de Cuiabá. Finalmente, em 1953, com aproximadamente 2.888 habitantes, comércio razoável, igrejas e escolas, Rondonópolis foi elevada à categoria de município pela lei n. 666, de 10 de dezembro do corrente ano (GIMENES e GUERRA, 2008, p. 23).

A área que hoje compreende os dois municípios era ocupada por índios Bororo, mais precisamente do grupo dos Coroados e, historicamente, é possível identificar duas fases evolutivas da área. A primeira fase, iniciada nos anos de 1875 e com término em 1937 tem a

primeira etapa no momento da penetração, correspondendo ao período de 1875 a 1915, cuja principal característica diz respeito ao vazio em termos populacionais da região (SILVA, 1988).

Nessa época, percebeu-se a presença do destacamento militar, que, posteriormente, originou-se o povoado de Ponte de Pedra, e essa presença na região foi marcada por uma política de "integração de terras" e com a finalidade de "reconhecimento do território" (MEDEIROS, 2017, p. 21). Ainda, nessa primeira fase, na segunda etapa do ano de 1890 com a chegada de Cândido Rondon, buscou-se fixar um ponto de apoio para a Comissão Construtora de linhas telegráficas. E no terceiro momento de penetração, foi observada a presença de mineradores que chegaram aos municípios conhecidos como Poxoréo, Alto Araguaia, Guiratinga e Rondonópolis.

Nos anos de 1907 a 1909, durante a implantação das linhas telegráficas por Cândido Rondon ocorreu a criação de vários povoados, que mais adiante acabariam tornando-se municípios. A data de 1915 foi simbólica porque houve a demarcação da reserva de terras para a formação do povoado conhecido como Rio Vermelho. Nesse momento, não se falava mais em penetração, mas sim, em povoação.

O ano de 1919 foi o período da segunda etapa, com características bem distintas da primeira. Ocorreu o avanço populacional na região em decorrência em grande parte da mineração. Foi também o momento que o povoado Rio Vermelho recebeu uma nova denominação: Rondonópolis. As migrações aumentaram sejam devido à procura de jazidas diamantíferas, ou pela busca de novas terras, ou, ainda, por aqueles que fugiam das disputas políticas no município de Garças. O distrito de Poxoréo foi criado em 1932 e estava ligado à comarca de Cuiabá e a região recebeu migrantes que vinham, em sua maioria, do Nordeste brasileiro.

Rondonópolis estava inserida na política da Marcha para o Oeste, empreendida nos anos de 1930 por Getúlio Vargas. Esse projeto de integração nacional buscava associar desenvolvimento nacional com saneamento e crescimento econômico do país (GALVÃO, 2011). Em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, visando à divulgação das terras do Oeste é que teve início a concessão de terras pelo Estado (FROELICH, 2005).

Entre os anos de 1938 a 1979 ocorreu o que Silva (1988) chama de segunda fase, dividida em duas etapas. A primeira etapa (1938) foi o período da colonização e nesse momento ocorreu a emancipação política de Poxoréo e a criação do distrito de Rondonópolis.

A chegada de novos migrantes, além dos nordestinos, paulistas e mineiros, que dinamizaram a economia, pela atividade agrícola. Um fato que chama a atenção foi que em

Rondonópolis houve uma distribuição de terras (1948) pelo governo estadual, que incentivava a vinda de paranaenses, goianos e descendentes de outros países, como espanhóis, japoneses e italianos. A partir de 1960, já havia encerrada a primeira fase da ocupação da área que abrange o município de Rondonópolis, que havia sido criado em 1953. Assim, iniciou-se o período da expansão dessa fronteira agrícola, com o aumento significativo da população rural.

2.2 A cidade de Rondonópolis-MT e o tombamento de seu patrimônio cultural

Segundo Tesoro (1993), o distrito de Rondonópolis no início de sua formação tinha poucas edificações. Vista como um simples povoado, os relatos dos viajantes em 1947 nos mostram a singularidade presente como um local de rua única, em que era possível ver somente o Correio, a casa de Moisés Cury e a de Jacinto Xavier, ou seja, um local descrito com poucas casas e alguns ranchos.

Em 1950, Rondonópolis ainda pertencia ao distrito de Poxoréo. Nesse período, o povoado teve aumento em sua população. Na década de 1960, sítios foram construídos na região provenientes de loteamentos particulares, impulsionados a partir das construções das rodovias Cuiabá-Campo Grande (1947) da BR 364 e BR 70. Com isso, a região vislumbrou um aumento significativo de migrações como resultado das políticas de ocupação promovidas pelos governos estadual de Mato Grosso e federal.

Figura 4 - Vista aérea da cidade: Rondonópolis (MT) - século XX



Fonte: IBGE[19]

No início dos anos de 1970, houve um rápido crescimento do processo de urbanização, em especial de áreas periféricas na cidade (Figura 04). Quando analisamos a imagem acima

[19] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/historico. Acesso em 12 de outubro de 2020. Fotógrafo desconhecido.

notamos a igreja, o rio, as quadras em formato retangular, o formato das casas e os espaços vazios da cidade, que seriam ocupados com novas construções nos anos seguintes. Moradores construíram suas casas em regime de mutirão em bairros mais afastados do centro e sem nenhuma estrutura básica, como luz, água e esgoto. E nas décadas seguintes houve a preocupação do Estado em criar bairros habitacionais para a população, mas também foram construídos a partir da ocupação irregular dos habitantes em áreas que não eram valorizadas pela elite fundiária. Do lado oposto, surgiam bairros com outras realidades sociais, provenientes do desejo da elite local em se separar de segmentos populacionais menos favorecidos (SILVA, 2009, p. 33).

A ideia de "Mato Grosso, para além de Cuiabá, é marcada por diversos conflitos, relações sociais, culturais e de poder, que ao longo dos anos foi se estabelecendo e assim influenciando" foi observada por Ambrósio (2018, p. 60) ao afirmar que o patrimônio cultural tem relação com a memória, preservação, esquecimento e disputas de poderes do que deve ou não ser considerado preservado e tombado e por consequência, privilegiando determinados grupos sociais. Segundo ele, "muitas foram as relações de conflito entre memória e esquecimento". A memória coletiva, nesse caso, foi recortada, criando-se uma outra memória, a oficial, que realiza os registros, a fim de salvaguardar e preservar aquilo que lhes interessa, enfocando grupos que estão no poder e excluindo outros como: mulheres, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, afrodescendentes, entre outros. A responsabilidade do historiador nesse sentido, ao trabalhar com "memória institucional", é demonstrar que há conflitos e disputas nas relações que envolvem questões pertinentes ao patrimônio cultural (PACHECO, 2010, p.144).

Ao se pensar a questão do que é ou não patrimônio, entendemos que determinados grupos ou parte da sociedade atribui um determinado valor a certos objetos ou bens que acreditam ser possível representar a identidade de um povo ou da coletividade. Pensando nisso, é que apresentamos os bens materiais ou imateriais que foram alçados em Rondonópolis à qualidade de patrimônio cultural, pois a cidade torna-se uma fonte de grande valor, na medida em que isso, pode levar os sujeitos históricos a conceberem determinado patrimônio como parte de sua história.

> A cidade é então este espaço onde a vida acontece, se cruza, onde as pessoas se veem, se encontram, vivem suas vidas e vão construindo significados para todo esse contexto. Neste espaço urbano as escolhas de vida são feitas, a subjetividade presente na maneira como cada pessoa percebe este espaço se faz presente e é essa subjetividade e está sensibilidade do olhar sobre o vivido, o sentido e sobre o construído que vai estabelecer para a população o que para ela é um patrimônio, um bem a ser protegido (PRIAMO, 2013, p. 41).

No entanto, a escolha por esse ou aquele monumento nem sempre ocorre de forma natural, espontânea ou mesmo democrática e os chamados lugares de memória nem sempre representam o valor atribuído por todos os grupos sociais. E, por isso, quem definiu a seleção desses locais e o seu significado para a cidade, faz parte de um projeto de construção de identidade com objetivos que, na maioria das vezes, exclui a vivência de grande parte da população, que sequer foi consultada nesse processo.

Essa construção também diz respeito à cidade de Rondonópolis, que é consequência de um território que só existe porque tem seus sujeitos históricos, que a constroem, a partir de seus próprios aprendizados, que a movimentam e a fazem girar, na medida em que se transforma e se modifica.

Martinez (2012, p. 179), ao discutir o termo cidade educadora, relata que "Não seria possível apreender o complexo cidade se deixássemos de fora o elemento humano, considerando apenas os espaços que apresentam e a estrutura física das diversas construções que a compõem". Segundo o autor, o termo "cidade" é uma categoria de análise, e por isso, esse espaço deve ser bem-conceituado. No entanto, o que não se pode perder de vista é que em todas as definições a relação ser humano e suas atividades sempre vai estar presente. E por isso, a cidade não se restringe à ideia de uma área central mais desenvolvida em comparação com a periferia. Mas, outros espaços que estão fora dessa rota do centro faz parte da cidade, na medida em que a população a utiliza no dia a dia e nesse caso, esses locais acabam significando lugares representativas dessa cultura.

Nesse sentido, a história de Rondonópolis traz em sua formação um emaranhado de grupos sociais que influenciaram as transformações que operam nos espaços de memória e, que, estão marcadas por conflitos e privilégios, envolvendo os sujeitos históricos que vivem na cidade.

> Descortinar essas transformações, tramas e interações que permearam os processos históricos da Cidade de Rondonópolis/MT é formar uma consciência social do passado, e, é também demonstrar que a Cidade se constituiu em processo de tempo e que marcas dessa ação foram deixadas por diversos grupos sociais, algumas marcas são mais visíveis que outras, cabe então através da reflexão em torno da memória e da cultura identificarmos essas marcas, assegurando o direito de lembrar e ser lembrado de todos os atores da história dessa Cidade (ARRUDA, 2018, p. 20).

Mas, tendo em vista que nem todos os sujeitos da sociedade são quem decide o que pode ser considerado patrimônio, é importante que haja a necessidade de se tentar fazer isso, com a participação de outros grupos sociais, que anteriormente já foram desconsiderados e que podem ser identificados pelos bens que reportam a memória coletiva da comunidade.

O valor dado a esses locais é a necessidade de expressar um sentimento de que este pertence a identidade de certo grupo social que deseja ser lembrado ou dominado. Os interesses são múltiplos, assim como são múltiplos os significados, que podem representar interesses econômicos, culturais e sociais.

> É a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história.
> Essa perda de referenciais históricos, pautados na memória da cidade, nos dá a estranha sensação de que somos "estrangeiros" em nossa própria casa. Sem a memória, não encontraremos mais os ícones, símbolos e lembranças que nos unem à cidade e, assim, nos sentiremos deslocados e confusos (BITTENCOURT, 2005, p. 139).

Quando falamos em patrimônio cultural tombado, precisamos entender o significado de "tombar". Etimologicamente, a palavra tombamento origina-se de Portugal e traz um significado bastante amplo, ou seja, é um registro do patrimônio que é valorado para alguma comunidade e, dessa forma, será protegido por leis específicas. Em geral, o ato é administrativo exercido pelo poder público que procura proteger por essa legislação, um determinado bem que é considerado histórica e culturalmente relevante para determinada comunidade, e cuja finalidade seria o de evitar sua destruição ou descaracterização (IPHAN, 2020).

O dicionário *online* de português define o termo como um "processo que faz com que um bem móvel ou imóvel seja registrado, tendo em conta sua relevância histórica, cultural ou paisagística, como merecedor de proteção passando a ser regido por uma legislação específica"[20]. E o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define o tombamento como "instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido", que pode ser realizado pela administração no âmbito federal, estadual e municipal.

Assim, o uso da palavra "tombo" passou a significar "registro" e era feito inicialmente pelo Arquivo Nacional Português, localizado numa das torres da muralha da cidade de Lisboa e por isso acabou sendo denominado de "Torre do Tombo", local onde se guardavam os livros de registros especiais (Livros de Tombo) (IPHAN, 2020)[21].

---

[20] TOMBAMENTO. *In*: Dicionário *Online* de português. 2009-2021. Disponível em: https://www.dicio.com.br/tombamento/. Acesso em 04 de março de 2020.
[21] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em 12 março de 2020.

A solicitação junto ao IPHAN pode ser requisitada por qualquer pessoa física ou jurídica e depois de um processo administrativo que faz uma análise da importância daquele bem em nível nacional, começa a inscrição no Livro do Tombo e, posteriormente, os mesmos passam por uma fiscalização do IPHAN que verifica "suas condições de conservação, e qualquer intervenção nesses bens deve ser previamente autorizada". O objetivo desse tombamento é "impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras" (IPHAN, 2020).

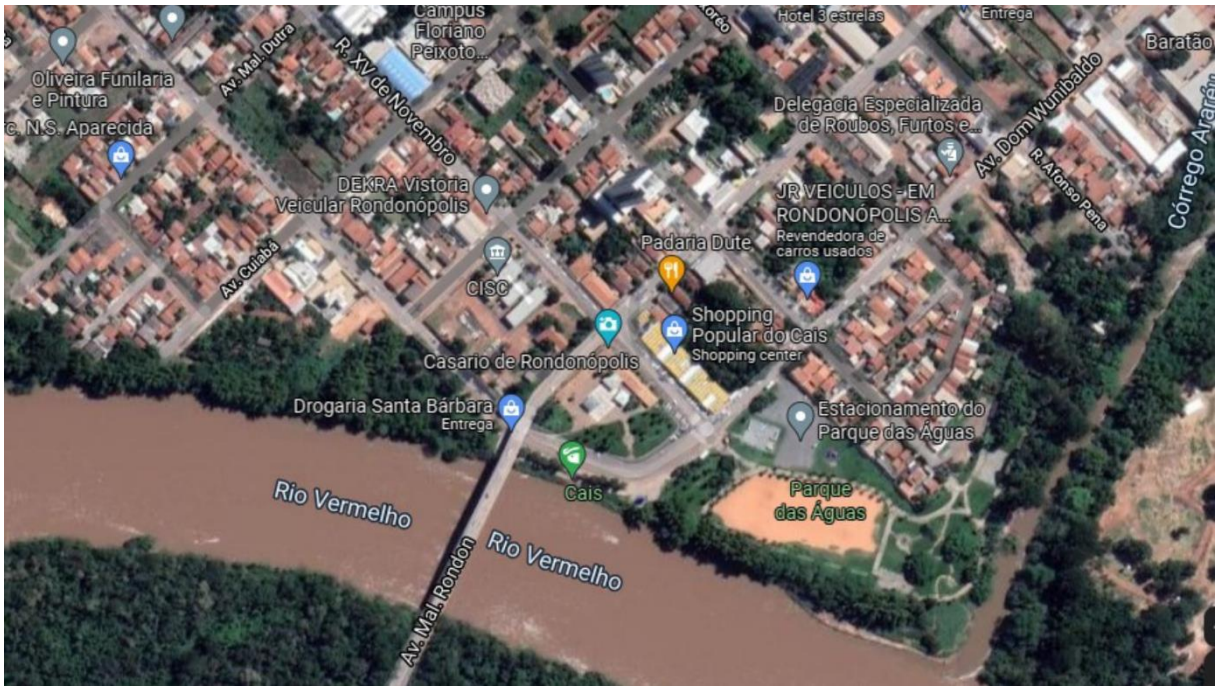
Rondonópolis não é a única cidade a sofrer um certo abandono por parte do poder público ao tratar a questão do patrimônio cultural, pois a exemplo de Cuiabá, a capital do estado de Mato Grosso, também se fala na falta de ações que deviam ser empreendidas quando se trata do tema. No caso de Rondonópolis, a situação é mais grave, quando observamos as poucas leis voltadas para os bens materiais ou imateriais. Nesse sentido, na legislação vigente do município só há referência na "Lei de n.º 1038 de 23 de junho de 1987, que estabelece normas para preservação do Patrimônio Cultural de Rondonópolis e do Decreto n.º 2098 de 19 de agosto de 1987, que estabelece normas de proteção e preservação do Patrimônio Cultural de Rondonópolis" (ALVES, 2018, p. 65).

Procuramos neste estudo, apresentar exemplos do patrimônio cultural tombado em Rondonópolis, destacando lugares de memória já instituídos, seja pelo poder público ou por pessoas ligadas à preservação e à conservação de bens, principalmente aqueles que aparecem nos meios de comunicação e que recebem, portanto, ampla divulgação na comunidade, sem, no entanto, serem apontados por nossos sujeitos históricos/alunos como únicos lugares referendados e reconhecidos como parte de sua realidade social. Como educadores, devemos ter o cuidado de observar que o patrimônio cultural que, muitas vezes, é consagrado, representa o interesse de determinados grupos sociais e ressignificar esses lugares é o primeiro passo para que haja novos significados e sentidos para o educando, para que ele se veja no centro da História.

2.2.1 Casario

A história do Casario tem início com o senhor Inácio Pereira, um balseiro do rio Vermelho, que nos anos de 1930, construiu uma casa de pau a pique que deu origem ao conjunto de casas que hoje estão no local. O objetivo da construção era "facilitar a manipulação da balsa e facilitar o trabalho e manuseio da mesma". O comerciante Moisés Cury, comprou as casas em 1940 e, a partir disso, serviu como paragem para muitos viajantes que buscavam um lugar onde pudessem descansar e se alimentar. O mapa abaixo apresenta sua localização, situado na Av. Marechal Rondon, centro da cidade próximo ao rio Vermelho e considerado "marco inicial da cidade" (MEDEIROS, 2017, p. 24).

Figura 5 - Localização do Casario



Fonte: *Google Maps.*

Medeiros (2017) ao citar Melo (2012, p. 24), observa que o local é "fruto de um processo de construção da identidade da população rondonopolitana [...], foi espaço de encontro de diferentes etnias, como índios bororo, brancos, negros, pessoas de diferentes localidades do país, gerando um caráter multiétnico da população que ainda está em formação". No entanto, a ideia de harmonia entre os diversos grupos étnico-raciais que se estabeleceram nessa região não parece ser adequada. Há um caráter de esquecimento por parte dos gestores públicos com aqueles que já habitavam o centro histórico e possuíam uma relação mais direta com o rio, e essa postura objetiva perpetuar uma narrativa (re)produzida por determinados grupos, com

posição privilegiada na estrutura de poder a fim de perpetuar essa memória seletiva e elitista. Por isso, à medida que a cidade de Rondonópolis foi crescendo sua importância econômica e turística, também foi desaparecendo a menção da presença de seus primeiros moradores, e, consequentemente, foram perdendo o direito daquele lugar de memória.

Não há relatos de propagandas, campanhas publicitárias ou incentivos do poder público valorizando a identidade Bororo como ente formador dessa História, pelo contrário, a figura do "herói" Rondon e de aventureiros brancos sempre sobressai nos relatos sobre a ocupação de Rondonópolis.

O local também sofreu um processo de abandono e descaso por parte da administração pública durante muito tempo, e é possível verificar a sua negligência com o conjunto arquitetônico do cais e do Casario pela fotografia (Figura 6) apresentada por Medeiros (2017) o que demonstra que, durante décadas, a construção do lugar pouco foi modificada, nos revelando a postura e a falta de incentivo para valorizar o patrimônio cultural.

Por isso, nas três fotos (Figura 6) é possível perceber que não há mudanças significativas de investimento do poder público ou privado. E, ao olharmos as fotografias apresentadas, parece que estamos diante de imagens idênticas, em ângulos diferentes, mas do mesmo período histórico, tal a similaridade percebida. No entanto, a intenção do fotógrafo ao retratar o Casario pode ser percebida como representação "congelada" e um "testemunho de uma criação", que apesar de expressar o ponto de vista e a visão de mundo (KOSOY, 2014, p. 54), também nos mostra que pouco ou quase nada foi investido nesse lugar.

Figura 6 - Casario da Avenida Marechal Rondon nas décadas de 1950, 1970 e 1990





Fonte: Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros do Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT apud MEDEIROS, 2017, p. 42. Fotógrafo desconhecido.

A ampliação do Casario veio a partir de 1953 com a emancipação política da cidade que passou a receber um número maior de viajantes. O aumento do número de cômodos na propriedade do senhor Moisés Cury, trouxe a alternativa de alugar o imóvel para fins habitacionais e, assim, surgiram as novas casas construídas lado a lado. "As primeiras casas foram construídas na Av. Marechal Rondon, e, a partir de 1970, ele construiu as da Av. XV de Novembro, completando o formato em "L" do Casario, totalizando um conjunto de vinte e quatro casas". As características do imóvel eram bem simples, com pouca ventilação e apesar da ótima localização, acabavam sendo alugadas a preços acessíveis (MEDEIROS, 2017, p.42).

A ideia de transformar o Casario num lugar de memória só surgiu a partir de 2003, com a parceria entre projetos de pesquisa e o poder público municipal, que pensava em revitalizar o lugar. Em 2004, foi transformado em "local de lazer". Mas só em 2013, a Prefeitura comprou e fez o tombamento do bem, conferindo-lhe o título de Patrimônio Histórico da cidade. Sua importância histórica foi reconhecida como fonte e foi a partir dele que tivemos a primeira avenida da cidade, conhecida como Marechal Rondon. A diferença que percebemos na foto abaixo, é o complexo arquitetônico totalmente modificado, reformado e transformado no cartão postal da cidade. Almeida (2004), citado por Medeiros (2017, p. 43), observa que durante a reforma houve a preocupação em manter as telhas originais, tijolinhos nos ambientes e madeiras foram preservadas e paralelepípedos acrescentados nos ambientes externo, com destaque para os jardins que foram inseridos no ambiente.

Figura 7 - Vista aérea do Casario em 2020



Fonte: ARAÚJO (2020).

A constituição do Casario se dá a partir de seu conjunto de 24 casas, com material de adobe e alvenaria, com divisões em formato de L, com dois blocos, sendo que um deles tem doze casas geminadas, voltadas para a avenida, seguindo o estilo de construção dos anos 1940. Enquanto o segundo bloco, com outras doze casas, está voltado para a Rua XV de Novembro. Hoje, após a reforma abriga bares, lanchonetes, lojas voltadas para o artesanato, ou seja, é um espaço cultural no centro da cidade, como observado na imagem (MARTINS, 2018).

Em um trecho do Decreto nº 6985, de 05 de julho de 2013, que determina o tombamento do complexo de imóveis edificados sobre as áreas I e II da quadra 49C, designado de Casario, deixa claro o porquê do tombamento do bem. Nele, consta que o Poder Público Municipal de Rondonópolis-MT, usando das atribuições legais, especialmente o Art. 254 da Lei Complementar nº 43 de 28 de dezembro de 2006, resolveu realizar o processo,

> [...] considerando a necessidade de valorizar as edificações remanescentes na Cidade que apresentam inegável valor histórico; [...] o valor cultural significativo do Casario para a preservação da memória da ocupação urbana da Cidade de Rondonópolis; [...] e a necessidade de criar Área de Entorno de Bem Tombado, de modo a assegurar a manutenção de sua ambiência [...] (RONDONÓPOLIS, 2013).[22]

[22] RONDONOPOLIS-MT, Decreto nº 6985, de 05 de julho de 2013. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/decreto/2013/699/6985/decreto-n-6985-2013-determina-o-tombamento-do-complexo-de-imoveis-edificados-sobre-as-areas-i-e-ii-da-quadra-49c-matriculas-n-6645-e-13051-denominado-casario?q=casario. Acesso em: 05 de junho de 2020.

No documento são apresentadas todas as características do complexo de imóveis conhecido como Casario. No Artigo 1º temos a dimensão de duas áreas dos terrenos para construção: o primeiro, corresponde a 8.119,00 m², "denominado quadra 49C, matrícula Nº 6.645, de 15/01/1979, com área edificada de 854,00 m², relativos a 24 (vinte e quatro) casas, [...] e objeto do processo de aquisição autorizado pelo município por meio da Lei nº 7.732/2013". Também são destacadas todas as limitações do imóvel da frente, lado direito e esquerdo. O segundo, corresponde a uma área de terrenos para construção, de 1.031,00 m² e área edificada de 57,54 m², de propriedade de Draga São Pedro Ltda, e, portanto, objeto do processo de desapropriação iniciado através do Decreto nº 3.875/2004.[23]

A principal característica da categoria patrimônio é a "polissemia", termo relacionado a "fatores econômicos, imobiliários, financeiros", assim como aspectos culturais, arquitetônicos, artísticos, turísticos, ecológicos etc. Ao falarmos de tombamento de bens precisamos lembrar que "a constituição de centros históricos confere às cidades, nos termos da lei, importantes espaços de expressão cultura e valorização histórica, que podem incidir sobre as diferentes esferas da vida social". Se esses bens estão ou não sendo considerados relevantes pelos seus moradores é uma questão que merece destaque e que tem sido debatida constantemente (PACHECO, 2012, p. 148).

O caso é que o complexo de imóveis conhecido como Casario faz parte desse incentivo do poder público municipal que justifica suas ações baseadas em decretos, sejam naquele que previu o seu tombamento, como na Lei nº 5288, de 01 de novembro de 2007 que o oficializou como uma das "Sete Maravilhas no município de Rondonópolis-MT"[24]. Segundo a legislação municipal isso aconteceu por meio de processo eletivo que vem expresso em seu Artigo 1º, Parágrafo único:

> Art. 1º Ficam oficializadas as sete maravilhas do Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.
> Parágrafo Único - As sete maravilhas eleitas são:
> - Cidade de Pedra Parque Ecológico João Basso
> - Templo Metodista
> - Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus
> - Praça Brasil Ipê Amarelo
> - Prefeitura Municipal de Rondonópolis Palácio da Cidadania

[23] Medeiros (2017, p. 45) observa que apesar do processo de tombamento realizado pelo Poder Público através de um decreto municipal, o prédio em que está localizado o Casario "não possui um dossiê de tombamento" e que a legislação de patrimonialização foi feita, mas isso não significa que haja um documento "que o descreva minuciosamente, nem mesmo diretrizes de proteção e intervenção".

[24] RONDONOPOLIS-MT. Lei nº 5.288, de 01 de novembro de 2007. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/2007/529/5288/lei-ordinaria-n-5288-2007-dispoe-sobre-oficializar-as-sete-maravilhas-no-municipio-de-rondonopolis-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias?q=casario. Acesso em: 12 de jun. de 2020.

- Horto Florestal Isabel Dias Goulart
- Casario Parque das Águas[25] (RONDONÓPOLIS, 2007).

Diante disso, questiona-se a vantagem de haver um decreto municipal que oficializa as maravilhas do munícipio como praças, templos, edifícios, parques, matas e centro histórico quando não há a devida atenção por parte das políticas públicas voltadas para a conservação e preservação. Ao que parece, temos uma lacuna no que diz respeito à divulgação sobre a história desses lugares para a população, que deve ser envolvida e trazida para as questões que afetam essas "maravilhas". Incentivar o turismo e conseguir o título de maravilha do município é importante, mas de nada adiantará se não se pensar ou "criar projetos de restauração ou preservação sem antes consultar os próprios moradores dessas áreas, incentivar sua participação e respeitar sua realidade". (BUENO, 2013). Apesar do dispositivo legal que deu esse reconhecimento a esses espaços, não é possível verificar se realmente estão sendo cuidados pelo poder público ou por instituições que zelam pelos patrimônios culturais na cidade.

A ideia de tombamento do Casario pelo poder municipal em razão de outros bens que estão na cidade, precisa ser analisada por vários aspectos. O primeiro seria o motivo dessa escolha. É certo que o governo vê o local como possibilidades de gerar um espaço para os comerciantes da cidade, em razão de sua importância turística e comercial e a concentração de eventos culturais naquele complexo nos induz a isso.

É um espaço que deve ser revitalizado, pois atrairá uma parcela da população, que não se identifica com esse patrimônio, mas que o reutiliza em razão desse incentivo do executivo que tem interesses comerciais e, que, busca valorizá-lo, buscando gerar um consumo lucrativo na região. A respeito dos espaços como representação das políticas patrimoniais no Brasil devemos observar que:

> A construção de espaços como patrimônio histórico, cultural ou até mesmo ambiental pelo poder público é uma das formas possíveis de representação, uma forma que lhe atribui significados e valores, distinguindo-se das representações da sociedade civil mais ampla. Selecionam-se espaços e imóveis que devem ser tratados de maneira especial, que devem ganhar novos significados, que devem representar ou simbolizar o ponto de vista e os interesses de um determinado governo. Por outro lado, as representações, os usos e práticas das populações que experienciam estes espaços também são uma forma possível de apropriação, que não estão necessariamente em sintonia com as representações do poder público (RODRIGUES, 2012, p. 2002).

[25] A escolha das Sete Maravilhas da cidade de Rondonópolis se deu através de uma votação popular, em parceria com um jornal local e o curso de Turismo do CESUR. A partir disso, foram estabelecidos quais eram os locais escolhidos pela população e em 10 de outubro de 2007 houve uma solenidade pública para divulgação dos espaços eleitos. Rondonópolis já tem suas 7 maravilhas. A Tribuna Mato Grosso, 2007. Disponível em: https://www.atribunamt.com.br/2007/10/11/rondonopolis-ja-tem-suas-7-maravilhas/. Acesso em 12 de jun. de 2020.

Não importa se determinados grupos étnico-raciais, nos quais os nossos alunos fazem parte, conseguem observar o valor social desse patrimônio para sua própria identidade, nem se ele se vê como sujeito que vivenciam uma cidade que representa sua realidade. Por último, pode-se concluir que o título empregado ao Casario como uma das sete maravilhas de Rondonópolis-MT[26] é uma construção muito bem estabelecida por grupos que defendem outros interesses, que muitas vezes não são ancorados em estabelecer relações identitárias com aqueles que sequer foram consultados na elaboração dessa pesquisa.

2.2.2 Museu Rosa Bororo

O primeiro prefeito nomeado de Rondonópolis, Rosalvo Fernandes Farias[27], foi o responsável pela construção do prédio (1951), onde hoje abriga o Museu Rosa Bororo, fundado em 15 de agosto de 1997. O local era situado na Avenida Amazonas esquina com a Arnaldo Estevão. No período que corresponde aos anos de 1954 a 1956 foi sede da prefeitura de Rondonópolis e abrigou o Legislativo Municipal e o Tribunal do Júri do município. O prédio é tombado como patrimônio cultural da cidade e abriga o Museu Rosa Bororo, pela Lei nº 1.482 de 25 de abril de 1988**.**

A designação foi uma homenagem a Cibáe Modojebádo, da etnia Bororo e posteriormente, conhecida na região como Rosa Bororo.[28] O fato de o museu levar o nome de Rosa Bororo tem grande relevância para a história da cidade. Rondonópolis segue o exemplo de outros lugares que homenagearam seus pioneiros e religiosos na construção de monumentos que pudessem identificar a memória de sua população. Mas nesse caso, Rosa Bororo, insurge

[26] Em 2007, um jornal local fez uma reportagem "Um pouco sobre as nossas sete maravilhas" em que observa que Rondonópolis passava a ter agora "uma referência quanto aos espaços e locais mais admirados por seus moradores". Disponível em: https://www.atribunamt.com.br/2007/10/11/um-pouco-sobre-as-nossas-sete-maravilhas/. Acesso em 12 de jun. de 2020.

[27] Rosalvo Faria era garimpeiro em Poxoréo, e depois tornou-se comerciante, fazendeiro e proprietário de imóveis em Rondonópolis. Em 1953, como juiz de paz, foi nomeado prefeito do novo município e permaneceu no cargo até as eleições do novo gestor municipal, Daniel Martins Moura (TESORO, 1993, p. 283).

[28] ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibáe Modojebádo – A Rosa Bororo e a "Pacificação dos bororo coroado" (1845 - 1887). In: ANPUH – **XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003, pp. 01-03. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjZtoCi9OzsAhUKJrkGHZ6zAl4QFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fanpuh.org.br%2Fuploads%2Fanais-simposios%2Fpdf%2F2019-01%2F1548177542_7e3e1b62fdab9499934a5fd266053051.pdf&usg=AOvVaw3KQpdtZgMb6fOWYAI3qYzm. Acesso em 18 de agosto de 2020.

como uma personagem que representa uma dimensão histórica cheia de significados e acaba ultrapassando o lugar marginalizado que, na maioria das vezes, foi direcionado às mulheres.[29]

Uma outra questão bastante interessante seria o fato de que a homenageada não ter nascido e nem se criado em Rondonópolis (GIMENES e GUERRA, 2008, p. 27). Houve uma confusão com o nome da Lancha Rosa Bororo, usada pelo Marechal Rondon com a índia Rosa Bororo, a "pacificadora nos conflitos ocorridos entre índios e militares, em especial no governo de Joaquim Galdino Pimentel, nos anos de 1885-1886, em Mato Grosso". O museu que leva o nome de Rosa Bororo hoje é tombado como patrimônio cultural.

> Fruto do convênio entre a Universidade Federal de Mato Grosso e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o inventário consiste no resultado de pesquisa realizada na Casa Barão de Melgaço, Museu Rondon, Operação Amazônia Nativa, Arquivo Público e Universidade Federal de Mato Grosso, sem dúvida, lugares de memória mato-grossense. (COSTA, 2019, online).

No entanto, Jocenaide Maria Rossetto Silva (2019) chama a atenção que apesar do museu ter sido designado com o nome de Rosa Bororo, a etnia Bororo não é o principal destaque no local, já que os artefatos dos Bororos são mínimos e seus objetos encontram-se escassos e além do mais, a própria Rosa Bororo sequer tem um memorial que represente a história das mulheres indígenas. E se o museu tem o papel de representar a história da cidade, deve, então, suprir essas lacunas. Segundo Silva,

> Um museu não dá conta de mostrar a história toda, ele abarca uma parte dela. No caso do nosso museu, ele tem um nome: Rosa Bororo. E o que há dos Bororos no museu? Há alguns artefatos, mas deveria ter mais objetos da história do povo Bororo. E quem é essa tal de Rosa que deu nome para o museu? Deveria haver um memorial a ela, pois ela representa as mulheres indígenas. O nome do museu tem que estar representado no museu. (SILVA, 2019).[30]

A historiadora Marli Auxiliadora de Almeida (2003, p. 3) em seu estudo sobre "Cibáe Modojebádo - Rosa Bororo e a pacificação dos Bororo Coroado", esclarece que a indígena

---

[29] Cibaé Modojebádo, conhecida como Rosa Bororo, nasceu no século XIX e morreu em uma aldeia Bakairi, em Paranatinga, em 28 de julho de 1912. Foi capturada ainda criança por bandeirantes e entregue à família Miranda de Rodrigues, sendo, portanto, alfabetizada e catequisada na doutrina cristã. A mulher Cibáe Modojebádo, além de usurpada por colonizadores, também teve seu nome modificado. Foi vítima e testemunhou a violência contra os grupos indígenas no país. COSTA, Anna Maria Ribeiro. **Cibaé Modojebádo, a Rosa Bororo**: Uma homenagem. Circuito Mato Grosso. 29 de jul. de 2019. Disponível em: http://circuitomt.com.br/editorias/artigos/143587-cibae-modojebado-a-rosa-bororo-uma-homenagem.html. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

[30]Especialista aponta deficiências do Museu Rosa Bororo. A Tribuna MT. Rondonópolis, 07 de julho de 2019. Disponível em: https://www.atribunamt.com.br/2019/07/07/especialista-aponta-deficiencias-do-museu-rosa-bororo/ Acesso em: 18 de junho de 2020.

batizada com o nome Rosa, teve de aprender a língua dos brancos e "[...] permaneceu durante cinco anos com a família do Diretor-Geral dos Índios, sendo preparada para servir de intérprete nas expedições de contato, organizadas em 1886". Apresentada como "pacificadora" pelos colonizadores, estudos demonstram que Rosa ao contrário do que se dizia "teria incentivado o conflito entre colonizadores e índios" e assim, seu papel nesse contexto "passa ao imaginário mato-grossense como heroína e traidora, tal como Malinche, a índia sul-americana".

Atualmente, o Museu Rosa Bororo abriga peças do cotidiano, documentos, obras artísticas locais e fotos sobre a cidade e personagens políticos. O objetivo é ser um local de guarda e preservação de história local, mas os objetos que ali se encontram, como máquina de costura, ferro de passar roupa, rádios antigos, máquina de datilografia, moedores de café, relógios de bater ponto, gramofone, lampiões a gás, bustos, etc. (Figura 8), doados pelos familiares de antigos moradores, precisam ser olhados sob a ótica de uma história contada a partir de alguns grupos, enquanto outros, são representados de forma superficial, como indígenas e outras minorias, já que possuem um acervo menos abrangente e carecendo de mais estudos [31]. A respeito dos itens referentes aos artefatos indígenas da etnia Bororo, há no espaço artesanatos em material de palha e esculturas de barro.

Figura 8 - Objetos do Museu Rosa Bororo



Fonte: Regional MT, fotógrafo desconhecido.[32]

[31] Museu Rosa Bororo: Acervo mostra um pouco da nossa história. A Tribuna MT, Rondonópolis, 07 de julho de 2019. Disponível em https://www.atribunamt.com.br/2019/07/07/museu-rosa-bororo-acervo-mostra-um-pouco-da-nossa-historia/. Acesso em 18 de junho de 2020.

[32] . Disponível em: http://www.regionalmt.com.br/pdfs/FRegionalMT-ed413.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Na figura 9, apresentada abaixo, podemos ver que no local foi criada uma sala reservada aqueles considerados fundadores da cidade. Em destaque está o busto do primeiro prefeito de Rondonópolis Daniel Martins Moura, além disso, existem vários quadros pendurados nas paredes de políticos da região: ex-prefeitos e ex-governadores, por exemplo. A prática de reservar um espaço nos museus para grupos ou pessoas políticas precisa ser considerado a partir do momento em que devemos questionar a intencionalidade dessas salas num espaço considerado educativo. Analisando a temática, Abreu e Santos (2015) observam que o museu

> [...] é um local de culto à memória, não um depósito de objetos antigos, desprezados pelo tempo, servindo, na verdade, para se resguardar artefatos dos mais diversos que relembrem um fato ou qualquer outro elemento que importe para alguém ou para a cultura de um povo (ABREU E SANTOS, 2015, posição n. 31453).

Esse lugar se caracteriza por sua dinamicidade, com relação direta com a memória coletiva, e, deve ser visto, não como um local de valorização e exaltação de grupos governantes. Assim, essa sala voltada para o culto a figura política apresenta intenções que se distancia da função educativa do museu, privilegiando grupos sociais e reproduzindo o discurso oficial.

Figura 9 - Sala no Museu Rosa Bororo



Fonte: Meridiano 52, fotógrafo desconhecido.[33]

[33] . Disponível em: http://meridiano52.com.br/noticia/2856/museu-rosa-bororo-acervo-mostra-um-pouco-da-nossa-historia. Acesso em 20 de maio de 2021.

A Figura 10 (A e B) possibilita uma visão externa do Museu Rosa Bororo localizado na área central, perto da Praça Brasil, na avenida Arnaldo Estevão de Figueiredo. É possível ver a construção do prédio na primeira foto (A) e como a região era isolada. Hoje encontra-se reformado e num ponto comercial ao lado de agências bancárias. A prefeitura de Rondonópolis a apresenta em seu *site* como uma das atrações da cidade. É um espaço pequeno que recebe estudantes durante a semana e foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus.

Figura 10 - Prédio onde está localizado o Museu Rosa Bororo



Fonte: Regional MT (Fotógrafo desconhecido)[34]



Fonte: ARAÚJO (2020).

[34] Disponível em https://www.regionalmt.com.br/noticia.php?id=18711. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

A apresentação das duas imagens (Figura 10) parte da ideia de fazer uma análise comparativa entre as fotografias desse espaço da cidade. No entanto, nem sempre é possível conseguir datar com precisão a foto apresentada e muito menos indicar a sua autoria, mas apesar disso, o que nos interessa é apresentar as transformações que ocorreram no lugar apresentado, destacando nesse caso, que mudanças e permanências estão presentes no Museu Rosa Bororo.

Sobre a primeira fotografia (A) percebe-se que um pequeno grupo se encontra posicionada à frente e no telhado, no que hoje conhecemos ser o Museu Rosa Bororo e tanto o fotógrafo como as pessoas retratadas não foram identificadas no momento de sua execução. Os grupos de trabalhadores que compõem o cenário constituem-se de aproximadamente vinte homens, três mulheres, e cinco crianças, posicionadas a frente do prédio. Mauad (2005) esclarece que a respeito da fotografia e os usos do passado "o testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida" e assim, entendemos que, apesar de desconhecermos a origem dos grupos retratados, apesar de seus trajes simples, trata-se de uma foto posada, organizada e, provavelmente, a intenção era focar na construção e não nas pessoas, projetando a ideia de coletividade na construção de um bem público.

Os museus são considerados lugares de aprendizagem e por isso, é importante usá-lo como recurso pedagógico nas aulas de História. No entanto, ao realizar visitas nesse espaço precisamos ter em mente, que se trata de uma ferramenta que tem como objetivo ir além da reflexão sobre o passado da comunidade, pois eles "não se limitam expor objetos significativos do passado, [...]. Eles propõem aos seus visitantes estabelecer uma relação com o tempo histórico". E nesse sentido, os museus acabam direcionados para uma proposta muito maior, que seria o "desenvolvimento das habilidades de indagação e pesquisa do passado por parte dos estudantes" (PACHECO, 2015, p.4).

2.2.3 Ipê Amarelo

Figura 11 – Ipê Amarelo



Fonte: Regional MT[35]. Fotógrafo desconhecido.

A imagem acima (Figura 11) permite visualizar o Ipê amarelo, o que para muitos era um símbolo da cidade, para outros era só uma árvore arrancada após um forte temporal em 10 de março de 2017. Localizado na Praça Brasil próximo à Igreja Sagrado Coração de Jesus, foi considerado cartão postal. Pelo seu valor simbólico, histórico e cultural foi tombado pela Poder Público Municipal em 28 de dezembro de 2009 pela Lei nº 6.109[36].

Os objetivos do ato normativo era reconhecer a importância como patrimônio cultural e preservá-lo. Para isso, havia uma previsão para realizar ações educacionais e ambientais, assim

[35] Praça Brasil e o Ipê Amarelo. Regional MT, Rondonópolis, 12 de dezembro de 2006. Disponível em: https://www.regionalmt.com.br/noticia/14615/editoria.php?IdCat=3. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

[36] A Lei nº. 6.109, de 28 de dezembro de 2009, que dá providências sobre o tombamento do Ipê Amarelo pode ser encontrada no *site* da Prefeitura de Rondonópolis: "(...) Art. 1º - Fica tombado, como Patrimônio Histórico Cultural Municipal, o IPÊ AMARELO, localizado na Praça Brasil, à Rua Arnaldo Estevão, em frente à Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, neste município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Art. 2º Objetiva esta Lei: I - Reconhecer a beleza desse Ipê Amarelo e a importância de sua localização; II - Respeitá-lo como patrimônio histórico cultural, paisagístico e natural do município de Rondonópolis; III - Preservar a sua espécie, através de sua referência. Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a: **(**Vide Lei nº 8331/2015**):** I - Promover a proteção e preservação desse Ipê Amarelo; II - Efetuar ações de erradicação de pragas e doenças, através e monitoramento técnico; III - Difundir a história do Ipê Amarelo através das práticas de educação ambiental; IV - Construir em círculo, em torno de seu tronco uma grade para sua melhor proteção; V - Afixar na grade uma placa, com as seguintes informações: a) Ipê Amarelo da Praça Brasil; b) Patrimônio Histórico Cultural; c) Tombado pela Lei (especificar o número e o ano da Lei). Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. [...]". Disponível em https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/2009/611/6109/lei-ordinaria-n-6109-2009-dispoe-sobre-tombar-no-municipio-de-rondonopolis-como-patrimonio-historico-cultural-municipal-o-ipe-amarelo-localizado-na-praca-brasil-e-da-outras-providencias?q=ip%C3%AA+amarelo. Acesso em 13 de outubro de 2020.

como promover proteção de combate a pragas pelos gestores municipais. Após a queda da árvore, a prefeitura resolveu doar a madeira para os artesãos da cidade. Em seu lugar foi plantada outra muda de ipê amarelo, doada por particulares, para repor aquela que estava no local.

O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 traz em seu texto a definição do que constitui patrimônio cultural, destacando que qualquer bem que se refira à identidade da comunidade pode ser assim, elencado. É nesse sentido que se insere o ipê amarelo, como um patrimônio que fazia parte de nossa paisagem e com potencial afetivo para a sociedade em Rondonópolis, sendo detentora de características que representavam não só a beleza, mas estava vinculada à História da cidade. No dizer de Rabello (2009):

> Não é incomum o tombamento de árvores específicas por seu porte, beleza florística ou até interesse científico. São famosos os tombamentos da Floresta da Tijuca pelo órgão federal de preservação (o IPHAN) e da Serra do Mar pelo órgão paulista de preservação do patrimônio cultural. Nesses casos, a conservação se impõe para manter viva a paisagem florística, evitando dano à mesma (RABELLO, 2009, p. 24).

Uma árvore pode ser protegida juridicamente, na medida em que disponha de valor cultural e, para isso, o processo administrativo a ser empregado será o tombamento em que se busca a "condição de imodificabilidade de sua essência". A legislação brasileira pelo Código Florestal, tanto no Decreto Federal 23.793/34, quanto no Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) já se posicionava com dispositivos que garantiam que no primeiro que "qualquer árvore poderá ser, por motivo de sua posição, especie ou belleza, declarada, por acto do poder público municipal, estadual ou federal, imune de corte, [...]", e no segundo, "declarar qualquer árvore imune de corte, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes". A possibilidade de proteção também incorre por via judicial para obter o reconhecimento de qualquer árvore que apresente valor cultural "a fim de que elas possam contribuir para a higidez do meio ambiente e ser fruídas pelas presentes e futuras gerações" (MIRANDA, 2017).

O ipê amarelo, nesse sentido, insere-se na perspectiva de ampliação do conceito do patrimônio cultural na medida em que faz parte dos bens culturais da comunidade. Zanirato e Ribeiro (2006, p. 261) observam que nessa perspectiva, "relacionar patrimônio cultural e patrimônio natural é resultado do amadurecimento do conceito de patrimônio". A árvore, considerada um testemunho vivo da própria cultura da cidade e um patrimônio natural que deve ser preservado, tanto na esfera federal, estadual e municipal, o que "demonstram a

responsabilidade do Estado e da sociedade no que tange à conservação da natureza". (ZANIRATO e RIBEIRO, 2008, p. 298).

2.3 Olhares afetivos sobre o patrimônio cultural da cidade de Rondonópolis-MT

Como ensinar História, hoje, na Educação Básica? É uma questão que permeia desde o início nossa vida como educadores e temos enfrentado inúmeros obstáculos, que são desde o desinteresse de alunos e pais, quanto à falta de estímulo por parte de muitos colegas professores/as. A questão da quantidade de conteúdos que precisamos colocar em dia também é motivo de preocupação, assim como as avaliações e as condições de trabalho que enfrentamos em sala de aula, especialmente quando pensamos nos materiais didáticos e nas ferramentas que possuímos para usar em nossas aulas.

O professor de História vivencia um outro desafio, desfazer a ideia do educando que encara a disciplina como apenas o estudo do passado. Essa inquietação, tem sido o motivo de buscarmos outras maneiras de ensinar e fazer História, despertando interesse e motivação dos alunos. Assim, abordar os lugares de memória na cidade de Rondonópolis faz parte desse desejo de buscar um aprendizado que reconecte o aluno e a sua História Local com a memória desses vários sujeitos históricos. Nisso, contamos com a Educação Patrimonial como ação educativa que "possibilita que o patrimônio seja percebido como expressão de uma memória, através das possibilidades e intenções da sua ação educativa [...]" (LIMA, 2012, p. 164). O aluno precisa se ver nas representações como parte dessa sociedade e agente construtor dessa memória. Entender que sua História é o resultado do seu protagonismo e não de grupos privilegiados que desconsideram a diversidade e a pluralidade dos sujeitos históricos que estão presentes nessa sociedade.

O termo "ressignificar" o patrimônio é o momento em que "um novo olhar é posto sobre ele" (LACERDA, 2014, p. 110), em que há um sentimento de pretender atribuir um novo sentido a qualquer bem material ou imaterial, que pode ser visto de muitas maneiras e formas. E compete aos educadores, indagar o porquê de um bem ter sido escolhido como patrimônio cultural na cidade, dentre tantos outros.

Nesta pesquisa as ações educativas foram realizadas no ambiente escolar partindo da experiência do aluno, a partir de seu olhar, ou dos múltiplos olhares sobre o seu entorno, sobre sua cidade, seu bairro, sua rua e seu trajeto diário. Nossos sujeitos históricos do Ensino Médio vivem uma realidade que é diversa e oposta a muitos outros grupos sociais e eles vivem em diferentes espaços, que não são aqueles apontados como centro de referência cultural tão

alardeado pela mídia, governo e entidades. Quando mostramos a eles que patrimônio também pode ser aquele bem material ou imaterial que ele presencia ou vivencia todos os dias, o estamos estimulando para que questione o porquê esse lugar foi silenciado e considerado invisível em sua própria cidade.

Nesse momento, destacamos os patrimônios afetivos, que é um recurso cujo objetivo visa a relacionar a comunidade local com os lugares de memórias (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2019, p. 853). Nesse sentido, o conceito não se refere a questões meramente políticas, de tombamento e preservação. A população do lugar é que deve decidir o que é patrimônio cultural, pois cabe aos moradores dar um significado a determinado bem, material ou imaterial, de acordo com suas próprias experiências e escolhas e, por isso, "os bens que compõem um patrimônio público precisam ter o apoio das comunidades, pois, de não encontrar esse respaldo, o seu destino tende ao fracasso" (PISANI e OLIVEIRA, 2021, p. 26).

A escolha deve ser com todos os segmentos daquela comunidade pois, "o patrimônio não é apenas das instituições e sim das pessoas que se apropriam dele, que atribuem valor, simbolismo, emoção para que seja preservado e transmitido" e assim, "os patrimônios afetivos [...] são identificados por meio da emoção e partilha de afetos, tornando possível um novo valor social para o local, não presidindo os critérios institucionais de declaração do patrimônio" (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2019, p. 856).

> Desta forma, ao identificar uma 'coisa' como um patrimônio afetivo, não estaremos identificando somente um bem material, mas os sentimentos que o envolvem, portanto, quando falamos de um lugar identificado como um patrimônio afetivo, o mesmo pode não estar mais materialmente no local ou poderá já ter sofrido alterações [...] (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2019, p. 856).

Seguindo esse entendimento, patrimônio cultural tem sentido mais abrangente podendo ser os espaços da feira, parque, rio, praça, escola, igreja, clube, coreto, árvore, reserva ambiental, quadra de esportes ou até mesmo a memória de um morador. E por isso, devemos ir além do Centro Histórico e do Museu Rosa Bororo, que são construções já reconhecidas, regulamentadas e tombadas pela legislação voltadas para o patrimônio cultural local, pois "diferentemente dos demais patrimônios, como o artístico e o arquitetônico, o patrimônio afetivo está atrelado às decisões conduzidas pelas emoções, ou seja, estes bens não permanecem se não forem amparados pelos sentimentos da população, fato que não está necessariamente presente em patrimônios com outros valores" (PISANI e OLIVEIRA, 2021, p. 26).

Alves (2018, p. 67) citando Silva (2011) apresenta um levantamento a respeito do Patrimônio Material e Imaterial da cidade de Rondonópolis. São bens tombados e outros ainda

não reconhecidos, mas que carecem da proteção do poder público para garantir a preservação e conservação desses espaços. É um levantamento riquíssimo que nos apresenta os bens culturais da cidade e que pode nos direcionar para futuros estudos.

> [...] Comecemos pelo Patrimônio material, ainda que tenha somente um bem com tombamento reconhecido, e só em nível municipal – Museu Rosa Bororo, contudo na cidade ainda temos outros que precisam da devida atenção, que foram elencados na categoria **Lugar: Lugares de memória**: Museu Rosa Bororo, Sala de Memória da Diocese, Casa da Memória Japonesa, Memorial Moisés Cury, Museu etnográfico Seriema, Museu do Campus Universitário de Rondonópolis (UFMT), Memorial Marechal Rondon e Centro Cultural José Sobrinho; **Arquivos e Documentação:** Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros NDHOC/HIS/ICHS/UFMT154, Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Núcleo de Arqueologia HIS/ICHS/UFMT; **Igrejas:** Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, Igreja Batista, Santuário Nossa Senhora Aparecida, Igreja do Birro (construída com o material retirado da antiga Matriz), Igreja da Comunidade Três Pontes; **Edificações diversas***:* Casario Marechal Rondon, Casa do campo de pouso, 1º Cinema na Av. Mal. Rondon, 2º Cinema Av. Cuiabá, 3º Cinema Av. Amazonas, Prédio do antigo Correio, Cais; **Praças e Parques:** Praça Brasil, Praça dos Carreiros, Praça da Saudade, Parque de Exposição (Vila Operária), Coreto da Praça Brasil, Carro de Boi da Praça dos Carreiros e Ipê Amarela da Praça Brasil; **Sítios arqueológicos e recursos naturais:** Existem 60 sítios registrados no IPHAN e localizados na RPPN-Parque Ecológico João Basso, Cidade de Pedra RPPN-Parque Ecológico João Basso, Rio Arareau, Rio Vermelho e Horto Florestal; **Vilas Ruas e Feiras Livres:** Feira da Vila Operária, Feira da Vila Aurora, Vila Paulista e Av. Mal. Rondon; **Instituições de Ensino:** Escola Sagrado Coração de Jesus; Escola Major Otávio Pitaluga, Quadra da Escola Major Otávio Pitaluga, Escola La Salle, Escola Marechal Dutra, CUR /UFMT, Escola Emanuel Pinheiro, Escola Dom Wunibaldo; **Centros de Tradição:** CTG –Centro de Tradições Gaúchas, CTN-Centro de Tradições Nordestinas e Clube NIPO brasileiro. 155. E os destacados como Patrimônio Imateriais, ainda não registrados de forma oficial, foram divididos em **Celebrações: Religiosas** – Festa de São Cristovão (Bairro Coophalis), Folia de Reis, Festas Juninas, Festa de São João, Festa de Santo Antônio, Festa de São José Operário, Romaria dos Mártires, Grito dos Excluídos, Festa na Igreja das Três Pontes e Festa a Nossa Senhora Aparecida; **Laicas** – Exposul, 7 de Setembro e Carnaval; **Ritual Étnico** – Ritual de Funeral Bororo ; **Saberes***:* Ritos Bororo – caça e pesca cerimonial, artefatos, plumária, moradias, casa dos homens, aldeia, pátio, festa do milho, troca de nome, corrida do mano, Língua Bororo e outros. **Ofício e Modos de Fazer: Gastronomia** – Doce de Caju, Espetinho e Tererê; ***Artesanato*** – Cerâmica; ***Arte Ritual*** – Artefatos Bororo; **Edificações** – Moradia Bororo; **Setor Agrícola:** Roça de toco Bororo; **Formas de Expressão: Festa** – Cavalgada e Baile do Havaí; **Étnica** – Plumária Bororo, Cantos Bororo e Moradias; **Música** – Orquestra de viola; **Danças** – Rasqueado. (ALVES, 2018 *apud* Silva, p.67)

Segundo Laci Maria Araujo Alves, “Rondonópolis se apresenta hoje como uma cidade repleta de lugares de memória, mas pouco conhecidos por grande parte da população”[37]. E, por isso, é relevante tentar olhar a cidade a partir da vivência de nossos educandos. Lembrando que,

> [...] ao propor que estudantes do ensino fundamental conheça o patrimônio cultural da sua cidade estamos propiciando a estes sujeitos históricos em formação a oportunidade de se relacionar com sua cultura, de interagir com o bem cultural, de questioná-lo, por a prova mediante suas vivências familiares e sociais (ARRUDA, 2018, p. 208).

Por isso, tendo por base a ideia de que a escola onde estudam é o ponto de partida para essas escolhas é que fizemos uma atividade pedagógica desenvolvida a partir de uma caminhada no seu entorno e fizemos o exercício que foi inserido na pesquisa em que os alunos deveriam decidir se algum espaço trazia uma carga afetiva. A atividade foi realizada no fim do ano de 2019 com duas turmas do primeiro ano do Ensino Médio, no total de sessenta alunos. A partir desse olhar cotidiano foi feita a escolha por espaços que representavam afetividade, seguindo um percurso que se iniciava na escola e terminava no bairro de cada educando. No mapa abaixo, estão presentes locais que estão ao redor da escola e que, faziam parte do exercício indicar os bens culturais, que continuamente eram apresentados e que muitos não o percebiam. O estudo sobre esses lugares, ainda que não fossem afetivos, buscavam promover um levantamento de outros lugares que podiam representar a História Local.

Figura 12 - Mapa do entorno da escola



Fonte: Elaborado pela autora (2020). Mapa do entorno da escola (*Google Maps*).

[37] Município completa nesta segunda 100 anos de fundação. A Tribuna. 09 de agosto de 2015. Disponível em https://www.atribunamt.com.br/2015/08/09/municipio-completa-nesta-segunda-100-anos-de-fundacao/. Acesso em 27 de junho de 2020.

Como alguns estudantes usavam o transporte coletivo para realizar seu deslocamento entre casa-escola e os pontos de ônibus estão localizados nas ruas laterais próximas à unidade escolar, foi possível nesse momento, de embarque e desembarque, que alguns de nossos sujeitos pudessem perceber que lugares podiam representar alguma afetividade. Essa seria uma atividade também proposta durante as oficinas no ano de 2019 e realizada de forma oral em sala de aula, pois os alunos foram citando os espaços e foram à medida que falavam íamos escrevendo no quadro os que eram identificados pela turma do primeiro ano, gerando o mapa que está representado na imagem acima (Figura 12).

E assim, usando o *Google Maps* e desenhos elaborados pelos próprios alunos (Figura 12) pudemos traçar a rota desses locais de memória conhecidos por grande parte dos alunos: a escola que estudavam, a praça que se reuniam após as aulas e onde eram realizadas manifestações, o ponto de ônibus, a avenida que os rodeavam, o cais em que eles praticavam esportes, o *shopping* popular com produtos importados, o antigo terminal rodoviário e o bairro que moravam.

Em 2020, no entanto, a análise das narrativas do que seria patrimônio afetivo precisou atentar para alguns procedimentos, em virtude de estarmos com aulas *online* e por isso, foi preciso usar outro instrumento para coleta de dados: o *Google Forms*[38]. Este é um aplicativo que pode ser utilizado para fazer levantamento de dados e opiniões. É uma ferramenta bem ágil porque há um resultado das respostas assinaladas de forma automática na página do usuário responsável e criador. Foi disponibilizado links do questionário em vários ambientes virtuais e enviado pelas redes sociais, como o WhatsApp, por exemplo.

Na pesquisa foram utilizadas questões obrigatórias que eram respondidas e assinaladas pelos nossos entrevistados (docentes e alunos). As respostas são apresentadas em diversos formatos, como por exemplo no formato de uma planilha Excel (percentuais) e depois exportadas facilmente para o trabalho com todas as respostas dos participantes.

A pesquisa, através de formulários eletrônicos, é uma alternativa muito utilizada hoje e é um grande aliado do pesquisador que pode realizar a distribuição de seus questionamentos aos entrevistados e ao mesmo tempo organizar a análise de dados coletados de maneira mais dinâmica e com respostas representadas por gráficos e tabelas. Na pesquisa online, todas as respostas eram obrigatórias, o que impossibilitava o participante a deixar perguntas em branco e por isso, acarretou uma intensa melhoria e agilidade em todo o processo de estudo.

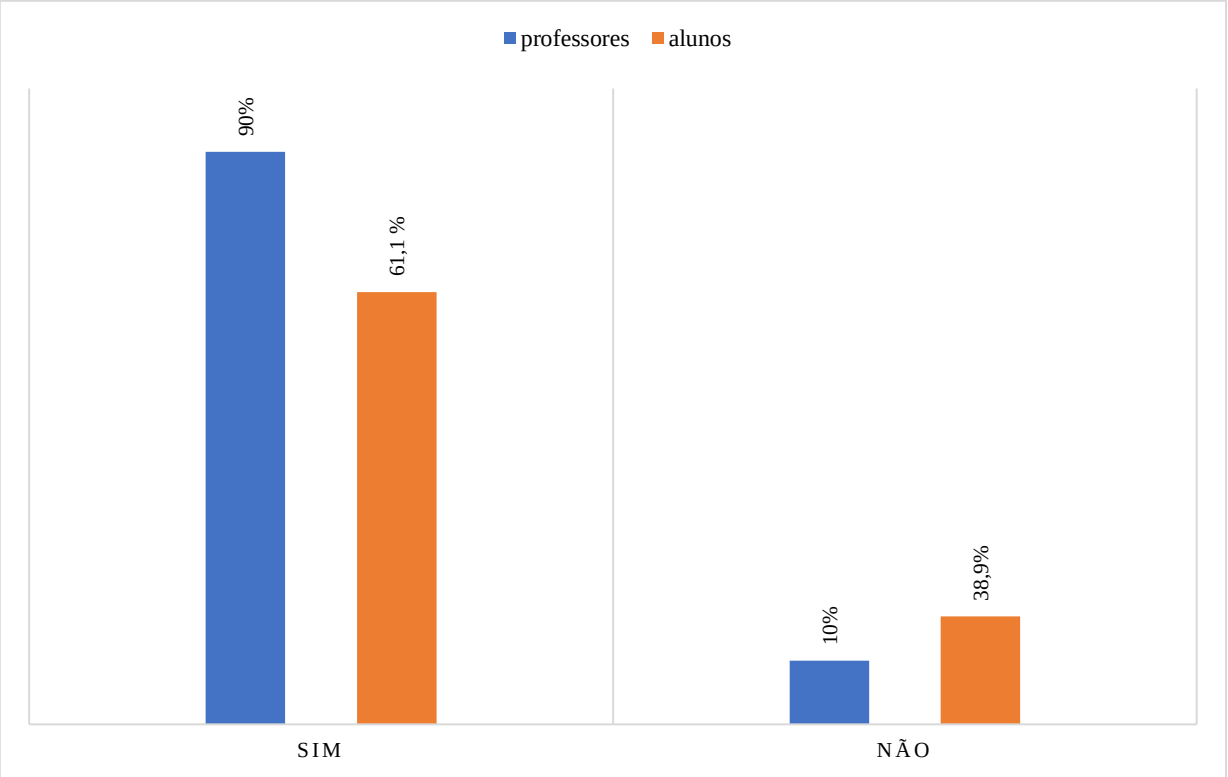
[38] Sobre este aplicativo: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms. Acesso em 01/10/2021.

Foram escolhidas turmas do primeiro ano, com cerca de cinquenta alunos de várias faixas etárias e que podiam contribuir com o nosso estudo. Os alunos que participaram da pesquisa, aceitaram de forma voluntária e correspondem a uma amostra que foi utilizada para que pudéssemos identificar questões relativas a patrimônio afetivo ou oficial. Os questionários tinham perguntas tanto de múltipla escolha, como de respostas livres e abertas e nosso objetivo era obter relatos que pudessem identificar esses espaços. Nessa fase, convidamos também vinte professores de várias disciplinas para responderem o questionário proposto e assim, poderíamos a partir de sua realidade e de seus olhares apontar os lugares considerados afetivos.

A primeira questão direcionada para os professores e alunos foi saber se eles consideravam algum lugar em Rondonópolis que fazia parte de sua história de vida (lugares afetivos) e, se isso, lhes trazia sentimentos e lembranças. O gráfico abaixo apresenta os resultados da pesquisa, mostrando que mais da metade dos alunos entrevistados, há um sentimento de afeição com os espaços em que eles vivenciam no seu cotidiano.

Se compararmos com os professores, esse percentual é quase 100%, pois as memórias de um passado de sua comunidade estão mais visíveis.

Gráfico 1 - A cidade de Rondonópolis faz parte de sua história de vida?

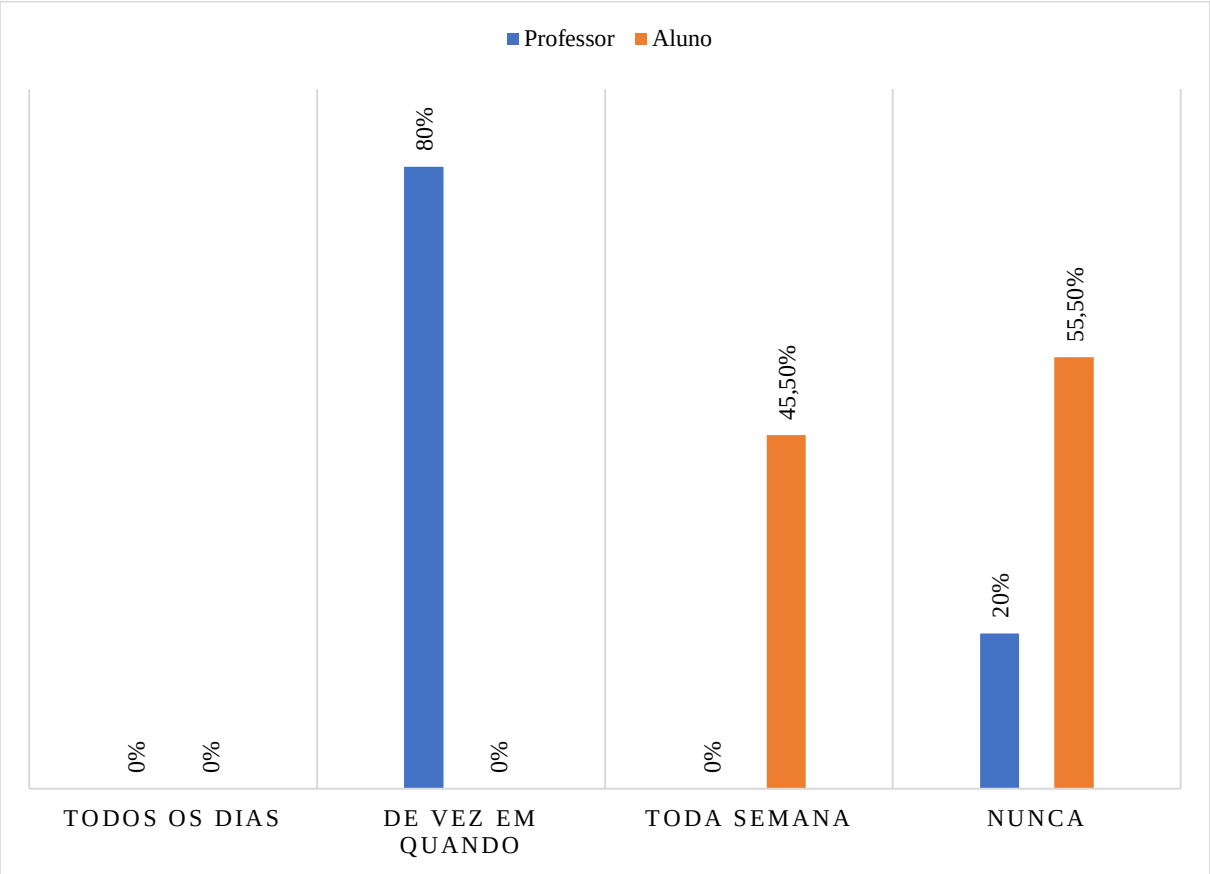


Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Perguntamos qual era a frequência para esses professores e alunos e, se iam aos lugares considerados afetivos que faziam parte de sua história? E, para os educadores, tivemos só duas

respostas: “de vez em quando” e “nunca”. O que demonstra a distância em que se encontram desses locais de afetividade, mostrando que a cidade se transformou, modificou-se e muitos desses espaços foram desaparecendo ou perdendo o significado.

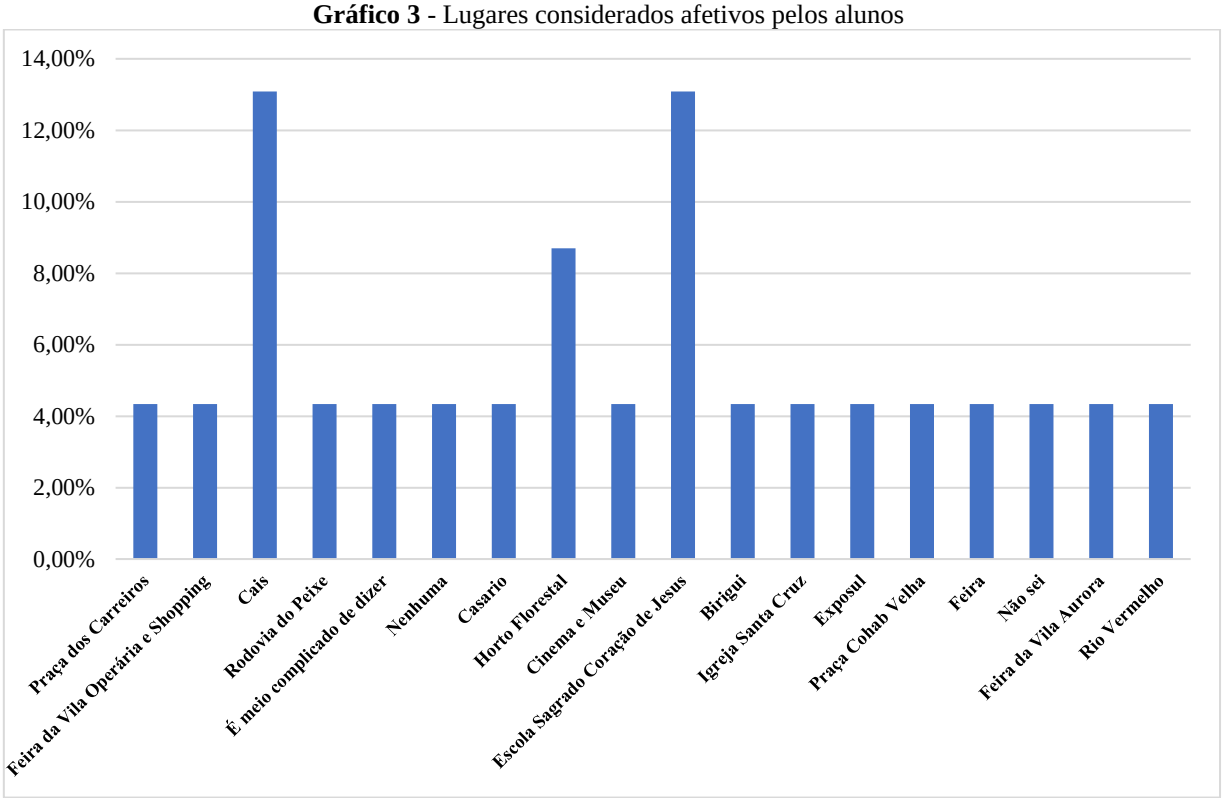
Gráfico 2 - Com que frequência você visita lugares considerados afetivos?



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Na terceira questão, respondida livremente, os entrevistados disseram sobre os lugares em Rondonópolis que eram considerados cheios de recordações afetivas e de importância pessoal/familiar. Os espaços apontados pelos alunos são apresentados abaixo, numa relação direta com outros locais que já haviam sido citados como patrimônio cultural da cidade. Esses lugares considerados afetivos pelos alunos, foram escolhidos sem que houvesse alternativas e por isso, em muitas respostas aparece apenas a indicação/referência, mas sem a devida localização, como podemos perceber na resposta dada a feira. Em outras respostas, tivemos respostas como, “não sei responder”, “nenhuma” ou “é meio complicado de dizer”, o que demonstra a dificuldade do aluno em apontar um local que definisse o sentimento de afeto.

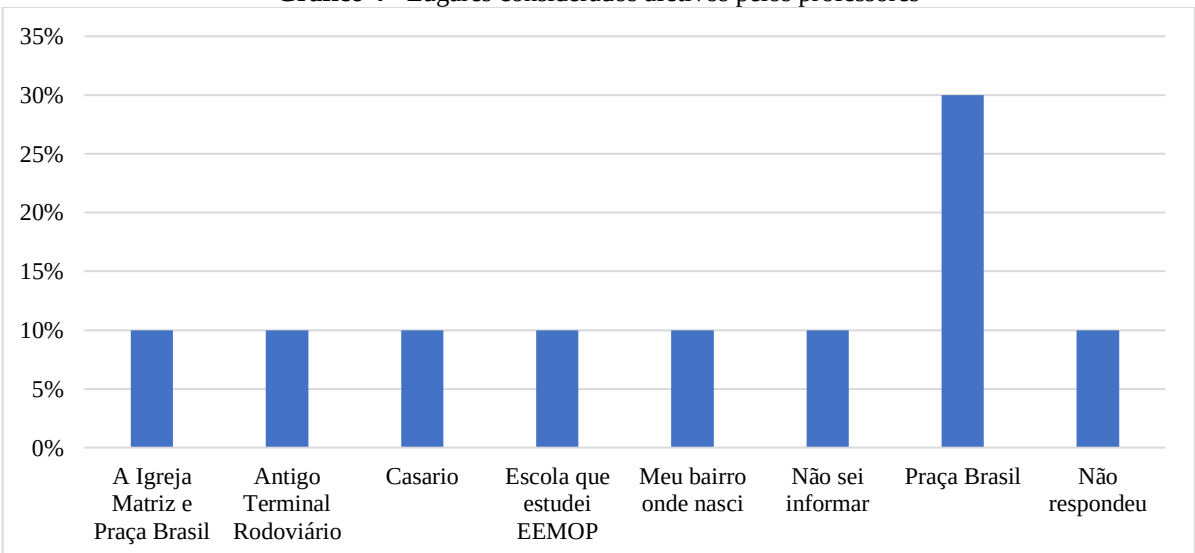
Gráfico 3 - Lugares considerados afetivos pelos alunos



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Percebe-se que há um desconhecimento a respeito do que é afetividade em determinadas respostas e mesmo entre os docentes, ainda tivemos respostas como "não sei informar", ou aqueles que optaram em não responder, o que já é um indicativo de ausência de afeto por algum lugar e que não tem sentimento de laços com a comunidade em que está vivendo ou morando. Por outro lado, o cais, a escola Sagrado Coração de Jesus e o Horto Florestal são aqueles que foram mais indicados e a praça Brasil foi o local que mais foi mencionado, pois 4 entre 10 professores o escolheram como referência e representação.

Gráfico 4 - Lugares considerados afetivos pelos professores

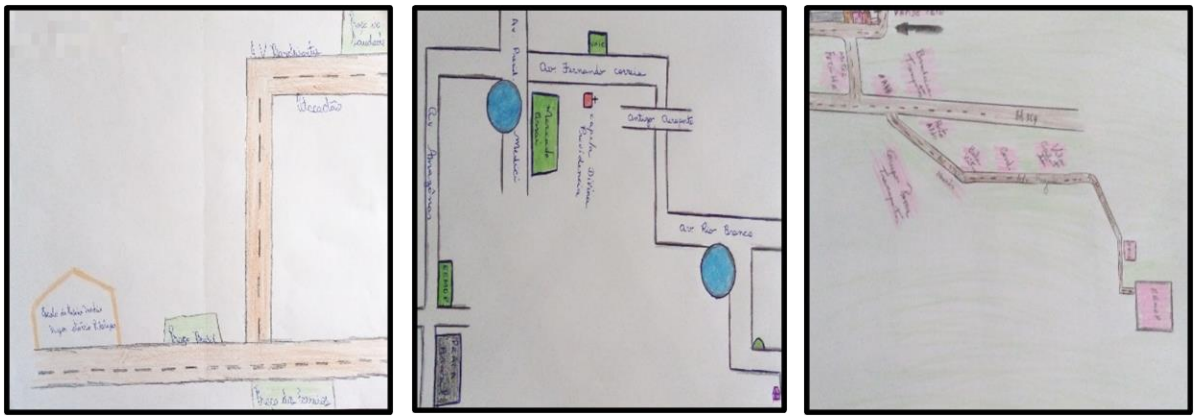


Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Alguns locais apareceram identificados por apenas um sujeito. Nesse caso, entendemos tratar-se de uma memória afetiva com significados individuais e que lhe é representativo de forma subjetiva. E, muitas vezes, os participantes, tenderam a reproduzir os mesmos patrimônios que já haviam sido estabelecidos oficialmente. Essa é uma questão a ser analisada pois essa postura pode ser por um desconhecimento do bem, ou por falta de apropriação da comunidade ou porque esses lugares desapareceram com o tempo sem que houvesse uma transmissão a respeito da história desses espaços, efetivamente não institucionalizados.

Como parte do levantamento que fizemos a respeito do que o aluno considerava um bem cultural na cidade de Rondonópolis-MT, fizemos uma atividade da oficina pedagógica que foi realizada em setembro de 2019. Nessa etapa, o aluno foi convidado a desenhar um mapa correspondente ao percurso que ele fazia da escola até a casa ou o bairro em que morava. A produção do desenho era livre, sem que houvesse nenhuma interferência ou ajuda do professor/pais para a realização da atividade, que foi executada a partir do olhar e do caminho percorrido diariamente pelos educandos e nesse caso, o objetivo era identificar os espaços que podiam ser considerados como lugares de memória, que eram elencados exclusivamente pelo próprio estudante.

Figura 13 - Mapas do percurso escola-casa

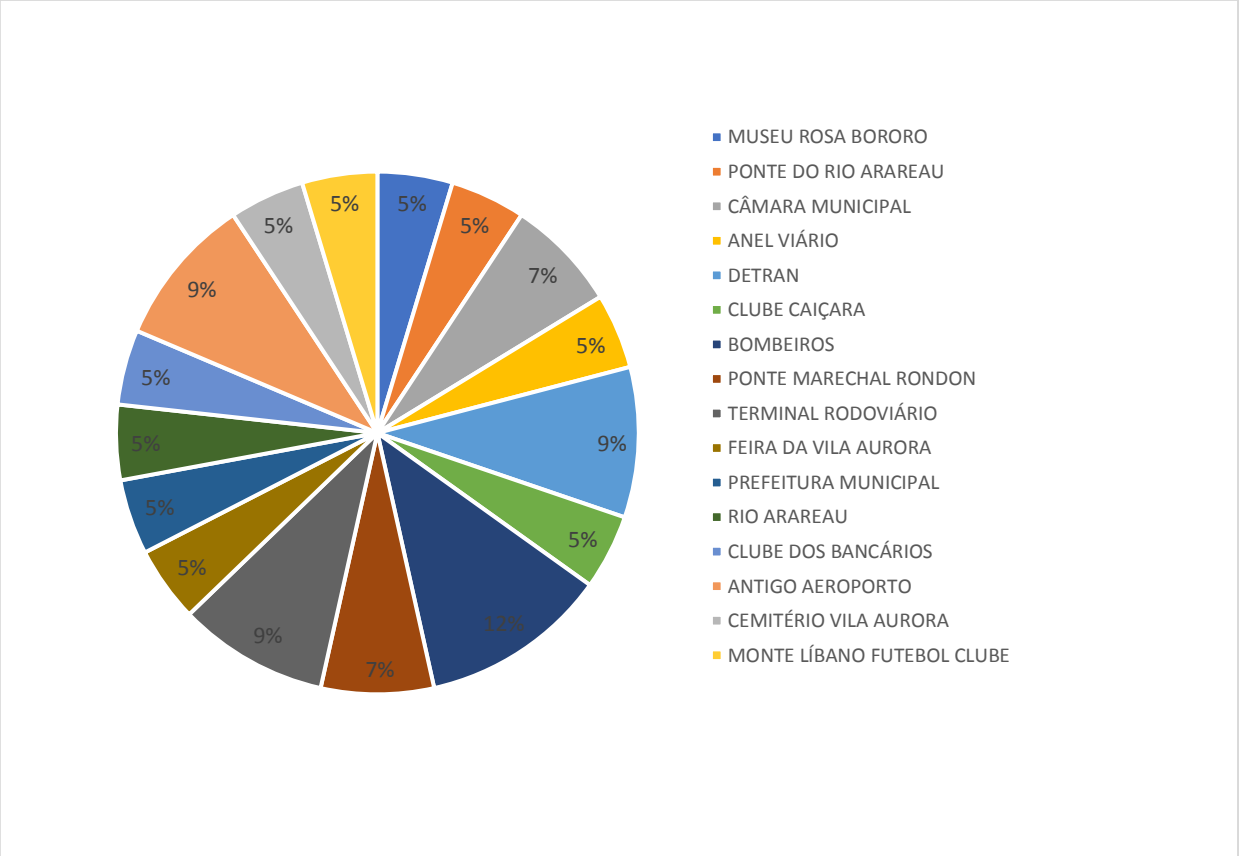


Fonte: Elaborado pelos alunos (2019)

A partir dos mapas desenhados (A, B e C), selecionamos as respostas e optamos por apresentar a escolhas de lugares que foram apontados pelo menos por no mínimo 2% do universo de alunos envolvidos nas atividades. Para que pudéssemos apresentar os resultados da coleta de dados, usamos o programa Excel, que gerou um percentual das respostas e por meio de gráficos, o que nos possibilitou identificar os lugares considerados afetivos a partir do percurso apresentado pelo aluno e apresentado nos gráficos abaixo através de categorias, como avenidas e ruas, escolas, igrejas e praças e bairros.

Na categoria que representa os mais variados lugares, não ficou evidenciado nem um espaço que tenha tido mais relevância ou destaque pelos alunos. Todos os que foram citados na pesquisa aparecem com índices bem próximos, em torno de 5% a 9% das respostas, e por isso, não houve um bem que tivesse mais visibilidade. Foram citados pontes, órgãos públicos, clubes, pontes, terminal, feiras, rios, cemitério e museu. Entre os que estão apresentados no gráfico, apenas o Museu Rosa Bororo, tem o prédio tombado pelo Patrimônio Histórico da cidade.

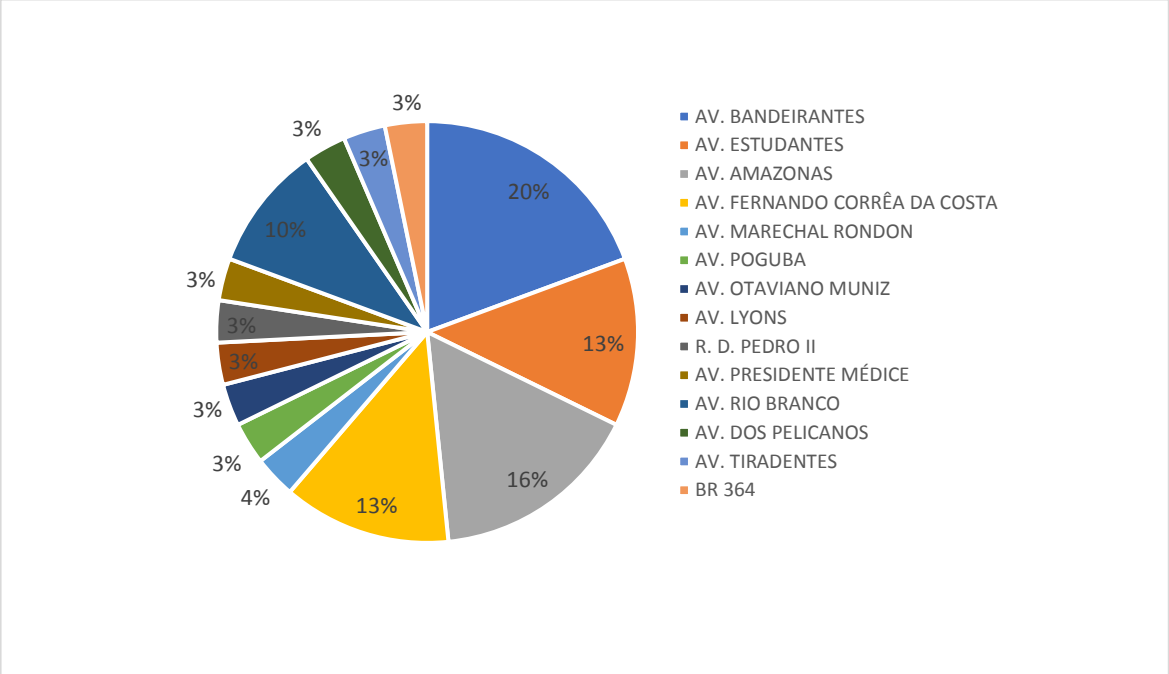
Gráfico 5 - Lugares diversos



Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

Com relação às avenidas e ruas, os percentuais aumentaram e foram considerados relevantes como bens culturais pelos alunos, como a Av. Bandeirantes, a Av. Amazonas, a Av. Fernando Corrêa da Costa e Av. dos Estudantes. A escola está localizada na Av. Amazonas, e portanto, a lembrança e o significado para o educando se inserem nesse contexto de cotidiano, enquanto as outras três representam o acesso a várias partes da cidade e a frequência em que os moradores as utilizam no dia a dia.

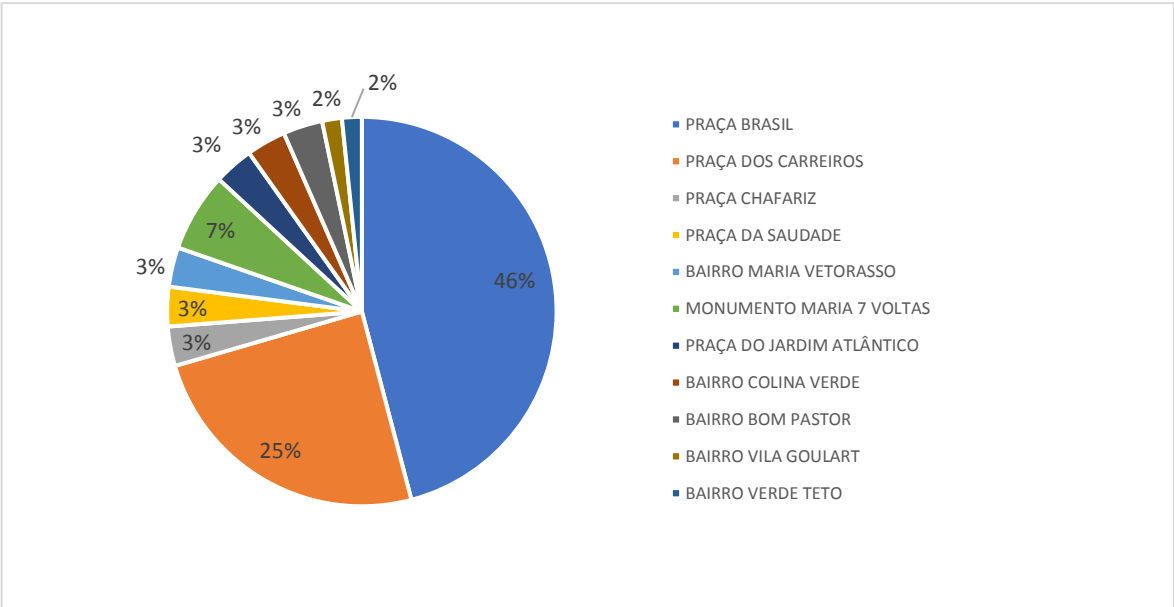
Gráfico 6 - Avenidas e ruas



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As praças e bairros representam percentuais bem baixos nas respostas, e a exceção fica por conta da Praça Brasil e da Praça dos Carreiros. As duas praças aparecem em todas as pesquisas que realizamos, desde patrimônios afetivos ou aqueles citados como patrimônio cultural da cidade. Estão localizadas na área central e são espaços de lazer, encontro, manifestações, desfiles cívicos e até lugares escolhidos pelos professores em suas aulas.

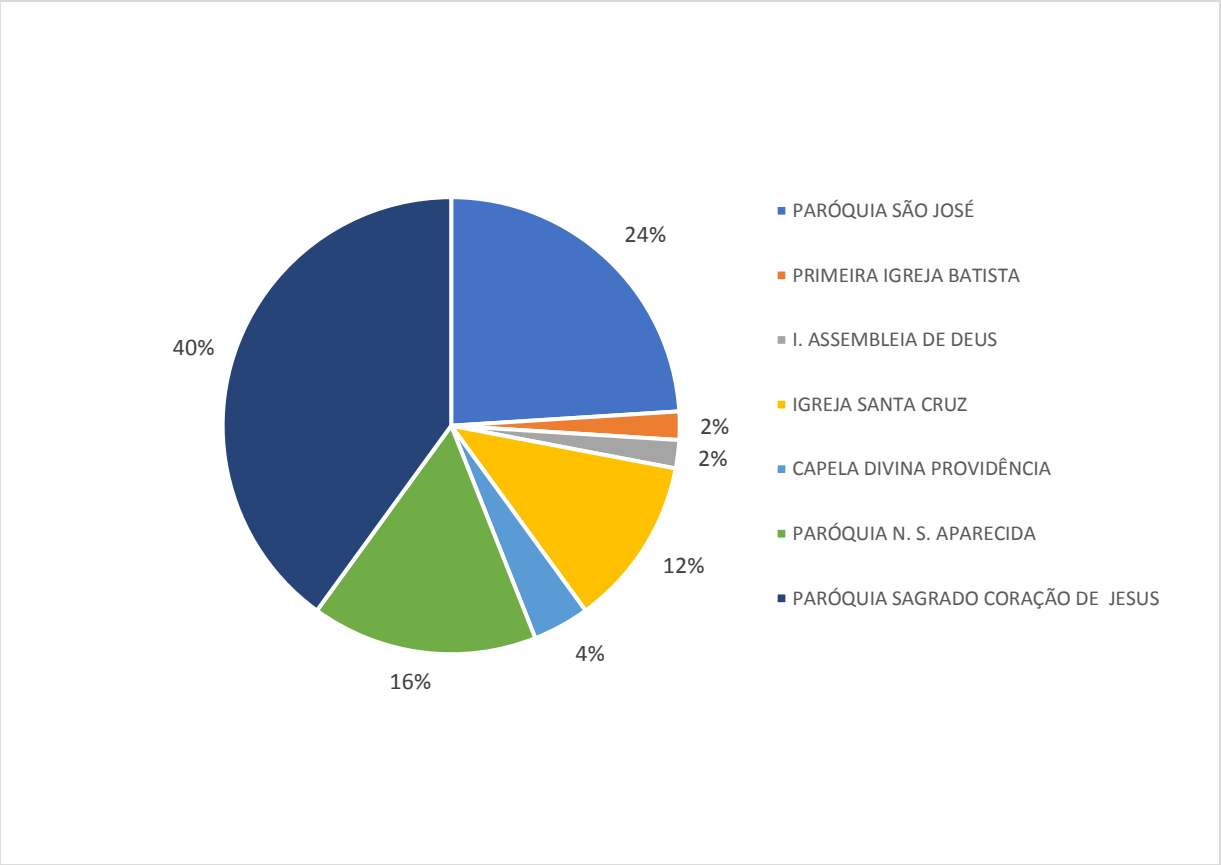
Gráfico 7 - Praças e Bairros



Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

A questão que aborda lugares religiosos também teve pouca citação na pesquisa. Rondonópolis é uma cidade com grande quantidade de templos, a tradição religiosa da Igreja Católica é forte entre os moradores, assim como o número de igrejas evangélicas que é bem expressivo e, no entanto, teve um pequeno número de respostas e apenas sete foram lembradas e consideradas como bens culturais afetivos.

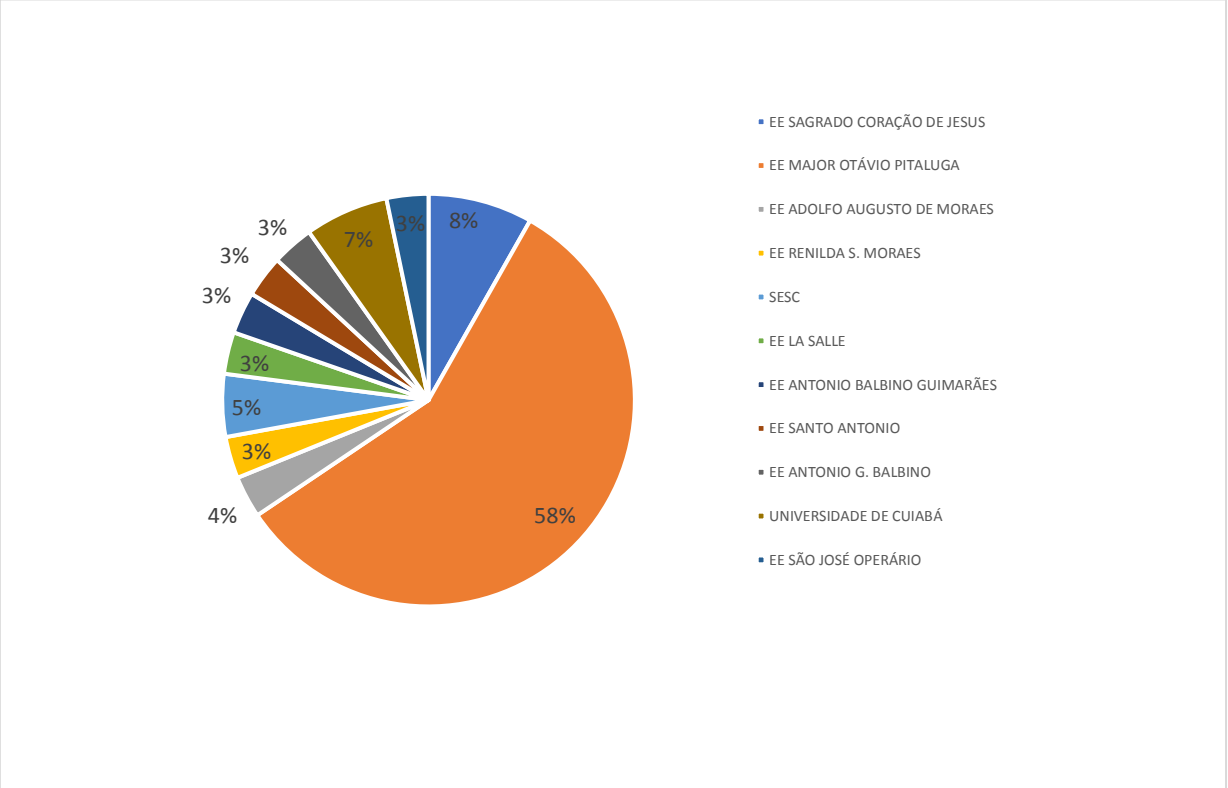
Gráfico 8 - Igrejas



Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

Não foi surpresa a Escola Estadual Major Otávio Pitaluga ter sido lembrada em 58% das respostas, pois além do fato de estar situada na área central da cidade, também é uma das maiores escolas que atende o Ensino Médio e faz parte da história dos participantes da pesquisa. A Universidade de Cuiabá/UNIC e o Serviço Social do Comércio/Sesc são as únicas instituições de ensino que diferenciam das escolas públicas que foram citadas pelos alunos, o que demonstra uma relação de afeto com a escola onde a maioria é originária.

Gráfico 9 - Escolas



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O que nos chama a atenção nessa fase da atividade, que teve como objetivo identificar lugares que pudessem ser considerados bens culturais, que deveriam ser protegidos e valorizados como patrimônio cultural, é que esses espaços, citados pelos estudantes no levantamento realizado, são poucos os que indicaram o próprio bairro como patrimônio afetivo, o que nos leva a pensar se isso ocorreu em decorrência de acreditarem que o lugar onde moram não tenha atrativos, nem importância histórica e muito menos valor econômico ou turístico.

A realização dessa atividade não é fácil, porque há dificuldades no que tange ao levantamento desses locais, em decorrências dos inúmeros espaços que são citados e especialmente, por tratar-se de respostas abertas e livres, que podem apresentar um número bem expressivo na pesquisa. Adotar procedimentos como questionário com respostas de múltipla escolha seria mais fácil, mas não nos daria resultados mais específicos e reais dos objetivos dessa atividade.

Os lugares que serão apresentados a seguir, foram selecionados a partir das coletas de dados que realizamos na pesquisa e por representarem parte da história da cidade de Rondonópolis. Apesar de parecer limitador e estarmos reproduzindo os mesmos locais que já são apresentados pela historiografia, os meios de comunicação, poder público e outras instituições, entendemos que dentro do universo das respostas que tivemos nos levantamentos

de dados são esses os lugares que tiveram destaque em todo o processo de pesquisa realizado. A ideia de apresentar outros lugares que são pouco divulgados, poderá ser objeto de estudo futuramente e assim, nessa etapa faremos uma narrativa histórica sobre os espaços abaixo citados.

2.3.1 Rio Vermelho

Em 1915, Joaquim da Costa Marques, Presidente da Província de Mato Grosso, determinou uma reserva de 2000 hectares para que fosse erguido o povoado do Rio Vermelho, que foi alçado a distrito em 1915, sendo emancipado politicamente só em 10 de dezembro de 1953. O local era ocupado por indígenas da etnia Bororo e por um destacamento militar localizado na Ponte de Pedra.

Demamann (2011) quando citado por Medeiros (2017, p. 24) afirma que foi nessa região onde teve o início do povoamento que "se consolidou na margem direita do Rio Vermelho, junto à confluência do ribeirão Ararea Medeiros ainda observa que Rondonópolis está localizado:

> [...] dentro da bacia hidrográfica do Rio Vermelho, que é afluente do Rio Cuiabá, pertencendo a bacia hidrográfica do Rio Paraguai. A zona urbana do município é banhada pelo Rio Vermelho e o córrego Arareau". Metade das casas da cidade são abastecidas pelo Rio Vermelho, que recebeu esse nome por causa do seu solo, rico em ferro. O nascimento do rio é resultado do encontro dos rios Paraíso e o Poxoréu, e "deságua no Rio São Lourenço, fazendo parte da bacia formadora do Pantanal. (MEDEIROS, 2017, p. 31).

A área urbana foi se desenvolvendo em direção a montante do ribeirão, com as margens alagadiças e vulneráveis às enchentes". E foi exatamente nesse local, que a população se estabeleceu com uma economia voltada para a subsistência e com acesso limitado para a escoação de sua produção. A balsa só seria construída em 1926 e a ponte de madeira sobre o rio apenas em 1942, sendo destruída pouco tempo depois, em decorrência das enchentes.

As fotografias do lugar nos dão conta que o Rio Vermelho sempre foi importante para a economia da região, facilitando o acesso a outros locais, apesar das condições de precariedade, no que tange ao transporte de mercadorias e pessoas. Pelo Rio Vermelho os primeiros moradores colonizadores brancos chegaram à região. Inicialmente, denominado Poguba, foi o local escolhido pelos índios bororos para ocuparem e se estabelecerem. (ARRUDA, 2018, p. 21) e foi nas suas margens que podemos encontrar o Casario, construção datada de 1930 pelo senhor Inácio Pereira e, posteriormente, vindo a pertencer ao senhor Moisés Cury.

Pela fotografia abaixo (Figura 14), é possível perceber que o rio foi muito mais do que um meio de circulação, mas também, era uma fonte de recursos, lazer e garantia do desenvolvimento da cidade de Rondonópolis. E "até a construção da ponte sobre o rio Vermelho, em 1942, o rio era a única forma de acesso à cidade, desempenhando um papel importante relacionado ao transporte fluvial". Ainda na mesma foto (Figura 14) é possível ver um caminhão atravessando sobre uma balsa, o que demonstra que, pelo rio era possível a circulação e o transporte de mercadorias, pessoas e animais. A balsa, introduzida em 1926, facilitava a travessia, transportando com mais rapidez e facilidade e onde está localizado o cais era o ponto de chegada, "servindo, na época, uma espécie de porto fluvial até 1952" (MEDEIROS, 2017, p.33).

Figura 14 - Travessia do rio Vermelho (balsa)



Fonte: Relíquias. Fotos antigas de Rondonópolis - Mato Grosso. Turismo Rural MT, 2018[39]

Muito mais que uma função econômica, o rio, nos anos de 1950, apresentava características afetivas para parte da população, que o usavam como "lazer e sociabilidade", principalmente pela comunidade ribeirinha que o frequentava no fim da tarde e finais de semana. O uso que se dava ao rio era variado, como as atividades à sua margem, como piqueniques, lavagem de roupas, brincadeiras e conversas eram comuns para os moradores. E a forma como o rio é visto, com um sentimento de "pertencimento" pode ser vista nas narrativas apresentadas pelos historiadores que observavam uma "forte relação com o rio Vermelho" e a

[39] Foto retirada de: http://www.turismoruralmt.com/2018/02/reliquias-fotos-antigas-de-rondonopolis.html; Acesso em 25 de outubro de 2020. Fotógrafo desconhecido.

população de Rondonópolis. O sentimento de afetividade, nesse caso, vai continuar até os anos 1960, momento em que "a relação (...) vai se perdendo e passa a diminuir cada vez mais, sobretudo em função da construção da ponte de concreto inaugurada em 1953, que causou a diminuição do uso da balsa e do porto, e, consequentemente, a redução da dependência econômica da cidade em relação ao transporte fluvial que o rio proporcionava". Pode-se notar que a situação se modificou a partir do momento em que o patrimônio deixou de ter representatividade e perdeu a sua apropriação efetiva pelos moradores, que podem ser explicados por causa da "implantação dos loteamentos distantes" da área central, e, por consequência, também do rio, em decorrência das novas construções e edificações estarem localizadas de "costas para o rio" (MEDEIROS, 2017).

2.3.2 Praça Brasil – Coreto

Nos anos de 1967 foi iniciada a construção da Praça Brasil e na década seguinte, ocorreu sua inauguração. Local de encontros da população, já houve movimentos para que fosse tombada como patrimônio cultural. Além do coreto (1970), era possível ver na praça uma outra atração, o Ipê amarelo, considerado um patrimônio histórico, de acordo com a Lei Municipal. O Ipê, após uma grande chuva na cidade, acabou caindo e foi retirado e, atualmente, foi substituído por nova muda da planta.

A Lei nº 2245 de 09 de dezembro de 1994 instituiu a criação do Espaço Cultural e Artístico Permanente do Município de Rondonópolis-MT, designado como Mário Quintana. Em seu Artigo 2º ficou estabelecido que, tanto o coreto como a área central da Praça Brasil estavam sendo transformados nesse espaço cultural sendo, portanto, um local onde ocorreriam exposição de pinturas, esculturas, literaturas, danças, músicas e outros, além de ser um espaço onde poderia realizar a apresentação do Coral Municipal.

A sua preservação nem sempre foi o desejo de todos os governantes do município. Nos anos 2000 houve a intenção do poder público em demolir o coreto da praça e realizar um novo projeto arquitetônico. No entanto, historiadores iniciaram uma campanha para que o bem permanecesse na praça e não sofresse demolição, visto tratar-se de um lugar de memória e, como tal, também um espaço onde se pode relembrar fatos e acontecimentos. Sua construção também tem significados e intenções e, nesse caso, o período da ditadura foi determinante para seu erguimento, exercendo, assim "a função de exaltação política" (ARRUDA, 2018, p. 34).

O coreto faz parte da memória afetiva de muitos moradores, pois o espaço criado com o objetivo de reunir a população em eventos cívicos, discursos, datas comemorativas, ainda é

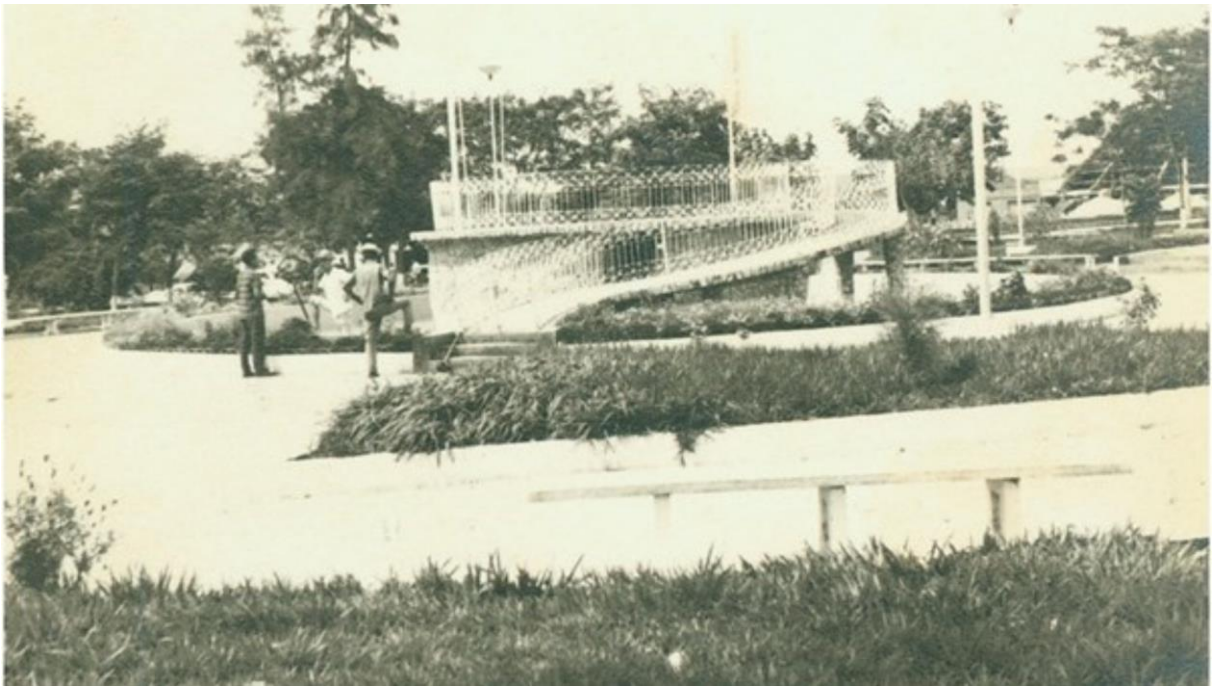
usado como palco de manifestações e assembleias. Localizado próximo à Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EEMOP) é frequentemente utilizado como lugar de reuniões e encontros estudantis, o que comprova que a construção tem uma função social. O corpo docente da unidade escolar também a utiliza como espaço de apresentação de trabalhos e aulas ao ar livre. Arruda (2018, p. 34) observa que a arquitetura do lugar hoje sofreu muitas modificações em suas características: "em sua primeira composição havia um anel em volta do coreto com grades de ferro fundido na cor prata, também uma floreira, no meio desse anel havia um lago revestido com cerâmica azul, que conferia ao lago um azul lindíssimo".

O coreto e a Praça Brasil são lugares que estão substancialmente ligados às vivências e afetos da população. Sua presença ainda desperta significados permeados de sentimentos e ao contrário de outros patrimônios afetivos, que não possuem mais a materialidade, mas ainda tem seu objetivo original preservado e, por isso, é muito peculiar quando falamos no quesito da afetividade, permitindo uma relação mais próxima entre o bem e os sujeitos históricos dessa comunidade.

Laci Maria (2001) citada por Arruda (2018, p. 35) explica que o coreto é dotado de "representações" que apesar de possuir significados distintos, ainda assim, tem valor simbólico, pois traz à lembrança da "união das pessoas que apesar dos desencontros cotidianos, vivenciavam momentos lúdicos, rompiam sua cotidianidade e partilhavam conversas banais [...]". O que nos leva à conclusão de que, muitas vezes, o patrimônio cultural é lembrado de forma diferente, de acordo com o sentimento de identificação e de apropriação de cada pessoa.

A fotografia a seguir (Figura 15) apresenta a Praça Brasil em dois momentos: no primeiro, nos anos 1970, observamos que o espaço em sua composição original, é usada como ponto de encontro e conversas cotidianas. O fotógrafo ao capturar a imagem (Figura 15-A) apresenta uma cena tranquila, com pouca movimentação. A ideia de calmaria e de harmonia pode ser vista numa bela composição. São apenas dois personagens conversando amigavelmente, se considerar o período da ditadura civil e militar (1964-1985), logo imagina-se que não há lugar para manifestações sociais e a intenção da foto é apresentar uma visão romântica e esconder a realidade. De acordo com Kossoy (2014, p. 135) "uma imagem que se apoia no realismo fotográfico (da aparência) como testemunho fiel, como "prova" que pode conduzir o receptor desavisado a imaginar uma situação verdadeira que não existe, para criar, no imaginário dos receptores uma (pseudo) realidade".

Figura 15 - Praça Brasil - séculos XX e XXI



Fonte: IBGE. Fotógrafo desconhecido[40]



Fonte: Gazeta MT (2017). Fotógrafo desconhecido[41]

[40] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/historico. Acesso em 12 de outubro de 2020.
[41] Morais, Robson. Trabalhadores de Rondonópolis fazem ato de protesto na Praça Brasil. Gazeta MT, Rondonópolis, 15 de março de 2017. Política. Disponível em: https://gazetamt.com.br/15/3/2017/contra-reforma-servidores-de-rondonopolis-fazem-ato-de-protesto-na-praca-brasil1/. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

A segunda fotografia (Figura 15-B), mostra a Praça Brasil como lugar apropriado pelos seus moradores e, que, por sua vez, já modificada "à medida que os adotam; por esta razão as representações também podem variar no interior de um mesmo grupo" (STURZA, 2005, p. 28). Lembrando que "todos os acontecimentos que foram vividos nesses lugares vêm acompanhados de algo especial, não foram momentos que simplesmente aconteceram, mas que deixaram marcas na vida dos sujeitos históricos". O ano é 2017, trabalhadores como os servidores públicos, sindicatos e as centrais sindicais realizavam protestos contrários às ações do governo Michel Temer e à Reforma da Previdência. E tem-se a junção do patrimônio e afetividade, pois o espaço é usado para demonstrar quem somos e a nossa identidade, mostrando que se os sujeitos históricos agem nesses lugares, os lugares também agem sobre os sujeitos históricos (OLIVEIRA, 2019, p. 63).

2.3.3 Praça dos Carreiros

Conhecida na cidade por ser ponto estratégico, foi, por muito tempo, um local de descanso para os carreiros com seus animais e, posteriormente, acabou abrigando uma feira livre nos anos 1970 e que, mais tarde, foi transferida para o bairro Vila Aurora.[42] Pode-se dizer, que era um local de trocas, vendas e de negócios, tanto para viajantes como para mascates. A área não pertencia ao poder público, como muitos imaginam. Ribeiro (2010) citado por Arruda (2018, p. 58) observa que a Praça dos Carreiros era "lugar de fazer negócios de terras, de parada dos trabalhadores rurais com seus cavalos ou suas carroças, de encontro dos mascates, dos vendedores ambulantes, de curiosos e viajantes. À sombra do pé de pequi, as pessoas se encontravam para viver e fazer cidade".

Em 1950, as árvores eram tantas que serviam como lugar de descanso para pessoas que vinham a cavalo e/ou mulas. O nome original era Praça das Bandeiras, mas por causa dos carros de bois, acabou sendo chamada de Praça dos Carreiros e foi inaugurada em 1982, durante o governo de Valter de Souza Ulisséia (1982). Somente nos anos 1980, por decisão do poder público municipal, é que ali foi organizado um ponto de ônibus local. A homenagem aos carreiros ainda continua nos dias de hoje, como podemos ver nas fotos mais recentes:

[42] Praça dos Carreiros e a valiosa colaboração histórica para o município. Regional MT. Rondonópolis, 12 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.regionalmt.com.br/noticia.php?id=14611. Acesso em: 18 de junho de 2020.

Figura 16 - Praça dos Carreiros: carro de boi e vista aérea (2020)



Fonte: ARAÚJO (2020).

A função original da praça foi substituída no ano de 1987, quando o prefeito em exercício, resolveu realizar mudanças no ordenamento da cidade, designando o local para ser o terminal rodoviário urbano local. A iniciativa da Gestão Pública não se preocupou em consultar a população a respeito dessas modificações e o espaço acabou sendo destruído com a circulação constante e diária dos moradores que ali paravam para pegar o transporte público. A relação entre a antiga praça e os sujeitos históricos foi afetada quando ocorreu sua descaracterização como lugar representante de memória e identidade coletiva. Aquela memória do carro de boi, que estava ligada ao local e para a comunidade era o passado vivo e com grande significado afetivo, que retratava as vivências dos sujeitos históricos e de suas memórias foi transformada em um mero "valor de troca", sendo pouco a pouco destruída, que "fizeram daquele espaço orgulho da comunidade" (TESORO, 2017)[43].

Do abandono e do esquecimento por parte do poder público, no fim dos de 1990, até o início das campanhas em prol da revitalização do bem, em 2012, vimos a comoção a partir de setores da população e inúmeros pedidos para que o lugar fosse reformado, mas sem perder a sua identidade influenciada pelos múltiplos sujeitos históricos: comerciantes, mascates e viajantes. É certo que o local tem grande valor histórico e material, mas também o valor afetivo

[43] A Tribuna. Praça dos Carreiros – **Década de 90 até hoje**. 10 de dez de 2017. Disponível em: https://www.atribunamt.com.br/2017/12/10/praca-dos-carreiros-decada-de-90-ate-hoje/. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

deve ser levado em conta, já que é capaz de despertar emoções e sentimentos de pertencimento na comunidade local. E, por isso, o que faz a Praça dos Carreiros ser considerada patrimônio cultural é a relevância que desperta nas pessoas e, consequentemente, se evidencia o desejo de preservação e conservação.

2.3.4 Escola Major Otávio Pitaluga (EEMOP)

A Escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga (EEMOP) foi criada pelo Decreto 973 de 01 de julho de 1965. Atualmente, a unidade, desde 2000, oferece apenas o Ensino Médio, voltada para a "formação integral do estudante". Segundo o Regimento Escolar, o currículo do curso de Ensino Médio é formado pelas disciplinas na Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada: -Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física, Artes, Matemática, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.[44]

Figura 17 - Quadra e frente da EEMOP (2020)



[44] RONDONOPOLIS. **Regimento Escolar da Escola Estadual Major Otavio Pitaluga (EEMOP),** 2020, p. 01. Segundo o artigo 3º, a Unidade Escolar foi assim denominada através Decreto nº 1.887/28/02/74/354/2015. O credenciamento pode ser encontrado na Portaria nº 094/2011, com data de publicação de 26/12/2011, p. 11. E o ato de sua nova autorização de Educação Básica Ensino Médio consta na Portaria nº 354/2015, com data de publicação em 22/09/2015, p. 23 e 24.



Fonte: ARAÚJO (2020).

E foi no ano de 2008 que a escola começou a oferecer a modalidade de ensino conhecido como “Brasil Profissionalizante” com cursos técnicos em Vendas e Logística. E no fim do ano de 2013 a escola passou por nova mudança, ofertando, a partir desse momento, o “Ensino Médio Inovador” nos períodos matutino e vespertino, enquanto no período noturno continuava o Ensino Médio Regular.

Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) consta que a escola recebeu o nome “Escola Técnica de Comércio” e funcionou provisoriamente na Escola Estadual Marechal Dutra. Em 1971, a construção do prédio foi finalizada onde hoje está localizada na Avenida Amazonas. No ano de 1972, foi inaugurado o Centro Educacional Major Otávio Pitaluga, e, nesse período, o prédio foi cedido para que funcionasse curso de Magistério e Escola Técnica.

A historiadora Laci Alves afirma que a criação da Escola EEMOP está inserida no projeto de Escolas Modelos no Brasil, prevista na Lei 5692/71e promulgada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, durante o período da ditadura civil-militar. A reforma educacional de 1971 incorporou o ensino primário e o antigo ginásio nos cursos de 1º grau. O objetivo era uma educação com mais ênfase no ensino profissionalizante, voltada para qualificação da mão de obra e para o mercado de trabalho. A quadra de esportes também foi criada a partir da Legislação vigente no período, com a finalidade de incluir “as disciplinas de Educação Física,

Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de lº e 2º graus" [45].

A dificuldade de acesso às universidades por todos os grupos sociais do país fortaleceu o discurso defendido pelo ordenamento jurídico vigente. A defesa desse posicionamento era fazer o país crescer, a partir de uma crescente oferta de trabalho mais qualificado, de um "ensino produtivo" e "integrado ao desenvolvimento tecnológico". (QUEIRÓS, 2013).

Eram ofertados o Ensino Fundamental e o 2º Grau: Técnico em Contabilidade, Colegial, Secretariado, Normal (Magistério), Magistério com extensão em São José do Povo e Escola Elizabeth no Jardim Atlântico, Ensino Supletivo de 1º grau – Assistente de Administração, Propedêutico, Habilitação de 1º grau em regime intensivo de Férias, Estudos Adicionais em Comunicação e Expressão e Técnica de Alfabetização, Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem[46].

O nome da escola é uma referência ao Otávio Pitaluga, militar de origem cuiabana e jornalista, agrimensor e deputado estadual. Para os memorialistas, foi ele quem influenciou na construção do Posto Telegráfico de Rondonópolis. Nesse período, após o afastamento de Rondon para o Rio de Janeiro por motivos de saúde, aproveitou a oportunidade e modificou a rota delimitada da linha telegráfica. Pitaluga, com sua influência política no povoado conseguiu a aprovação do seu projeto de inclusão do Rio Vermelho junto aos deputados e, assim, mudou o nome para Rondonópolis em homenagem a Rondon (TESORO, 1993).

O golpe civil e militar das Forças Armadas no Brasil, nesse período, justifica a escolha do patrono militar para a escola EEMOP. A ditadura civil-militar iniciada em 1964, por esse regime político, pode ser vista até mesmo na construção do prédio, como percebemos na imagem abaixo, o que demonstra o interesse dos militares nesse modelo de escola. A intencionalidade na criação desse modelo possibilitava uma educação voltada para o trabalho num contexto político recheado de repressão, censura e com poucos investimentos na área educacional.

Pela fonte fotográfica (Figura 18) pode-se perceber aspectos dessa característica militar na unidade escolar. A imagem nos remete à presença de cinco soldados vestidos com traje típico do Exército brasileiro: camisetas, calças militares, boné e coturno. Eles participaram

[45]Praça Brasil e o Ipê Amarelo. Regional MT, 12 de dezembro de 2016 .Disponível em: https://www.regionalmt.com.br/noticia/14615/Pra%C3%A7a-Brasil-e-o-IPe-Amarelo. Acesso em 15 de outubro de 2020.

[46] RONDONOPOLIS. **Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EEMOP),** 2020, pp. 01-10. O nome da escola foi uma homenagem ao jornalista, militar, deputado estadual e agrimensor Otávio Pitaluga, autor do projeto de lei que alterou o nome do antigo Povoado Rio Vermelho para Rondonópolis.

aparentemente da reforma e pintura do Grupo Escolar denominado Major Otávio Pitaluga. As pessoas retratadas foram fotografadas sem nenhuma organização previamente estipulada pelo fotógrafo, que nesse momento não foi identificado e não é possível verificar a data precisa de quando foi registrada. A construção, bem diferente de hoje, apresenta amplas portas e janelas, além do desenho do mapa do Brasil na parte frontal do prédio. É uma edificação bastante simples e modesta, se comparada ao prédio que abriga hoje a unidade escolar.

Figura 18 - Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EEMOP)



Fonte: Relíquias. Fotos antigas de Rondonópolis - Mato Grosso. Turismo Rural MT, 2018[47]

O espaço tem em sua formação e, posteriormente, em vários momentos de sua história a presença de militares. É o que demonstra o episódio da enchente ocorrido em 1979, narrado pela historiadora Luci Alves. Nesse momento os presos da Cadeia Pública foram transferidos para a quadra do Ginásio da escola EEMOP e lá permaneceram, dividindo o ambiente com os alunos durante as aulas de Educação Física. O fato demonstra que a escola sofria influência dos militares em sua gestão e era usada pelo poder público sem preocupação com a integridade e segurança dos alunos[48].

Os lugares de memória utilizados são importantes no Ensino de História para a constituição dos sujeitos históricos e de suas memórias. A seleção apresentada foi resultado da

[47] . Disponível em:http://www.turismoruralmt.com/2018/02/reliquias-fotos-antigas-de-rondonopolis.html. Acesso em 25 de outubro de 2020. Fotógrafo desconhecido. s/d

[48] Quadra de Esportes do EEMOP e os tempos de glória. Regional MT. 12 de dez. de 2016. Disponível em https://www.regionalmt.com.br/noticia/14617/Quadra-de-Esportes-do-EEMOP-e-os-tempos-de-gloria. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

pesquisa realizada com alunos e professores durante o nosso estudo. Espaços escolhidos naquilo que para eles era lembrado e sentido como parte de sua História e afetividade. Apesar dos locais serem os mesmos, quando pensamos do que seria patrimônio cultural, é preciso fazer uma reflexão sobre a ressignificação desses sentidos.

Assim, o Casario, o Cais, o Horto Florestal, a Escola Sagrado Coração de Jesus e Major Otávio Pitaluga, as feiras da Vila Operária e Vila Aurora, o antigo Terminal Rodoviário, o bairro Birigui, a Rodovia do Peixe, a Igreja Matriz e a Santa Cruz e as praças dos Carreiros, Brasil e Cohab Velha, são locais que despertam emoções, afetos e recordações. Esses espaços não são apenas destinados a visitas, mas também são fontes que podemos estudar em nossas práticas em sala de aula, visando à educação patrimonial. E valorizar esse patrimonial da cidade de Rondonópolis é relacioná-lo com a memória de nossos alunos, que lhes possibilitará desenvolver o sentimento de pertencimento e de construção de sua própria comunidade.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COLOCADA EM PRÁTICA NA SALA DE AULA

3.1 Identificando os alunos em seu espaço escolar

Para realizarmos nossa pesquisa escolhemos a Escola Estadual Major Otávio Pitaluga localizada no munícipio de Rondonópolis-MT, situada a 215,6 km da capital Cuiabá. A escola situada na Avenida Amazonas, foi criada pelo Decreto 973/92 e credenciada pela Portaria nº 094 em 26 de dezembro de 2011. A escola oferta o Ensino Médio desde o ano 2000, com ênfase na formação integral, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

A escola segundo seu PPP (2019) tem uma área total construída de 2.998,00m2 com 21 salas de aula, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, quadra de esporte coberta, cozinha, sala de multimeios, coordenação, sala depósito, pátio coberto, sala de diretor, arquivo, despensa, laboratório de ciências, secretaria e sala para recursos multifuncionais. A clientela abrange três períodos com mais de 900 alunos[49] reconhece que "levando em consideração o tamanho da escola, a quantidade de alunos, professores e todos os profissionais que nela trabalham, a dificuldade em manter um relacionamento próximo e familiar entre todos é muito complexo".

A Unidade Escolar (EEMOP) baseia sua base curricular em consonância com a legislação vigente, com um currículo que se pauta pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e de acordo com seu PPP se norteia pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada no ano de 2017, com o objetivo de "instituir uma base curricular a todo o território nacional, tendo como compromisso o desenvolvimento das competências". O ensino aprendizagem é regido também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9.394/96), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares do Ensino Médio e Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso.

Uma das modalidades ofertadas pela escola é a Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva com Atendimento Educacional Especializado e está "fundamentado nas habilidades e competências do aluno, considerando sua condição específica para realizar

[49] Os dados de infraestrutura e matrículas são públicos e oficializados pelo Ministério da Educação e podem ser conferidos através do Censo Escolar/INEP 2020, que contabilizou para a escola 1.291 matrículas para o Ensino Médio, sendo 22 na Educação Especial. Disponível em: https://qedu.org.br/escola/250441-ee-major-otavio-pitaluga/sobre. Acesso em 23 janeiro de 2021.

determinadas tarefas" e para isso é "[...] é importante conhecer o aluno e as suas condições de inserção e participação na escola, na família e na sala de aula regular".

Com relação ao atendimento na Sala de Recursos Multifuncional da Escola o PPP, esclarece que "necessita de um documento denominado Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que se constitui em um roteiro de avaliação e intervenção pedagógica". A proposta é elaborar um instrumento de avaliação e intervenção pedagógica com a finalidade de "orientar e planejar ações", acompanhadas pelos professores que tem como foco o aluno e uma aprendizagem autônoma.

Os projetos realizados na escola estão previstos no Regimento Escolar e tem como objetivo "melhorar a prática educativa, proporcionando aos alunos maior crescimento e criatividade". Todo o processo de construção, desenvolvimento e execução é coordenado pelo corpo docente e com apoio da equipe gestora. Alguns desses projetos estão em parceria com várias instituições, como: PIBID, Biblioteca Integradora, Sala de Recursos, Laboratório de exatas, EDUCARTE, Giro das Profissões, assim como tantos outros Projetos disciplinares e interdisciplinares, como Olímpiadas de Matemática, História e Astronomia, Feira Científica, Aulas Práticas (Extracurriculares), Arte e Dança (Festival da Canção Estudantil, Halloween, Festa Junina, Country) Projeto 7 de Setembro, Chá Poético, Projeto Cidadania, Ações Solidárias, Jogos Estudantis (Futsal) e Projetos voltados para o estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena (Lei 11.645/08)[50].

Os projetos voltados para o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial não foram encontrados no âmbito escolar de forma interdisciplinar, ainda que muitos professores em suas aulas desenvolvam ações direcionadas para a temática. O tema patrimônio já está presente no cotidiano dos nossos alunos, apesar de um certo distanciamento com relação ao próprio lugar de vivência e muitas vezes não se sentindo representados nos lugares de memória oficiais e por isso, ausentes em alguns momentos o sentimento de pertença.

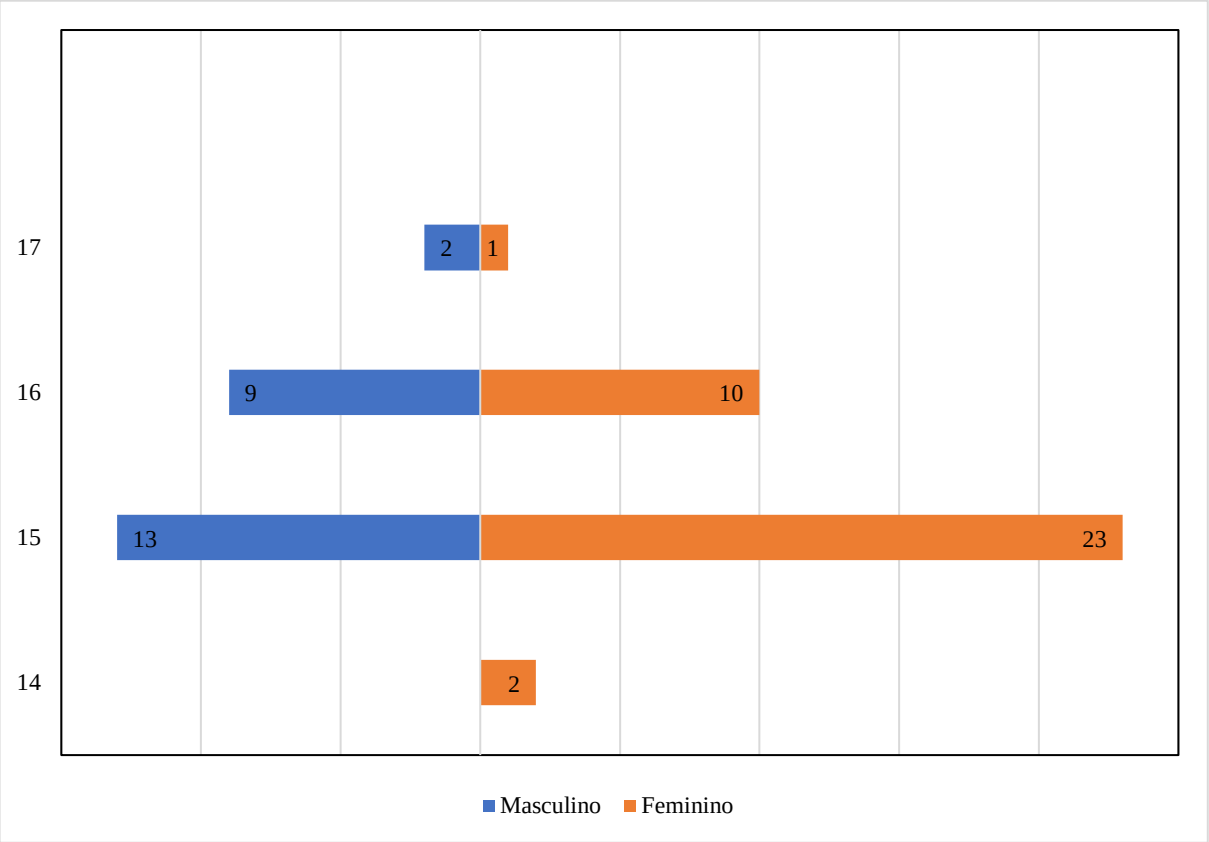
Em nosso estudo buscamos informações junto ao Regimento Interno, ao Plano Político Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar, assim como pesquisas na Secretaria Escolar por meio de nossos discentes. Apesar de lecionar em sete turmas do Primeiro Ano, optamos em trabalhar com duas turmas do período vespertino e assim desenvolvermos as oficinas e os questionários, respondidos pelos alunos, inicialmente em sala de aula e depois de forma *online* pelo *Google Forms*. O resultado desse levantamento nos apontou questões relevantes que levaram a

[50] Todos os projetos da Escola EEMOP estão apresentados e divulgados online. Ver: **Facebook**. Escola EEMOP Escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga (@eemoproo). Rondonópolis, 2021. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/eemoproo>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

respostas tanto a respeito do perfil de nossos educandos, como também relacionadas a nossa temática.

Os alunos que participaram da pesquisa eram do Primeiro Ano do Ensino Médio e foram convidados a responder questionários, tanto presencialmente, quanto via internet, nos anos 2019 e 2020. No primeiro momento, fizemos um levantamento que nos permitiu analisar quem eles eram e como se viam. Dos 60 alunos, 36 participantes eram do sexo feminino e 24 eram do sexo masculino e com idade entre 14 a 17 anos. Destes, 38,33% eram alunas na faixa etária de 15 anos e 16,67% estavam com 16 anos, enquanto 1,67% são alunas com 17 anos. Já os alunos com 15 anos eram 21,67 %, 15% com idade de 16 anos e apenas 3,33% tinham 17 anos. Com 14 anos só participaram duas alunas, equivalente a 3,33%, conforme observado no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Distribuição por idade e gênero



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Ao questionarmos como os alunos se classificariam segundo as categorias usadas pelo IBGE, a maioria de nossos estudantes (63,34%) respondeu que se considera pardo, para aqueles que se denominam brancos o percentual era de 23,33%, enquanto 3,33% se consideravam indígenas e apenas 1,67% se apresentaram como orientais e 3,33% não se viram em nenhuma das alternativas apresentadas. Nesse contexto, nenhum dos nossos alunos se considerou preto e

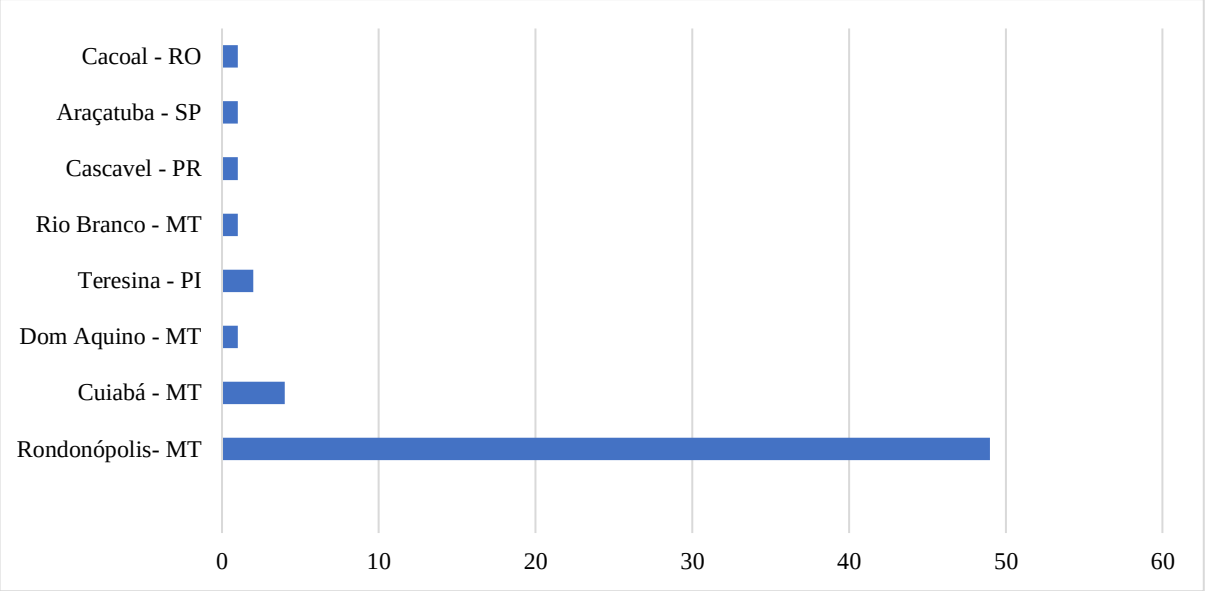
apenas uma minoria se percebia indígena, o que nos chamou a atenção por estarmos numa cidade que tem um percentual considerado de populações indígenas e negras e apesar do número significativo da população estudantil se considerar parda, nos leva a crer que podemos imaginar que talvez haja uma dificuldade para que esses outros grupos étnicos permaneçam nesse ambiente escolar ou não houve a autodeclaração nos formulários apresentados na pesquisa.

Uma questão que sempre despertou interesse era sobre como se deu o ingresso dos estudantes nessa Unidade Escolar e para responder a esse questionamento, lhes perguntamos "De quem foi a decisão para estudar na Escola EEMOP", visto que muitos alunos se deslocavam de bairros distantes e que ofereciam o Ensino Médio para a sua clientela. E como resultado, as respostas nos mostraram que foi uma escolha apenas dos pais e responsáveis em 30% das afirmativas, enquanto 26,67% dos discentes responderam que foi uma decisão exclusivamente do próprio educando, outros 35% dos participantes disseram que essa foi uma decisão dos pais/responsáveis em consonância com os filhos, enquanto 6,66% estavam estudando nessa unidade escolar por outros motivos e apenas 1,67% foi encaminhado por outro estabelecimento de ensino.

Para 68,33% desses alunos a escola é considerada muito importante; enquanto para 23,33% é um local decisivo em sua trajetória, mas outros 6,67% não sabem o que a escola significa em sua vida e apenas 1,67% afirmou que a instituição não tem nenhuma importância. No entanto, quando perguntado se aquele seria um lugar aonde eles iriam porque eram obrigados, 85% declararam que discordavam totalmente dessa afirmação. Em nosso levantamento percebemos que 71,67% de nossos alunos moram com os pais, 20% residem apenas com a mãe, 6,66% com os avós e 1,67% com o pai. Considera-se expressivo o número de alunos que considera a escola fundamental em sua formação e a percebe como espaço importante em sua vida, fato que explicaria as respostas em que apontavam o ambiente escolar como um dos mais citados como um lugar de memória afetiva.

A maioria dos educandos é natural da cidade de Rondonópolis-MT o que corresponde a 81,67%, enquanto os outros vieram de locais de outras regiões do Brasil. No levantamento constatamos também que de Mato Grosso 6,67% são da capital Cuiabá e 1,67% de Rio Branco e 1,67% de Dom Aquino. Os outros estudantes vieram de Rondônia, São Paulo, Paraná e Piauí.

Gráfico 11 - Origem dos alunos



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Há relação direta o fato de a maioria de nossos alunos era originária do município, pois prova que não há desconhecimento sobre a História local e quando perguntamos "Como eles achavam que ocorrera o processo de ocupação do território", 63,33% afirmaram que foi a partir dos indígenas da etnia bororo. Para os outros 26,67% foi com a vinda dos aventureiros em busca de ouro na região, já 10% dos alunos entendem que a ocupação se deu com o incentivo do governo no processo da Marcha do Oeste, no período do Estado Novo. E nenhum dos estudantes assinalou a alternativa que correspondia com a chegada dos militares do Exército no povoado.

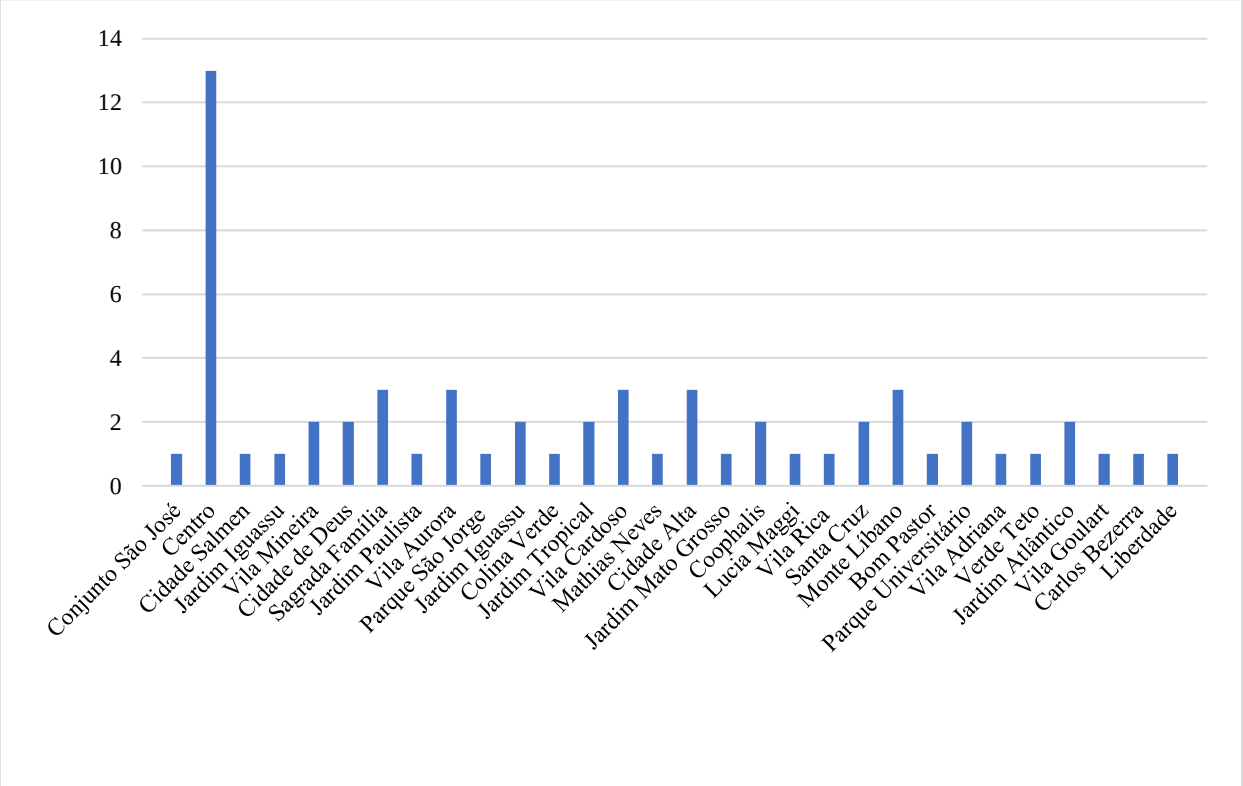
A Unidade Escolar localizada em uma área central da cidade é uma referência em se tratando de eventos e ações do Poder Público e Privado, e sempre foi cedida quando há necessidade de um determinado espaço que absorva um grande contingente de participantes. A escola baseia-se em conjuntos orientadores que buscam o ensino aprendizagem voltado para a inclusão social e cujo objetivo é apresentar um trabalho de qualidade tanto pela equipe gestora, quanto pelos professores e demais funcionários. Com uma clientela diversificada e heterogênea oriunda dos mais variados bairros da cidade, centralizados e periféricos[51], trabalha com vários grupos sociais, cujo perfil socioeconômico é bem diferenciado.

No gráfico abaixo podemos ver em quais bairros moram nossos educandos e que distância (quilômetros) eles estão da escola EEMOP, também constatamos que há realmente

[51] Em seu Projeto Político Pedagógico a clientela é apresentada como "oriunda de diversos bairros da cidade: Centro, Jardim Atlântico, Nossa Senhor do Amparo, Vila Mineira, Parque São Jorge, Cidade de Deus, Cidade Alta, Marechal Rondon, Conjunto São José, Vila Operária, Jardim Mato Grosso, Jardim Participação, Coophalis, Jardim Mato Grosso, Jardim Tropical, Parque Universitário dentre outros"

uma procura pela escola dos mais diferentes locais, sendo que 21,67% dos alunos são moradores da área central da cidade, enquanto outros moram em bairros que correspondem apenas a 5%, são eles: Sagrada Família (4,3 km), Vila Aurora (2,2 km) Vila Cardoso (2,8 km) e Monte Líbano (4,3 km). Além disso, a escola recebe alunos de bairros que correspondem a: Vila Mineira (8,4 km), Jardim Tropical (4,0 km), Coophalis (3,2 km), Santa Cruz (2,9 km), Parque Universitário (6,4 km) e Jardim Atlântico (7,6 km) (3,33% cada). O perfil dos nossos alunos também pode ser visto como moradores de outros bairros que se referem individualmente a 1,67% do total de 25,05%: Cidade Salmen (3,1 km), Conjunto São José (5,1 km), Jardim Paulista (1,5 km), Colina Verde (3,9 km), Mathias Neves (9,1 km), Jardim Mato Grosso (2,8 km), Lucia Maggi (5,6 km), Vila Rica (8,9 km), Bom Pastor (1,0 km), Vila Adriana (5,6 km), Verde Teto (5,7 km), Vila Goulart (2,5 km) e Liberdade (5,6 km)[52].

Gráfico 12 - Bairro dos alunos



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Dos vinte e três dos bairros citados, apenas dez bairros, como a Vila Mineira, Jardim Atlântico Parque Universitário, Mathias Neves, Conjunto São José, Vila Rica, Lucia Maggi

[52] As informações a respeito da distância entre a escola EEMOP e cada bairro foi realizada via *Google Maps* e as indicações fornecidas pelo site são apenas para fins de planejamento, pois fatores como: obras, trânsito intenso, clima ou outros podem interferir nos resultados apresentados. Os dados referem-se a rota via carro. Fonte: *Google Maps*, 2020. Disponível em: https://www.google.com/maps. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

Vila Adriana, Verde Teto e Liberdade correspondem a uma distância superior a 5 quilômetros da escola onde estudam. Portanto, a maioria dos estudantes participantes da pesquisa mora em regiões próximas à unidade escolar EEMOP. A partir disso, foi que definimos como forma de delimitar nosso tema para realizar a oficina no ano de 2019, a região central, especialmente aquelas que se encontram no entorno da escola para facilitar as observações, registro e visita aos esses lugares[53].

A partir da metodologia de trabalho da educação patrimonial e do estudo do meio é que elegemos o espaço do Complexo Arquitetônico Casario/Cais como espaço onde realizaríamos as oficinas de história e que seriam base e nos dariam o material para subsidiar as pesquisas com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EEMOP).

A decisão por fazer as oficinas na região do Casario/Cais foi, primeiramente, por percebermos que em todas as pesquisas realizadas, o lugar sempre foi mencionado e lembrado como um bem cultural. A importância do lugar como patrimônio cultural foi pensado levando-se em consideração a sua importância histórica para a cidade. Dentro do tema principal, fizemos um recorte envolvendo o Casario/Cais e essa escolha diz respeito apenas em relação às oficinas realizadas em 2019. Isso não quer dizer, que estamos enfatizando o espaço como único ou principal lugar de lembranças e referência para a comunidade. O que nos interessa ao fazermos essa opção é o fato de os alunos envolvidos no estudo, em sua maioria, serem moradores próximos à escola e consequentemente, ao Casario/Cais e por isso, possuem uma relação mais efetiva da região.

Apesar dessa proximidade entre os alunos e área objeto da nossa oficina, não foi possível identificar se entre eles havia uma relação direta com o Rio Vermelho. Sabemos que essa população ribeirinha está presente na história da cidade, mas não foi possível vislumbrar se entre os educandos que participaram da pesquisa tinham relação direta com a área estudada, ou se pais e avós são ou foram pescadores, por exemplo. O Complexo Arquitetônico do Casario é muitas vezes representado como símbolo histórico da cidade e contemplado por grupos elitistas que se veem representados cotidianamente seja por parte da imprensa e/ou dos órgãos oficiais.

[53] O primeiro bairro da cidade de Rondonópolis não surgiu na região do Rio Vermelho, apesar da existência do povoado com o mesmo nome. Em 25 de abril de 1955, o prefeito Daniel Martins de Moura, criou o bairro Vila Operária. A ideia era que fosse implantada as vilas operárias da cidade de São Paulo, que emergiam próximas as indústrias, ocupadas por trabalhadores e operários e atrair as indústrias para a região. No entanto, o projeto não deu certo e o local acabou sendo ocupado por trabalhadores desapropriadas de suas terras, que para lá se dirigiram e construíram casas no estilo de mutirões. O bairro Vila Operária foi durante muito tempo sede do 1º Parque de Exposições da cidade. **Vila Operária o primeiro bairro de Rondonópolis**. Regional MT, Rondonópolis, 12 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.folharegionalmt.com.br/noticia.php?id=14612. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

Simone Scifoni (2006, p.56) observa que no Brasil a patrimonialização não é um "fenômeno universal" e ao compararmos a cidade de Rondonópolis, percebemos que também estamos lidando com questões que afligem os outros territórios brasileiros, pois também temos problemas relacionados ao patrimônio cultural, que vão desde a questão de conservação, como também a falta de ações do poder público em preservar os bens culturais. E mesmo o processo de proteção ao patrimônio é apresentado de maneira desigual, não dando o mesmo tratamento a todos os bens existentes no município. Aqueles que são considerados monumentais ou aqueles que possam despertar uma possibilidade econômica, seja por motivos turísticos ou comerciais, apresentam mais relevância nos projetos de conservação. No caso do Casario, houve investimentos públicos municipais e interesse dos comerciantes locais para que a área fosse reformada, diferentemente de outros lugares na cidade que não tiveram essa mesma preocupação por parte daqueles responsáveis pelas políticas de restauração.

O complexo Arquitetônico e socioambiental que abrange o Casario é um espaço que se por um lado representa a história oficial, comumente valorizado por grupos elitistas, também é representativo para grupos como os ribeirinhos e pescadores que viviam próximo à edificação. É ao mesmo tempo um espaço de natureza pública, com suas vinte e quatro casas, que oferece ampla circulação, aberta para a população que a visita seja por motivos turísticos, lazer ou comerciais, mas também é um bem material que reverencia os pioneiros e fundadores da cidade. Ao estudarmos o patrimônio cultural, nosso papel é apresentar ao aluno, que um determinado bem pode apresentar várias facetas, pode ser um monumento histórico que representa grupos econômicos que estão no poder, mas pode ser espaço que faz parte da memória daqueles que se encontravam nas camadas populares da sociedade.

3.2 Discussões acerca das Metodologias utilizadas que resultaram na Produção das Oficinas e no Produto Pedagógico: A Educação Patrimonial e o Estudo do Meio

A metodologia da Educação Patrimonial apresentada por Maria de Lourdes Parreira Horta (1999), é uma sequência de ações que nos possibilitou realizar um planejamento pedagógico voltado para a produção das oficinas e o ensino da História da cidade de Rondonópolis-MT e que resultou na produção de um produto pedagógico, que viesse ao encontro da proposta desta dissertação. A partir dessas discussões que envolveram tanto a metodologia do ensino do meio, quanto a educação patrimonial é que pudemos desenvolver aulas que foram pensadas e aplicadas dentro de um contexto específico e que envolveu sessenta

alunos que estavam matriculados em turmas de Primeiros Anos do Ensino Médio de uma escola pública de ensino, nos anos de 2019 e 2020.

Em seu trabalho, Horta (2003, p. 4) observou que apesar dos museus estarem no centro da metodologia de ensino da Educação Patrimonial, era possível que outros objetos ou bens culturais, assim como outros contextos educativos, também fizessem uso dessa metodologia. Educação Patrimonial, sobre esta perspectiva, é um processo "permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento" e que tem como objetivo proporcionar aos alunos um modo de apropriação consciente e a valorização de sua própria história a partir do momento em que consiga se apossar de seu patrimônio cultural.

Para explorar esses objetos culturais, Horta (2003) observa que seria necessário organizar quatro momentos logo que se defina o objeto ou o tema do estudo, como a observação, o registro, a exploração e a apropriação, como apresentado no quadro abaixo, para melhor entendimento das etapas metodológicas:

Quadro 1 - Etapas metodológicas da ação educativa

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1) Observação	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive …	• identificação do objeto/ função/significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas …	• fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	• desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Horta et al., 2003, p. 09

No Quadro 1, nos deparamos com a atividade da observação, o aluno tenta desenvolver uma percepção visual e sensorial, buscando identificar qual o significado ou função social desse objeto cultural ou do conjunto de bens. Assim, quando identificamos o objeto como por exemplo, uma cerâmica, começamos a fazer questionamentos de que material é feita, como foi feita, que período compreende sua fabricação, quem a fez etc. São inúmeras possibilidades que

podem ser levantadas a partir de um objeto tão comum e que se encontra presente no dia a dia do aluno.

No caso do Complexo Arquitetônico conhecido como Casario em Rondonópolis-MT, os alunos buscaram fazer esse exercício de percepção sensorial e visual por meio de questionamentos, anotações e deduções. Ao conheceram comerciantes que estavam estabelecidos naquele espaço, fizeram indagações a respeito daquele lugar, a fim de ampliar a investigação sobre aspectos físicos, construção, a funcionalidade e o valor do bem. Para isso, foram orientados a levar consigo algumas questões prévias para que pudessem observar no local.

Questionário para conhecer o Complexo Arquitetônico - Casario

1. Nome:
2. Turma:
3. De acordo com o local visitado, responda:
   a) Denominação e bairro
   b) Descrição, características físicas, arquitetônicas, organização dos espaços
   c) Função da construção
   d) Período de construção e objetivo
   e) Pode ser considerado patrimônio? Por quê?
   f) Valor do bem (financeiro ou simbólico)
   g) Que atividades são realizadas no local
   h) Estado de conservação e limpeza
   a) Importância para a História da cidade

É importante lembrar que ao trabalharmos monumentos ou construções, fazermos questionamentos a respeito da influência da ação humana sobre esse ambiente, destacando o passado, o presente e o futuro desse "meio ambiente histórico". (HORTA, 2003, p. 15). E a partir de uma simples pergunta de como era esse lugar é que poderemos coletar dados, orientar o trabalho de campo e realizar todas as outras atividades que estarão no trabalho a ser desenvolvido. Segundo Horta (2003) a próxima etapa seria o registro, o aluno desenvolve atividades descritivas, seja verbal ou escrita, fotografias, gráficos e mapas, por exemplo e deve fazer apontamentos referentes àquele objeto, verificando todas as suas especificidades e particularidades.

Observado o objeto e anotadas todas as informações que estão presentes, chega-se a hora de realizar a etapa da exploração, ou seja, é o momento da pesquisa em outras fontes, visando a conseguir mais informações sobre o que se está pesquisando. Todas as informações são consideradas relevantes e obter outros dados sobre o objeto não precisa estar restrito à biblioteca da escola, mas pode-se buscar em sites, vídeos, jornais, aplicativos e até em entrevistas. Todas as hipóteses precisam ser levantadas e discutidas, assim como é importante

realizar questionamentos a respeito dos significados dos objetos culturais para o maior número de sujeitos da comunidade. E por último, no momento da apropriação dos significados do objeto cultural, o aluno deve incluir no seu cotidiano, compreendendo que esse objeto estudado faz parte de sua história, de suas experiências e cotidiano, cabendo a ele por meio de uma releitura valorizar o bem cultural.

O aluno não é um sujeito descontextualizado de sua realidade ou impossibilitado de fazer uma leitura do mundo que o cerca. Ele é um sujeito a partir de suas experiências do seu próprio cotidiano. E por isso, cabe ao professor ao ministrar suas aulas trazer para os educandos saberes que possam despertar algum significado e não apenas apresentar conteúdos tradicionais, meramente expositivos e sem a preocupação com o conhecimento prévio do mundo desse aluno, que adquire aprendizagem a partir de seu mundo e de suas vivências. (BARCA, 2004).

O estudo do meio é uma metodologia de ensino previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN's) pode ser entendido como recurso didático ou pedagógico. A ação docente pode ser realizada fora dos muros da escola e abrange qualquer atividade, como excursões, passeios ou visitas. Não se trata de um recurso didático apenas para se obter informações fora da sala de aula, mas envolve planejamento e organização para que seja aplicada de forma a se obter resultados. Para isso, as atividades prévias precisam ser elaboradas a partir de questionamentos, observação e interpretação que levarão a conclusões a respeito de todos os dados levantados e trabalhados. É assim, uma atividade didática que "permite que os alunos estabeleçam relações ativas e interpretativas, envolvendo pesquisas com documentos localizados em contextos vivos e dinâmicos da realidade". (BRASIL, 1998, p. 61).

O estudo do meio, como proposta de metodologia, tem como base principal o contato direto com as fontes da pesquisa histórica. O aluno ao se deparar com o local, com contextos como as casas, centros urbanos, monumentos e obras de arte e também no contato direto com moradores é que "se sensibiliza para os materiais sobre os quais os especialistas se debruçam para interpretar" as relações humanas e as organizações dos espaços urbanos e rurais. (BRASIL, 1998, p. 62).

Odair Ribeiro de Carvalho Filho (2018, p. 284), citando Pontushka (2009) observa que na metodologia do Estudo do meio, o docente tem o papel de mediador no "processo da construção e reconstrução do currículo e de um projeto educativo que pressupõe autonomia e valorização intelectual do discente", que por outro lado, participa ativamente na elaboração dos conhecimentos na sala de aula e trazendo consigo conhecimentos prévios nos estudos científicos.

Circe Bittencourt (2008) observa que a metodologia do estudo do meio é uma prática pedagógica que apresenta características como a interdisciplinaridade, trabalho coletivo, o contato com o meio social, diálogos com a população da localidade, organização e análise de registros, abordagem criativa e participativa dos docentes.

Todavia, após toda organização do que deve ser estudado e trabalhado é necessário atentar para todas as fases que vão desde a preparação prévia das atividades até o retorno à sala de aula. E com base nessas considerações, para que a metodologia do estudo do meio possa ser aplicada, devemos seguir uma "sequência de procedimentos didáticos" que direcione os alunos a realizar algumas etapas bem relevantes: "a problematização, a intervenção e a pesquisa". (PACHECO, 2017, p. 72). Nessa perspectiva, é que baseamos as atividades que foram desenvolvidas na oficina executada, realizando algumas ações, como observação, estratégias de pesquisa, coleta, e análise de dados a partir de uma preparação prévia dos alunos, o estudo do campo e colocando em ação os conceitos estudados ao retornamos à sala de aula.

3.2.1 Análise das atividades realizadas na Oficina

3.2.1.2 Introdução

A ação foi realizada no Complexo Arquitetônico Casario, na cidade de Rondonópolis-MT, um conjunto de casas, localizado próximo ao Rio Vermelho, onde se iniciou o povoamento do município. E foi exatamente no povoado do Rio Vermelho, em 1902 que tivemos a efetivação da povoação dentro da circunscrição. Nesse lugar, os alunos observaram as características físicas, arquitetônicas e a organização do espaço. Elementos materiais externos e internos da construção foram analisados e fotografados, assim como contataram com os lojistas, levantando informações que coletaram e utilizaram na pesquisa ao retornarem para a sala de aula. Um dos alunos, após a observação, assim descreveu o lugar: "O Casario, é parecido com um conjunto de casas antigas, um lugar de lazer, (...) além de ser importante historicamente é um lugar de entretenimento e turístico (...) é uma das primeiras construções e o início da cidade (...) se encontra muito poluído, com lixo no chão e na grama".

3.2.1.3 Etapa Prévia - Casario

O trabalho foi desenvolvido com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio, mas nada impede que possa ser com outras turmas e disciplinas. Antes de partimos para o estudo do campo foi imprescindível conseguirmos a autorização dos pais e responsáveis e da Gestão Escolar para a visita até o Casario/Cais próximo a nossa Unidade de Ensino. Em nosso trabalho de campo não houve a necessidade de dispor de meios de transporte pois estávamos próximos ao lugar da pesquisa e devido a essa proximidade a atividade foi desenvolvida no período de duas horas e meia e com a presença de outros professores, que se disponibilizaram em participar de um trabalho interdisciplinar.

Como preparação prévia tivemos no primeiro momento, aulas expositivas e participativas, nas quais apresentamos a temática e, posteriormente realizamos a sondagem sobre o conhecimento a respeito do que estava sendo estudado. Nessa ação preliminar, os alunos ainda em sala de aula, foram convidados a responderem oralmente a respeito do histórico do Casario e o que significava a expressão patrimônio cultural.

1. Vocês conhecem o Casario?
2. Onde está localizado?
3. Quantos já estiveram no lugar? Por quê?
4. O que acharam do lugar?
5. O que é um patrimônio cultural?

Como atividade de investigação, pedimos que os alunos fizessem perguntas semelhantes a um familiar, um parente, um amigo ou alguém que eles soubessem que frequentava ou conhecesse o lugar, objeto de estudo. Quatro perguntas foram entregues aos alunos, que informalmente, deveriam fazer os seguintes questionamentos:

1. O que você sabe sobre a fundação do Casario?
2. Você sabe quem foi o responsável pela construção e por que foi construído?
3. Se conhece o lugar, qual a sua opinião sobre o ele?
4. Qual a importância do Casario para a história da cidade?

Os alunos foram convidados a pesquisarem em *sites* de jornais locais elementos históricos a respeito do Complexo Arquitetônico do Casario. Nessa ferramenta de acesso às

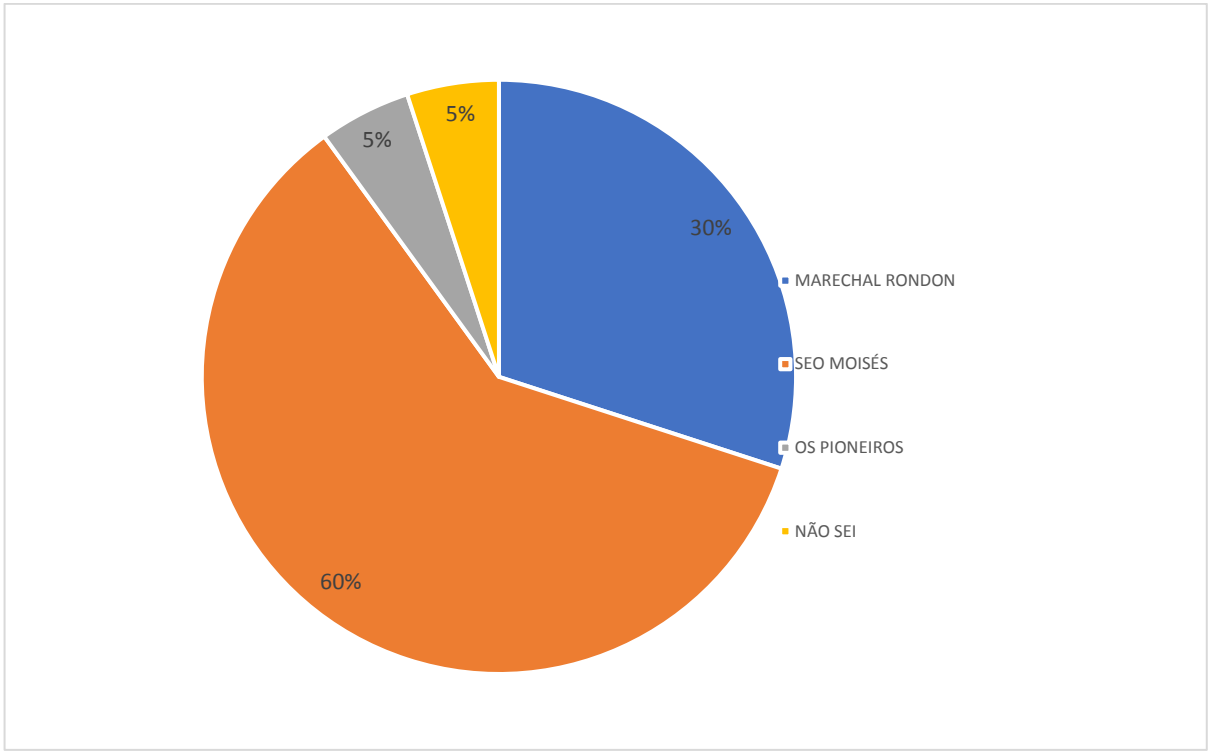
fontes de informação é que foi possível obter dados sobre a localidade, o estilo, as características arquitetônicas, a história da fundação, a contribuição histórica para a cidade e o porquê o local é considerado um patrimônio cultural. Esse foi o momento em que os alunos puderam ter acesso a fotos antigas e atuais do Casario para que pudessem ter subsídios para entender as mudanças e permanências da construção estudada.

Para que pudéssemos quantificar os dados fizemos também questionários *online*, com respostas dissertativas e objetivas e para isso, usamos a ferramenta conhecida como *Google Forms* e assim, pudemos fazer um percentual das respostas enviadas. Nessa pesquisa, começamos perguntando: "Você se interessava pela História da Cidade?". Entre os que responderam sim, estavam 55% dos alunos, enquanto os que responderam "não" foram 33,33% dos alunos e somente 11,67% dos participantes disseram que "nunca pensaram a respeito". Mas quando indagamos se sabiam por que a cidade recebeu o nome Rondonópolis, a maioria (93,33%) afirmou que foi uma "homenagem ao Cândido Rondon", e só um percentual equivalente a 6,67% disseram que "não sabiam".

Durante as aulas foram entregues algumas questões para que os alunos pudessem responder à medida que realizavam a visita ao Casario/Cais. Eram perguntas que podiam ser descritas de forma livremente e nesse caso por não serem objetivas, cada aluno a partir de seu olhar analisava os locais da maneira como estava vivenciando. A primeira pergunta era sobre as características do bem visitado e como era a organização. A maioria das respostas correspondeu a descrição apontando o número de salas comerciais, o valor histórico e o ambiente de entretenimento presente no local. Muitos alunos também afirmaram que o lugar era um patrimônio cultural material e socioambiental e foi construído com a intenção de dar início ao povoamento da cidade. Houve uma certa confusão quando questionamos quem havia criado ou construído o local, alguns disseram ter sido Marechal Rondon ou o Seu Moisés, e apenas uma minoria afirmou que o lugar foi levantado pelos próprios moradores em 1930. Nos gráficos abaixo, temos o percentual de questões que foram elaboradas e fizeram parte desse levantamento realizado com os nossos alunos. As perguntas elaboradas de forma interativa buscavam respostas para alguns questionamentos, como:

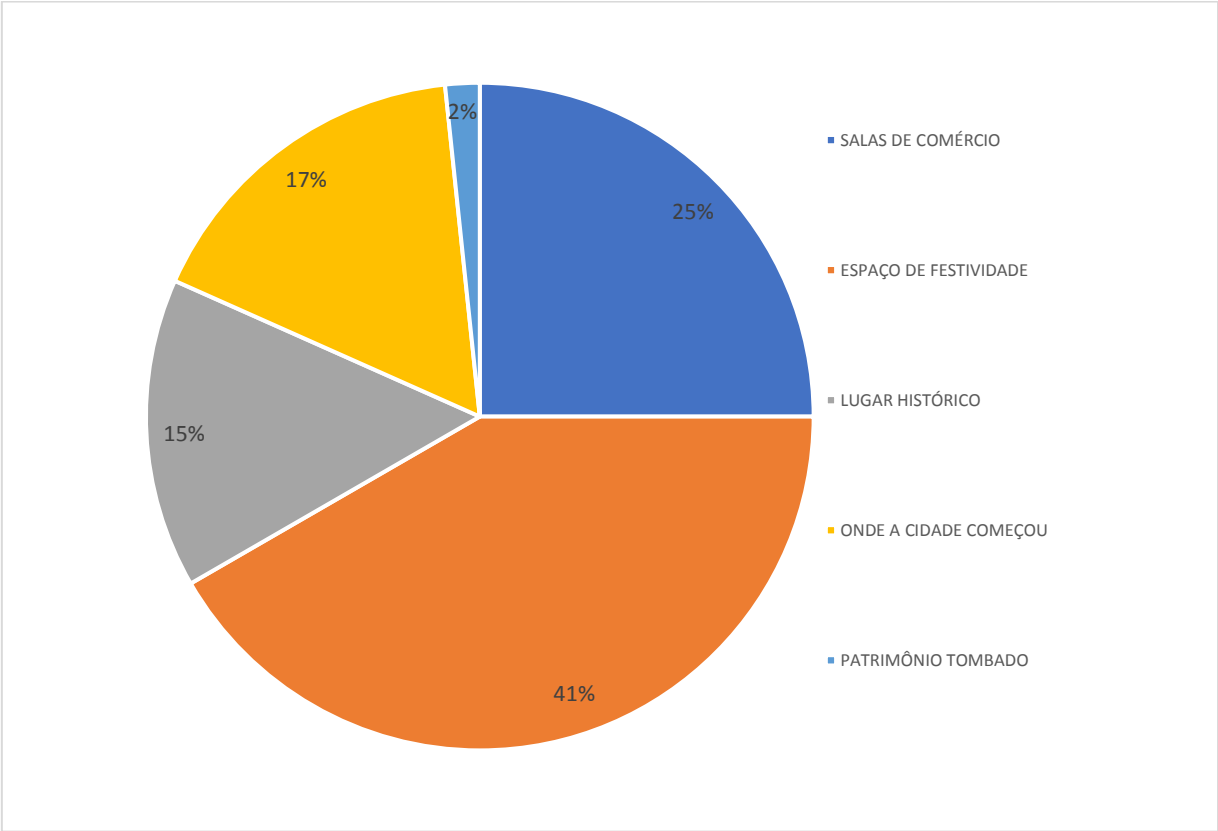
1. Quem construiu o Casario? (gráfico 13)
2. Como você vê o Casario? (gráfico 14)
3. Para que o Casario foi construído? (gráfico 15)
4. Qual a importância do Casario para a história da cidade? (gráfico 16)

Gráfico 13 - Quem construiu o Casario?



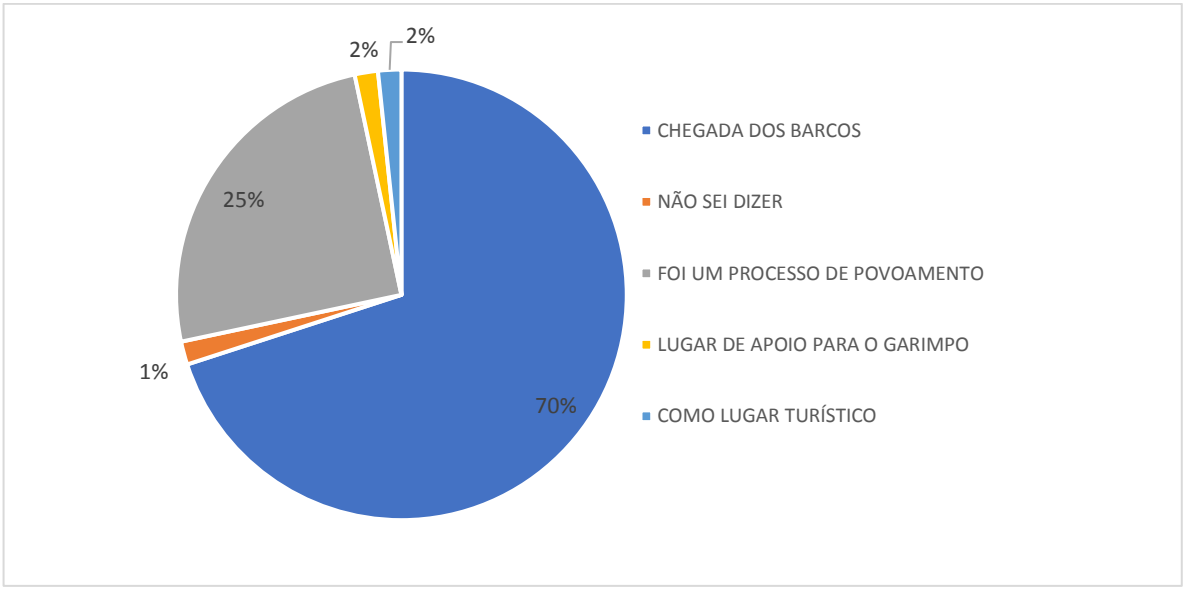
Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

Gráfico 14 - Como você vê o Casario?



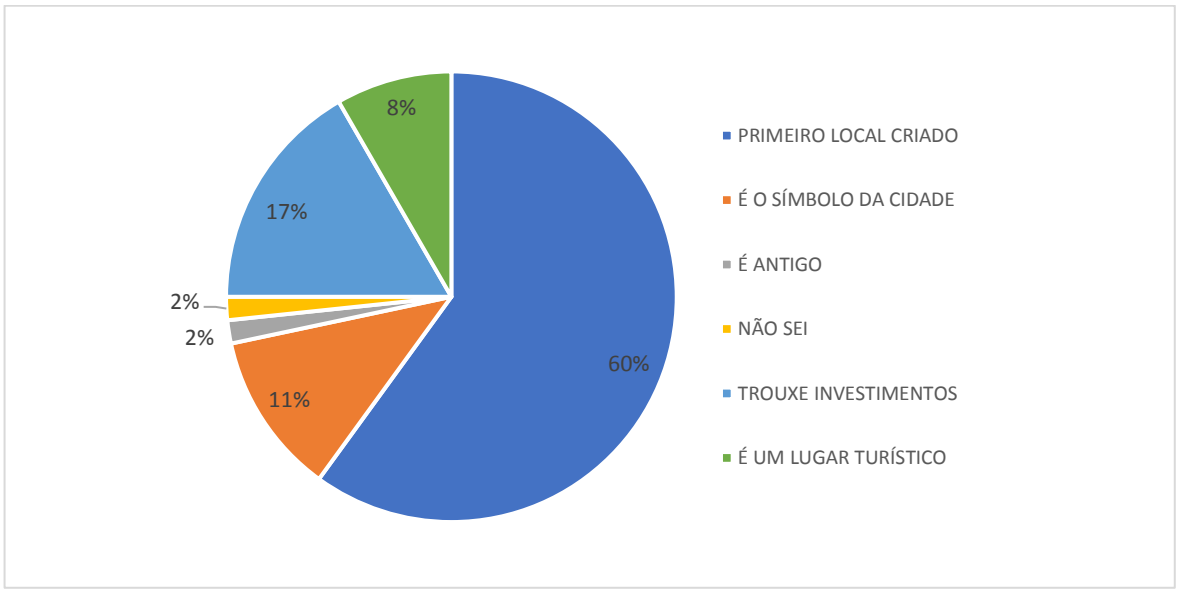
Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

Gráfico 15 - Para que o Casario foi criado?



Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

Gráfico 16 - Qual a importância do Casario para a História da cidade?



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A atividade apresentada resultou em questionamentos que foram iniciados em sala de aula e que tinha como objetivo sondar o conhecimento prévio de cada aluno sobre o lugar conhecido como Casario. Essa ação tornou possível que o educando realizasse pesquisas com outras pessoas e buscando informações em outras fontes materiais para sanar qualquer dúvida sobre o local. O aluno teve contato com textos e imagens que lhes possibilitou fazer observações preliminares antes de completar as outras etapas da pesquisa, como a visita de campo e a análise dos dados encontrados. Segundo Pacheco (2017, p. 74) quando planejamos e executamos uma atividade que tem como metodologia o estudo do meio "o professor provoca seus alunos a

olharem para o mundo com curiosidade e pensarem nas estratégias para a troca e apropriação das informações necessárias à intervenção em seu mundo social".

3.2.1.4 Uma experiência didático-pedagógica

Para desenvolvermos as oficinas tivemos de eleger um lugar para delimitarmos nossas atividades. Como já explicado, escolhemos o Complexo Arquitetônico por muitos motivos, entre eles apontamos a proximidade com a escola e, a escolha por nossos alunos e professores que o apontaram como patrimônio cultural da cidade e como patrimônio afetivo. O monumento é um bem tombado e considerado símbolo da cidade por órgãos oficiais, imprensa e instituições e, no entanto, levamos em consideração até a logística do deslocamento para que pudéssemos realizar o nosso estudo de campo.

Nos dias 13 e 14 de agosto de 2019, num total de duas aulas de cinquenta minutos cada realizamos uma atividade para identificar as ideias prévias dos alunos em relação a patrimônio cultural. A estratégia usada consistia em fazer questionamentos no início da aula e os alunos respondiam de forma oral baseando-se em seus conhecimentos. Na medida em que eles respondiam, as expressões eram anotadas no quadro e eles puderam responder livremente sobre o que entendiam do conceito. Depois disso, aplicamos um questionário com perguntas que pediam a eles que explicassem o que sabiam sobre: patrimônio cultural e tombamento. A ideia era levantar as informações que eles tinham sobre estes termos e se eles sabiam defini-los.

Após essa etapa trabalhamos em sala de aula, nos dias 19 e 20 de agosto de 2019, com textos que auxiliaram nessa perspectiva de definir patrimônio e suas modalidades: material e imaterial. Alves (2018, p.183) em suas Orientações Didáticas apresenta um roteiro para ser usado em sala de aula e assim, apresentamos aos alunos os conceitos que constam neste texto. Para isso, pedimos que os estudantes fizessem a leitura em grupos e anotassem no caderno as ideias que explicavam os significados daqueles com os quais estávamos trabalhando e estudando.

Após esse levantamento e leitura inicial, pedimos que os estudantes fizessem pesquisas individuais em *sites* e dicionários sobre os mesmos conceitos: patrimônio material e imaterial, já apresentados anteriormente, mas acrescentamos nesse momento outros termos para serem pesquisados, como o que é memória, o que são considerados lugares de memória, como um bem podia ser tombado pelo Poder Público e se havia algum bem tombado na cidade de

Rondonópolis. Na aula seguinte, pedindo que cada um dos alunos, explicasse a compreensão dos conceitos citados até o momento.

Para fecharmos a questão dos conceitos trabalhados e das discussões que foram levantadas em sala, assistimos a dois vídeos sobre a temática no dia 26 de agosto de 2019. O primeiro era "O Que é Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial?", do Canal Elaborando Projetos e o segundo vídeo produzido pela TV Rondon (SBT), abordava a história da cidade e do processo de ocupação do povoado Rio Vermelho intitulado "Rondonópolis 62 anos - Pioneiro contam como era a cidade".[54] Depois dos vídeos apresentados realizamos um debate em torno do que foi visto, abrindo espaço para que os alunos falassem sobre os vídeos e dando oportunidade para que eles relacionassem a atividade com o que já havia sido produzido e pesquisado. É o momento que o aluno assume o papel de agente do "seu próprio conhecimento" e que realiza atividades "diversificadas e intelectualmente desafiadoras", como bem observa Barca (2004, p.132).

Para apresentarmos em nosso estudo de campo o Casario, usamos uma aula no dia 27 de agosto de 2019 para que os alunos pudessem trabalhar a partir de fontes históricas o porquê o lugar foi escolhido para ser tombado, enquanto outros espaços na cidade não receberam o mesmo tratamento e a mesma atenção por parte dos veículos de comunicação. E, para comprovar a informação apresentamos algumas reportagens que foram veiculadas em *sites* de notícias. E para isso, apresentamos artigos que foram impressos e distribuídos em sala de aula para uma leitura dirigida: "Um patrimônio histórico, cultural e ambiental renovado", do jornal a Tribuna[55] e "Tombado patrimônio histórico da cidade, Casario passa por reforma", da Gazeta MT[56]. Lembrando que essa atividade foi realizada após o levantamento prévio já mencionado anteriormente em que apresentamos o desenvolvimento da ação no item 4.2.1.3 Etapa Prévia - Casario.

A fim de apresentar imagens da história de povoamento e ocupação da cidade com ênfase no Casario apresentamos um documentário com a historiadora Laci Maria Araújo Alves e, nesse momento os alunos puderam mais uma vez estudar sobre o local que iríamos usar como

---

[54] Elaborando Projetos – Sociais e Culturais. **O Que é Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial**? Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk>. Acesso em 14 de agosto de 2019.
TV Rondon – Rondonópolis - SBT Comunidades. Rondonópolis 62 anos - Pioneiro contam como era a cidade. Youtube. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=gzaQ4Vk3jA8>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

[55] Um patrimônio histórico, cultural e ambiental renovado. Rondonópolis, 2007. **A tribuna**. Disponível em https://www.atribunamt.com.br/2007/08/23/um-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-renovado/. Acesso em 29 de agosto de 2019.

[56] Tombado patrimônio histórico da cidade, Casario passa por reforma. Rondonópolis. 2013. **Gazeta MT**. Disponível em https://gazetamt.com.br/17/6/2013/reestruturacao-tombado-patrimonio-historico-da-cidade-casario-passa-por-reforma/. Acesso em 29 de agosto de 2019.

espaço educativo e de relevância histórica. Paulo Cesar Tomaz (2019, p.14) sugere que é nesse momento que o "espaço evoca lembranças de um passado, que mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente".

A metodologia da educação patrimonial tem esse papel de oportunizar a formação dos alunos a partir do momento em que eles conhecem sua história. E apesar do espaço estudado ter sido preservado por motivos que já foram abordados, cabe ao professor o papel de mostrar que esse monumento ou edificação, ainda que seja apresentado para a sociedade como patrimônio cultural que tem sua história ligada a personalidades considerados de grande vulto, pode também ser visto como um lugar em que houve a presença dos que não são relembrados por grandes ações seja pelo poder público ou por instituições voltadas para a conservação e preservação dos bens culturais considerados oficiais. Portanto, é preciso olhar esse local e reocupá-lo como um espaço que tem significados por todos que convivem diária e cotidianamente na cidade de Rondonópolis, por isso, conhecê-lo, estudá-lo e se apropriar desse patrimônio cultural significa que podemos atribuir outros sentidos a ele, que não sejam apenas os econômicos e comerciais.[57]

Figura 19 - Percurso: Visita ao Casario

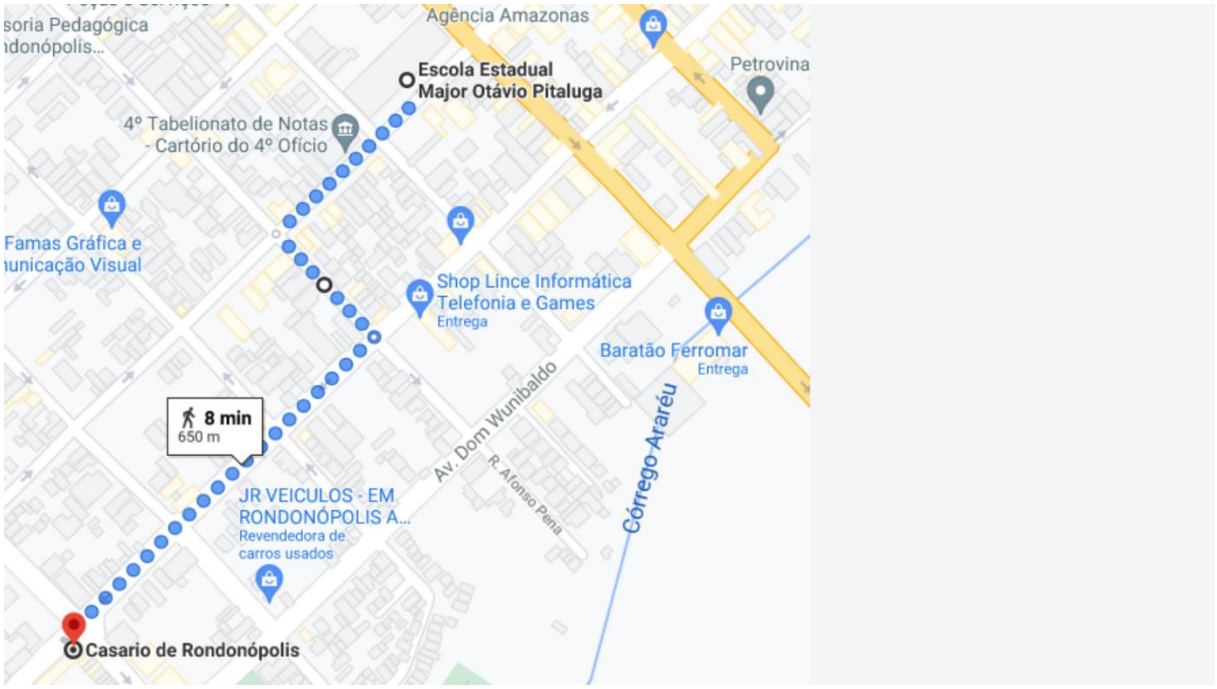


Fonte: Arquivo Pessoal da autora (2019)

[57] No dia 05 de setembro de 2019 fizemos a visita ao Complexo arquitetônico localizado na Avenida Marechal Rondon é de aproximadamente 15 minutos, podendo ser feito até em 10 minutos e todo o percurso foi realizado a pé partindo da escola EEMOP na Av. Amazonas, atravessando a esquina da Av. João Ponce de Arruda, virando a esquerda na XV de Novembro, passando pelo Shopping Popular e chegando no Casario e Cais e voltamos pela Av. Marechal Rondon, entramos na Rua Afonso Pena, Av. Amazonas e fomos até a Praça Brasil, esquina da escola na Av. Fernando Corrêa da Costa.

Para a maioria dos alunos, o percurso já era conhecido, ainda que entre eles houvesse aqueles que não tinham frequentado o lugar, apesar de conhecê-lo. O caminho também leva ao shopping popular que é um espaço comercial de produtos importados da cidade, conforme apresentado no mapa abaixo:

Figura 20 - Mapa do percurso visita ao Casario



Fonte: Elaborado pelo Autora. *Google Maps.*

Ao chegarmos ao Casario, os alunos observaram a arquitetura da edificação e percorreram as salas que estavam abertas, dialogando com os comerciantes locais. A visita foi conduzida por todo o ambiente externo e interno disponível. A ação foi uma oportunidade para que os alunos pudessem ter aprendizados expressivos e assim, puderam comparar o estudado em sala de aula com a prática que estavam vivenciando. Na atividade de perceber os aspectos de sua arquitetura e perceber como era a construção, o acesso, a limpeza e a conservação do lugar puderam contextualizar os aspectos físicos e organização, assim como comparar todas as mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

A recepção dos comerciantes que se encontravam no momento de nossa visita foi bem aproveitada porque os alunos puderam ouvir as experiencias e informações acerca da história do local e das atividades culturais que aconteciam naquele espaço. Assim, os alunos puderam circular pelo ambiente e registrar o momento através das fotografias que foram tiradas, além de poderem fazer questionamentos a respeito das instalações, horários e público que frequentava o lugar. As fotos abaixo mostram os alunos percorrendo o ambiente e dialogando com os colegas a sombra das arvores a respeito da visita. A respeito do que foi visto, um dos alunos

assim descreveu no relatório sobre a visita: "*Em nossa visita ao Casario pudemos notar logo de cara a padronização da arquitetura antiga, que impressionou por seu estado de conservação, passando uma harmonia entre os empreendedores que alugam os cômodos(...)".* (SIC).

Figura 21 - Visita de campo Casario



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

Em nosso retorno à sala de aula os resultados da visita foram compartilhados com todos em uma roda de conversa. Nela, puderam apresentar as dúvidas, questionamentos e impressões que tiveram da visita realizada. As fotografias que tiraram foram fundamentais para compreensão das mudanças e permanências do Casario, assim como o que foi registrado e explorado. Os alunos puderam expressar suas dificuldades e o que a aula de campo acrescentou a sua aprendizagem. Assim, pudemos perceber três momentos relevantes na visita, como o momento de observação, registro e de informações, produção de relatórios analisando a aula de campo. O exercício em questão de todo o processo dessa ação na oficina foi perceber o Casario como espaço educativo e que possibilitou uma a realização de uma atividade fora da sala de aula.

Lembrando que como pesquisa após os conceitos trabalhados e antes da aula de campo, os alunos foram convidados a realizarem uma atividade em que tinham que apresentar os lugares que viam diariamente enquanto saíam da escola até a residência, conforme já relatado nesta dissertação, na temática dos patrimônios afetivos. Para tanto, os estudantes apresentaram mapas com o trajeto percorrido, elencando espaços que podiam ser também considerados patrimônios. Muitos desses locais eram aqueles que eram apresentados como patrimônio oficial, mas também eram possibilidades que eles consideravam como bens que podiam ser vistos como importantes a partir de seu olhar, como por exemplo, o posto de gasolina, o fórum,

o Detran, a loja comercial, os correios, a BR, a igreja local, a pracinha do bairro, o campo de futebol, o clube de esporte, a pista de atividades físicas, o *shopping*, a faculdade e até mesmo o bar frequentado pela comunidade. O resultado dos lugares citados pode ser visto no capítulo 02, assim como as questões que foram levantadas.

Devido à pandemia de Covid-19 que começou no Brasil no final do mês de março de 2020 e que, por conta disso, houve a necessidade de se fazer distanciamento social, não foi possível apresentarmos uma exposição para Comunidade Escolar do resultado da pesquisa, mas isso não interfere no fato de que podemos futuramente pensar em projetos a serem realizados assim que pudermos retornar com as atividades presenciais na Escola. Para isso, já pensamos em realizar uma exposição com os múltiplos olhares que serão apresentados ao público externo, considerando que os lugares de memória vão além daqueles considerados oficiais, mas que abranjam também os bens considerados afetivos e que trazem lembranças e recordações sobre a cidade de Rondonópolis.

3.2.1.5 Avaliação

Essas questões apareceram posteriormente, após a realização do nosso estudo de campo num questionário *on line* pelo *Google Forms* realizado no fim do ano de 2019 e tinha como objetivo realizar uma avaliação com alunos do primeiro ano de forma aleatória. Nessa amostragem, não limitamos a participação apenas aos alunos que participaram da aula de campo e das oficinas e não foi questionado se eles tinham participado das atividades realizadas anteriormente em sala de aula e semelhantemente quantidade de estudantes que estiveram na experiência didática, também optamos pelo número total de sessenta alunos. As perguntas eram similares àquelas que haviam sido feitos na experiência didática e correspondiam aos conceitos que nortearam nossa pesquisa: patrimônio cultural, tombamento e bens culturais.

A primeira pergunta indagava se sabiam definir “Patrimônio Cultural” e sobre isso, 100% das respostas assinalam que “sim” para o conhecimento de seu significado. A respeito da expressão “tombamento de bens culturais”, a porcentagem cai para 73,33% daqueles que disseram que “sabiam o significado”, mas que ainda assim é um percentual bem expressivo e outros 26,67% disseram que “desconheciam” completamente o termo.

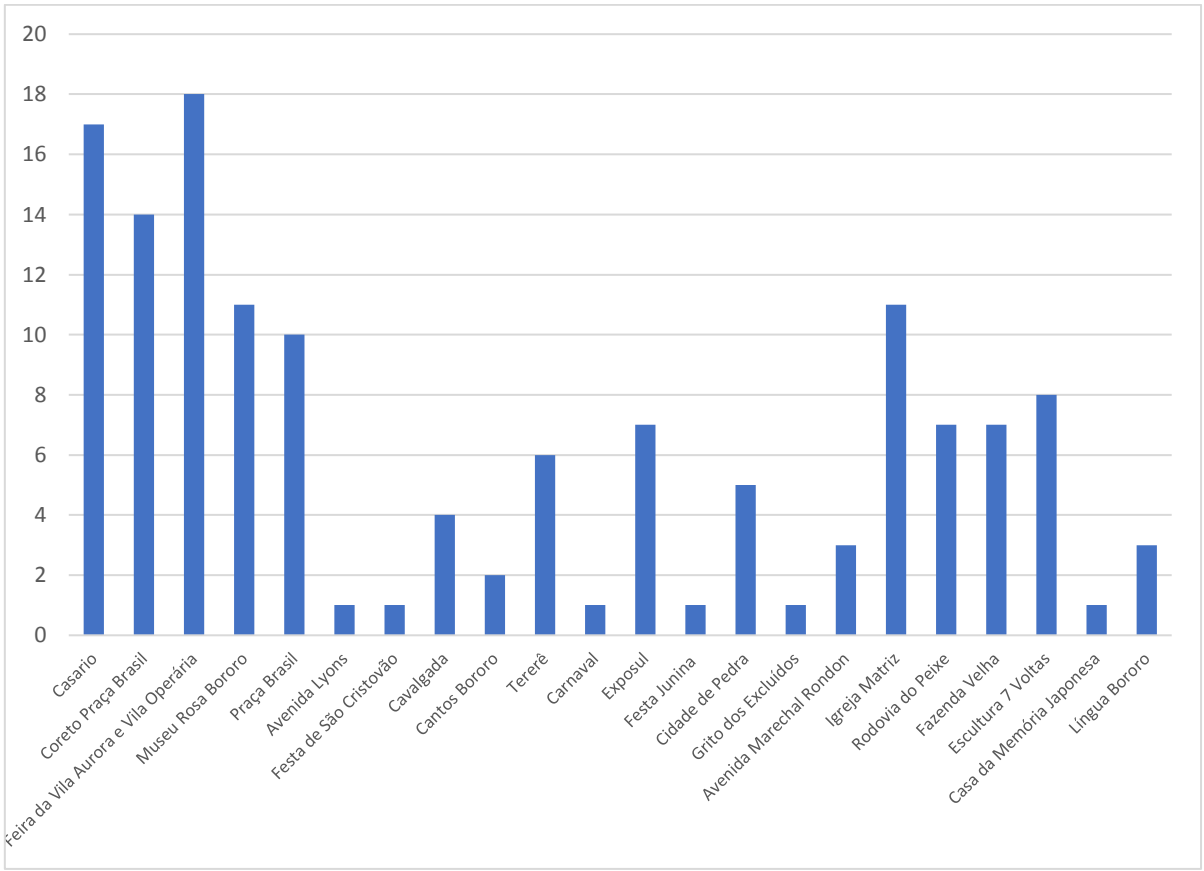
Para aprofundarmos no assunto, perguntamos sobre bens que eram tombados na cidade. A questão era aberta e eles podiam responder livremente, sem indicações ou alternativas. Para os que que responderam “não sabiam” e “nem podiam citar” o percentual foi de 70%. O Casario foi citado por 23,33% dos alunos que participaram, enquanto 6,67% dos estudantes apontaram

apenas o Ipê Amarelo. Não foram elencados outros bens nas respostas apresentadas, demonstrando duas possibilidades: há um distanciamento desses lugares de memória no cotidiano dos educandos, e/ou há uma ausência de propaganda ou ações voltadas para a valorização por parte do Poder Público para lugares que ele mesmo determinou como Patrimônio Cultural, atribuindo-lhes certa relevância social e econômica.

Para o aluno, não é difícil especificar o que pode ou não ser considerado patrimônio, que isso fique claro, ainda que na maioria das vezes, o bem tombado pelo Poder Público seja sempre citado. Em nosso questionário a pergunta foi direcionada para várias alternativas, que exemplificavam o que poderia ser visto como bem cultural da cidade, segundo o levantamento apresentado por Alves (2018, p. 67 *apud* Silva, 2011) e os educandos podiam escolher mais de uma alternativa para cada questão. No gráfico abaixo podemos perceber os bens que foram apontados pelos alunos:

1. Feira da Vila Aurora e Vila Operária,
2. Casario,
3. Coreto da Praça Brasil,
4. Museu Rosa Bororo e Igreja Matriz,
5. Praça Brasil,
6. Escultura Maria Sete Voltas,
7. Fazenda Velha e Rodovia do Peixe,
8. Tererê,
9. Cidade de Pedra,
10. Cavalgada,
11. Língua Bororo e Avenida Marechal Rondon,
12. Cantos Bororos,
13. Avenida Lyons, Carnaval, Festa Junina, Grito dos Excluídos, Casa da Memória Japonesa e Festa de São Cristóvão.

Gráfico 17 - Patrimônio Cultural de Rondonópolis - MT



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ao analisarmos o Gráfico 17 mais uma vez percebemos que o Casario sempre foi apontado como principal patrimônio cultural da cidade e mesmo quando falávamos sobre lugares afetivos é sempre mencionado. É o lugar mais citado e por isso tivemos a preocupação em apresentá-lo como um dos bens culturais durante as aulas, pois sua localização central na cidade e presença frequente seja nos eventos realizados pelo Poder Público e privado faz com que seja sempre referenciado.

A escola encontra-se próxima ao lugar e por isso sua presença está ligada à memória de nossos educandos ou ainda pode ser que sua presença constante no percurso percorrido pelo educando até a Unidade Escolar o faça ver como um lugar de memória de grande relevância para seus moradores. É muito comum notícias e reportagens a respeito do Casario e oficialmente muitos o veem como o "lugar onde tudo começou".

3.3 Produto Pedagógico

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vieram para ficar e por isso à medida que vão se popularizando nos ambientes escolares é preciso criar práticas pedagógicas para acompanhar esse processo nas escolas, essa "inovação tecno educativa", com inúmeras possibilidades de inserção de novos conhecimentos (LOPES, OLIVEIRA e SANTOS, s/d, p. 7). A contribuição do uso dessa ferramenta pode favorecer o ensino e nossa postura como educador deve ser o de facilitador e coordenador de novas tecnologias. (ANDRADE, 2018, p. 173)

O ensino a distância ou híbrido é uma realidade que precisamos encarar e diante disso, a adoção de recursos que estejam vinculados ao mundo digital como *sites*, gamificação, redes sociais, aplicativos e tecnologia imersiva é um fator agregador nas abordagens diárias escolares. A resistência, por parte de docentes, quanto ao uso das TDIC é cada vez menor, e até por uma questão de logística, os professores estão buscando novas posturas frente ao uso das TDIC, tornando a aprendizagem mais dinâmica e inovadora.

> É necessário possibilitar meios para a compreensão dos problemas atuais e desenvolver projetos, em busca de alternativas para a transformação do dia-a-dia e a construção de uma nova realidade, gerando também novas formas de pesquisa e de comunicação, facilitando a relação entre as pessoas e permitindo o acesso a uma grande quantidade de informações necessárias para a tomada de decisão no mundo globalizado (MARIANO, 2015, p. 9).

No que se refere ao aluno, utilizar uma ferramenta tecnológica é uma prática efetiva e já é vivenciada em seu cotidiano. Não é raro que ao se dirigir a escola e, mais precisamente, durante as aulas de História, o estudante se veja diante de um ensino monótono e desestimulador, diferentemente do que ele vivencia fora do cotidiano escolar. A falta de motivação, o desinteresse apresentado diante do que era estudado, era uma resposta para o que estava sendo ofertado, ou seja, aulas que não representavam suas perspectivas de aprendizagem, como observam Duarte e Pinho:

> Nas redes sociais como Facebook é cada vez maior o número de alunos que participam de grupos que discutem assuntos em voga como, política e economia, então hoje não há como excluir o uso da tecnologia no ensino, e o professor que não se adaptar a essas mudanças que o ensino vem sofrendo futuramente não haverá lugar para ele na educação (DUARTE, PINHO 2013, p. 2).

De acordo com Machado e Fruet (2011), citados por Batista e Baldissera (2011, p. 05) é papel do educador saber utilizar a "informática educacional" de maneira didática, seja pelos

mais variados meios e seu papel é mediar o uso dessa tecnologia com a sua prática docente: "O professor adota as novas tecnologias, perdendo assim o posto de dono do saber, mas ganha um novo e importante posto, o de mediador da aprendizagem. Passa a dirigir as pesquisas dos alunos, [...], propõe projetos e sem dúvida, juntamente com os alunos, aprende mais".

Pensar a tecnologia como recurso inovador em sala de aula é, portanto, o objetivo de nosso produto pedagógico visando a oferecer ao nosso educando um instrumento que desperte e motive nossos sujeitos históricos que são os protagonistas do processo de ensino. O ambiente escolar é lugar de uso de tecnologias já previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), nas Orientações Curriculares e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que as traz expressamente no seu texto como competências gerais exigindo do aluno do Ensino Médio participação ativa na cultura digital. (BRASIL, 2015).

O *site* didático funcionará com recursos interativos entre o professor, aluno e visitantes. Textos, mensagens, vídeos, músicas, *links*, fóruns, comentários e imagens poderão ser adicionados em todo o processo ensino-aprendizagem. Não é um produto fechado e finalizado e poderá ter mudanças a partir de novas informações e para isso, serão adicionados outros estudos sobre a temática. Batista e Baldissera (2011, p. 06) ao citarem Foschini e Taddei (2006), afirmam que essas ferramentas são "páginas pessoais" que possibilitam o uso de imagens *online* e pode ser usado por todos sem a necessidade de "muitos recursos técnicos e financeiros".

Logo, entendemos que a escolha do produto foi uma resposta às indagações que tínhamos em sala de aula no Ensino de História. Por isso, a alternativa recaiu na criação e organização do *site*, já que era de fácil produção, podia ser continuamente enriquecido com novos conteúdos, facilitava a pesquisa, apresentava material bibliográfico e ao mesmo tempo seria atraente para todos os envolvidos no processo de aprendizagem, além de possibilitar autonomia ao próprio aluno.

A escola precisa criar oportunidades para que o estudante desenvolva a iniciativa na construção de seu conhecimento e na aprimoração de competências e habilidades. É uma metodologia que ultrapassa o educar com recursos tradicionais, como livro didático, quadro e giz e com aulas meramente expositivas e que se aprimora na inclusão de "comandos tecnológicos" que buscam inserir uma metodologia preocupada em propor a interatividade de conhecimento na "realidade presente e futura" (ROSA e CECÍLIO, 2010, p. 110-121).

O uso de tecnologias digitais em sala de aula é uma consequência dessa nova postura de prática pedagógica e desse contexto que estamos vivendo. Se a educação não buscar novas perspectivas de ensino não atenderá as demandas que estão surgindo externamente, lembrando

que “[...] a *Web* é um organismo vivo, alimentado em tempo real pela colaboração de seus usuários e a escola já está interconectada neste universo móvel e ubíquo” (BERALDO e MACIEL, 2016, p. 211). Portanto, trabalhar a Educação Patrimonial em sala de aula requer um processo permanente de nosso trabalho educativo. A sala de aula é o espaço propício para a socialização de conhecimentos sobre o Patrimônio Cultural, mas, a cidade, com seus múltiplos lugares de memórias, se constitui a céu aberto, um cenário fantástico para o avanço desse debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural é nosso ponto de partida e a cidade de Rondonópolis nosso objeto de estudo, que possui bens que representam a história local e a memória de nossos educandos. E para que pudéssemos conhecer que lugares consagrados ou não faziam parte dessa comunidade buscamos por meio dessa metodologia de trabalho fazer com que os alunos pudessem entrar em contato direto com aqueles bens já protegidos pelo poder Ppblico e reconhecidos pela sociedade, mas também com aqueles que estão presentes no cotidiano de cada estudante, apresentando, não um olhar, mas múltiplos olhares sobre os mesmos bens ou não.

Partimos de uma etapa inicial que usava atividades que questionavam e procuravam descobrir quais eram esses bens culturais e só depois, pelos registros que se utilizavam de desenhos, fotografias e mapas para que houvesse um aprofundamento acerca do tema. Utilizamos nesse processo análises e debates que propiciaram levantamentos, discussões e pesquisas de lugares de memória já reconhecidos e protegidos por leis e decretos, mas também lugares que eram considerados afetivos. E por último, procuramos ressignificar esse bem fazendo o exercício de interpretação do próprio aluno a partir de sua participação na pesquisa, fosse realizando textos ou fotografando o espaço visitado, a fim de que como resultado surgisse um sentimento de pertencimento e valorização do nosso Patrimônio Cultural.

O aluno ainda não se sente representado nesse contexto patrimonial apresentado e por isso o trabalho de pesquisa visa a contribuir nessa perspectiva de Ensino de História para valorização da identidade e memória da cidade de Rondonópolis. E o resultado disso é proporcionar a possiblidade de um produto que possa ser utilizado nas aulas de História e contribuir para a promoção do conhecimento científico sobre Patrimônio Cultural, utilizando a Educação Patrimonial em nosso espaço escolar, possibilitando que possa ser usado não somente nas áreas de Ciências Humanas.

Ainda há muito a se pesquisar e estudar sobre os bens culturais da cidade, pois ficou claro que outros aspectos precisam ser abordados, a fim de que haja uma experiência mais direta com todas as manifestações, sejam material ou imaterial. É preciso ampliar o contato com edifícios, ruas, praças, monumentos, mas também com danças, festividades religiosas ou não, comidas, rituais, línguas, lazer, ritmos musicais e os mais variados saberes e costumes da região que possa representar os múltiplos olhares sobre a cultura local. Não basta no processo de ensino identificar apenas os bens imóveis e tombados, mas questionar por que foram escolhidos

para serem protegidos em detrimento de outros que ainda não foram valorizados e reconhecidos como parte da comunidade.

Nossos alunos estão abertos a essa atividade metodológica da educação patrimonial e como resultado da nossa pesquisa é possível relacioná-la com outros recursos didáticos e incorporá-la ao processo ensino-aprendizagem, possibilitando levantamento de questões a respeito do patrimônio cultural que o rodeia e que, muitas vezes, lhe é despercebido, não por sua omissão ou descaso com a sua história, mas porque a ele não foi apresentada essa temática.

REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS (ATOS NORMATIVOS)

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm; Acesso em: 23 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei 6.292, de 15 de dezembro de 1975**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6292.htm; Acesso em: 23 de abril de 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC**). – Ministério da Educação. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasi**l. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais** Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória**. 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126; Acesso em: 23 de abril de 2020.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Área de Ciências Humanas**. Cuiabá, SEDUC-MT, 2010.

RONDONÓPOLIS. **Lei nº 5.288, de 01 de novembro de 2007**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/2007/529/5288/lei-ordinaria-n-5288-2007-dispoe-sobre-oficializar-as-sete-maravilhas-no-municipio-de-rondonopolis-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias; Acesso em: 23 de abril de 2020.

RONDONOPOLIS. **Lei nº. 6.109, de 28 de dezembro de 2009**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/2009/610/6109/lei-ordinaria-n-6109-2009-dispoe-sobre-tombar-no-municipio-de-rondonopolis-como-patrimonio-historico-cultural-municipal-o-ipe-amarelo-localizado-na-praca-brasil-e-da-outras-providencias. Acesso em: 23 de abril de 2020.

RONDONÓPOLIS. **Decreto nº 6985, de 05 de julho de 2013**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/decreto/2013/699/6985/decreto-n-6985-2013-determina-o-tombamento-do-complexo-de-imoveis-edificados-sobre-as-areas-i-e-ii-da-quadra-49c-matriculas-n-6645-e-13051-denominado-casario?q=casario; Acesso em: 23 de abril de 2020.

RONDONÓPOLIS. **Regimento Escolar da Escola Estadual Major Otavio Pitaluga (EEMOP),** 2020, p. 01.

RONDONÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EEMOP).** 2020, p. 01-10.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ALVES, Sandro Ambrósio. **Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis – MT: Orientações Didáticas no Ensino de História.** Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

ARRUDA, Juliana Ramos de. Os lugares de memória da cidade de Rondonópolis-MT: ensino, cultura e patrimônio histórico. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton e NETO, José Maria. **Aprendizagens históricas – rumos e experiências**. Sobreontens edição especial. Ebook, 2018.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2008, p. 255.

DENTZ, Edson Von. **"Saberes Históricos e lugares de memória": estratégias didáticas para o ensino de história no município de Lucas do Rio Verde – MT**. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

DITIZ, Rejane Alves Rodrigues. **Educação Patrimonial no Ensino de História: do centro histórico de Cáceres/MT para a sala de aula.** Dissertação (Mestrado Profissional). Faculdade de Ciências Humanas, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação Profissional em Estudo de História. Cáceres, 2018.

LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu. **O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico.** (1958-2014). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História. Cuiabá, 2014.

MARIANO, Niziano da Silva. **A importância do uso das TIC'S – tecnologias da informação e comunicação no âmbito escolar**. Monografia. Universidade Cândido Mendes. AVM Faculdade Integrada Pós-graduação Lato Senso. Manaus, 2015.

MEDEIROS, Bárbara Borges de. **O rio e a cidade**: proposta de requalificação do cais de Rondonópolis. Trabalho de Conclusão de Curso II. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (FAUeD). 2017.

MEIRA, Soely Maria de. **Patrimônio e Escola: o Centro Histórico de Cuiabá e as práticas educativas no ensino de História**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal

de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação Profissional em Estudo de História. Cuiabá, 2018.

MORESCO, Júlio Junior. **Primavera do Leste/MT: educação patrimonial, "mídia didática" e lugares de memória**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação Profissional em Estudo de História. Cuiabá, 2018.

OLIVEIRA, Milena Behling. **Lugares e memórias: patrimônios afetivos de Morro Redondo**- RS. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

RIBEIRO, Felipe Honório Correia. **Retábulos da Antiga Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: Produção de material didático para educação patrimonial**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação Profissional em Estudo de História. Cuiabá, 2018.

SÁ, Luiza Vieira. **Rondon: o agente público e político**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo, 2009.

SILVA, Elias. Território, Cidade e Rede: **O papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2009, p. 33.

SOUZA, Maria de Lourdes Conceição de. **O Palácio da Instrução e o Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT: Cidade, territorialidade e educação patrimonial.** Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

STURZA, José Adolfo Iriam. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis -MT:** um estudo de cognição ambiental. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2005.

TORRES NETO, Dilermando Pereira. **Cidade, História e Memória: educação patrimonial em São Bento do UNA – PE**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife, 2018.

BIBLIOGRAFIA (LIVROS E ARTIGOS)

ABREU, Larissa Rachel Ribeiro e SANTOS, Saulo Ribeiro dos Santos. Nos braços de Mnemosine": o espaço do museu como lugar de memória e educação. **XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.** PUC-PR, 26 a 29 de out. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551_8073.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2021.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibáe Modojebádo – A Rosa Bororo e a "Pacificação dos bororo coroado" (1845 - 1887). In: **XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa-PB, ANPUH, João Pessoa, 2003, pp. 01-03. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjZtoCi9OzsAhUKJrkGHZ6zAl4QFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fanpuh.org.br%2Fuploads%2Fanais-simposios%2Fpdf%2F2019-

01%2F1548177542_7e3e1b62fdab9499934a5fd266053051.pdf&usg=AOvVaw3KQpdtZgMb6fOWYAI3qYzm. Acesso em 18 de agosto de 2020.

ANDRADE, Fabiana Viana. Ensino de História frente às tecnologias digitais: um olhar sobre a prática. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 14, p. 172-195, 2018.

AURELIO, Claudio Rogerio; SCALABRINI, Marina Veiga Scalabrini. Patrimônio e cidade. "Sobrevivências" do passado em Ribeirão Pires. **Revista Vitrivius,** v. 48, n.7, Ano 04, 2004. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/587. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Universidade do Minho, 2004, p. 131-144. Disponível em: https://projetochronos.files.wordpress.com/2017/03/barca-isabel-aula-oficina-do-projetoacc80-avaliaccca7acc83o.pdf. Acesso em 20/01/2019.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História Local. Criar Educação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC**. v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1247. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

BATISTA, Margarete Senhorinho; BALDISSERA, Thais Andrea. **Uso de tecnologias em sala de aula: um estudo de caso com alunos e professores dos anos final do ensino fundamental no munícipio de Santiago-RS.** Disponível em: https:// https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1081?show=full. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

BERALDO, Rossana Mary Fujarra; MACIEL, Diva Maciel. 0202952 Competências do professor no uso das TDIC e de ambientes virtuais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.20, n.2, pp. 209-217, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BUENO, Chris. **Patrimônio**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Cienc. Cult. vol. 65, no.1. São Paulo. Jan. 2013. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100025. Acesso em 13 dezembro de 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na História: de onde eu vejo o mundo? *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coordenação). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CANDOTI, Eliane Aparecida. **O ensino de História nos anos iniciais: apontamentos no processo de construção do conhecimento histórico. História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 285-301, jul./dez. 2013.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860011.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2021.

COLASANTI, Marina. **Na cidade dos deuses**. Disponível em https://www.marinacolasanti.com/2012/06/cronica-de-quinta-na-cidade-dos-deuses.html. Acesso em 18 de outubro de 2020.

DUARTE, Thais Silva Garcia; PINHO, Rachel Tegon. **O ensino de História e o uso da tecnologia.** XXVII Simpósio Nacional de História. Nata: RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1364935237_ARQUIVO_Anpuhthais.pdf. Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

FERREIRA, Gustavo Assed e MANGO, Andrei Rossi. Cultura como direito fundamental: regras e princípios culturais. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 80-98, Jan/Jun. 2017. Disponível em: https://www.indexlaw.org>article.>download>pdf. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Crítica Histórica**, v. 10, n. 19, 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/6812. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2006.

FROELICH, Helena Lúcia. Migrantes Intra-Estaduais em Rondonópolis-MT (1960-1980). **Anpuh - XXIII Simpósio Nacional de História**. **Londrina, 2005**. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_acf706d8f46eeb3bb48e4e375a0035cd.pdf. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH • São Paulo, julho 2011**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; WERLE, Bibiana Werle. Jogos, patrimônio cultural e ensino de história. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 3, p. 697-708, set./dez. 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IHPAN, Museu Imperial, 2003.

KIEFER, Luísa Martins Waetge. **Sobre fotografia e ficção: histórias em imagens.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Coracy. **Casario é revitalizado e tombado para abrigar a cultura de Rondonópolis**. Prefeitura Municipal de Rondonópolis, 2013. Disponível em: http://www.rondonopolis.mt.gov.br/noticias/casario-e-revitalizado-e-tombado-para-abrigar-a-cultura-de-rondonopolis/. Acesso em: 31 de maio de 2019.

LIMA, Lívia Moraes Garcia. A educação patrimonial e o turismo cultural coo ações educativas não formais no contexto de fazendas históricas paulistas. *In*: FERNANDES, Renata Sieiro; GROPPO, Luís Antonio e PARK, Margareth Brandini (orgs.). **Cidade, patrimônio educativo.** Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

LOPES, Cjanna Vieira; OLIVEIRA, Camila Rezende; SANTOS, Anderson Oramisio. **Das TICs à educação básica: contributos teóricos na formação docente**. Disponível em: http://cepedgoias.com.br/edipe/vedipefinal/pdf/gt13/co%20grafica/Camila%20Rezende%20Oliveira.pdf. Acesso em 10 de março de 2021.

MACEDO NETO, Manoel Pereira de. Parâmetros Curriculares Nacionais de História**:** desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. **Revista História em Reflexão**, v.3 n. 6, p. 06. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/487. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

MARTINEZ, Roberto. A Ecopedagogia e a Educação Ambiental nas Cidades Educadoras. In: FERNANDES, Renata Sieiro; GROPPO, Luís Antonio e PARK, Margareth Brandini (orgs**.). Cidade: Patrimônio Educativo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX.** Anais do Museu Paulista. v.13, n.1, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100005. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Árvores podem ser protegidas como patrimônio cultural.** Disponível em https://www.conjur.com.br/2017-set-30/ambiente-juridico-arvores-podem-protegidas-patrimonio-cultural. Acesso em 13 de dezembro de 2020.

NORA, Pierre. **Entre memórias e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo. n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. O Ensino de História em Mato Grosso: uma análise das orientações curriculares. Dossiê: Ensino de História e História da Educação: caminhos de pesquisa (Parte 2). História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: **UNEMAT Editora**, v.l. 5, n. 2, 2014.

OLIVEIRA, Milena Behling; RIBEIRO, Diego Lemos. Patrimônios Afetivos: Um Novo Recurso para o Turismo em Morro Redondo - RS, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 4, 2019. Disponível em http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6713/pdf Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

PACHECO, Larissa Migliavacca. Centro Histórico de Garopaba (SC): Relações entre Patrimônio e Identidade. In: CASTELLS, Alicia Norma González de e NARDI, Letícia (orgs.). **Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 148.

PACHECO, Ricardo de Aguiar**. Ensino de História e Patrimônio Cultural**: Um Percurso Docente. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Museu como lugar de aprendizagem: o tempo histórico. **XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. **27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis-SC**. Disponível em: http://siposg.furg.br>museu_lugar_aprender. Acesso em: 12 de maio de 2021**.**

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, Ricardo. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. Resgate**, v. XX, nº.23, jan. jul. 2012. p. 161-171.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PISANI, Maria Augusta Justi; OLIVEIRA, Luciana Monzillo de. Lei de incentivo à cultura e o patrimônio afetivo e urbanístico: Catedral de Santo Amaro, São Paulo. **Revista Projetar. Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 6, n.1, janeiro de 2021.

PLENS, Cláudia Regina. Patrimônio: uma via de mão dupla. IN: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (org). **Patrimônio e História**. Londrina. Unifil, 2014, p.36.

PRIAMO, Vania Inês Avila. Educar para o patrimônio: o projeto desenvolvido pelo Museu Histórico de Nova Hartz, no município de Nova Hartz/RS. In: **Revista do CEPA. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**. EDUNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. v. 31. n. 43, 2015. Disponível em https://online.unisc.br/seer/index.php/cepa/article/view/6810. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

QUEIRÓS, Vanessa. A Lei nº 5692/71 e o Ensino de 1º Grau: concepções e representações. **XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE 2013**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 23 a 26 de set. de 2013. Pp. 21027 a 21043.

RABELLO, Sonia. **O tombamento.** Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Espaço como Representação das Políticas Patrimoniais no Brasil. In: CASTELLS, Alicia Norma González de e NARDI, Letícia (orgs.). **Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 148.

ROSA, Rosemar; CECÍLIO, Sálua. Educação e o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação: a produção do conhecimento em análise. **Educ. foco,** Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 107-126, 2010.

SABALLA, Viviane Adriana. Educação Patrimonial: Lugares de Memória**. Revista Mouseion**, v. 1, 2007. Disponível em: httpps://portal.aprendiz.uol.com.br/20017/06/21-livros-gratuitos-sobre-educacao-epatrimonio/. Acesso em: 20/01/2019.

SANTOS, Maria Christina de Lima Félix. A educação patrimonial no meio educacional – Projeto da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul – Educar para proteger**.** In: **XXVII Simpósio Nacional de História.** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN: ANPUH, 22 a 26 de julho de 2013. p. 1-10.

SILVA, Advair Mendes. **O Migrante Rondonopolitano**. Rondonópolis-MT: (s.n), Rio Claro/SP: Gráfica Print. 2014.

SILVA, Cristiani Bereta da e ROSSATO, Luciana. A didática da história e o desafio de ensinar e aprender na formação docente inicial. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 3, p. 65-85 – 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307691571 A_didatica_da_historia_e_o_desafio_de_ensinar_e_aprender_na_formacao_docente_inicial>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

SCHWAB, Mariana de Castro. Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945). In: **XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**. Fortaleza, 2009. Anais. Fortaleza: UFCE, 2009.

TESORO, Luci Léa Lopes Martins. **Descobrindo Rondonópolis (MT).** LLLMT, 1997, pp. 24-50.

TESORO, Luci Léa Lopes Martins. **Rondonópolis-MT: Um Entrocamento de Mão Única – Lembranças e experiências dos pioneiros.** São Paulo, 1993.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; COSTA, Wilma Peres. Formação docente, história, memória e educação patrimonial: os desafios para a produção de novas práticas educativas. *In*: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (org). **Patrimônio e História**. Londrina. Unifil, 2014, p.23.

ZANIRATO, Silvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br>rbh. Acesso em 19 de maio de 2021.

ZANIRATO, Silvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. **Revista de História** 158 (1º semestre de 2008), 277-300. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313785090_Ordenamento_juridico_para_a_protecao_do_patrimonio_natural_no_Brasil. Acesso em: 19 de maio de 2021.

ZARPATO, Jaqueline Ap. M. Ensino de História e Educação Patrimonial: diálogos e reflexões para a prática educativa. *In*: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton e

NETO, José Maria. (org). **Canteiro de Histórias: texto sobre aprendizagem 12 histórica**. Rio de Janeiro/União da Vitória. Edição Especial Ebook LAPHIS/Sobre ontens, 2017, p. 123.

SITES PESQUISADOS E IMAGENS

ARAÚJO, Eduardo. "Fotógrafo". 2020.

Disponível em: http://www.rondonopolis.mt.gov.br/noticias/casario-e-revitalizado-e-tombado-para-abrigar-a-cultura-de-rondonopolis/; Acesso em: 31 de maio de 2019.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm; Acesso em 10 de maio de 2019.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6292.htm. Acesso em 10 de maio de 2019.

Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#1. Acesso em: 31 de maio de 2019.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126; Acesso em 20 de jun. 2019.

Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/2007/529/5288/lei-ordinaria-n-5288-2007-dispoe-sobre-oficializar-as-sete-maravilhas-no-municipio-de-rondonopolis-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias?q=casario; Acesso em: 12 de jun. de 2020.

Disponível em https://www.regionalmt.com.br/noticia/14617/Quadra-de-Esportes-do-EEMOP-e-os-tempos-de-gloria; Acesso em: 12 de novembro de 2020.

Disponível em: https://www.google.com/maps; Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/rondonopolis.html; Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

Disponível em: https://gazetamt.com.br/15/3/2017/contra-reforma-servidores-de-rondonopolis-fazem-ato-de-protesto-na-praca-brasil1/; Acesso em: 12 de outubro de 2020.

Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/decreto/2013/699/6985/decreto-n-6985-2013-determina-o-tombamento-do-complexo-de-imoveis-edificados-sobre-as-areas-i-e-ii-da-quadra-49c-matriculas-n-6645-e-13051-denominado-casario?q=casario; Acesso em: 05 de junho de 2020.

Disponível em: https://www.atribunamt.com.br/2007/10/11/rondonopolis-ja-tem-suas-7-maravilhas/; Acesso em 12 de jun. de 2020.

Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/historico; Acesso em 20 de março de 2020.

Disponível em: http://www.rondonopolis.mt.gov.br/cidade/hino/; Acesso em 23 de novembro de 2020.

Disponível em: https://www.dicio.com.br/tombamento/; Acesso em 04 de março de 2020.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126; Acesso em 12 março de 2020.

Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Rondonopolis-MT/; Acesso em: 29 de junho de 2020.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/eemoproo>; Acesso em 23 de novembro de 2020.

Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/r/rondonopolis/lei-ordinaria/1997/278/2777/lei-ordinaria-n-2777-1997-dispoe-sobre-a-definicao-da-data-de-fundacao-do-povoado-do-rio-vermelho-rondonopolis-e-da-outras-providencias?q=2777; Acesso em: 03 de jun. de 2020.

Disponível em: http://www.turismoruralmt.com/2018/02/reliquias-fotos-antigas-de-rondonopolis.html; Acesso em 29 de janeiro de 2021.

Disponível em: https://qedu.org.br/escola/250441-ee-major-otavio-pitaluga/sobre. Acesso em 23 janeiro de 2021.

Disponível em: http://www.folharegionalmt.com.br/noticia.php?id=14612; Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

Disponível em: http://circuitomt.com.br/editorias/artigos/143587-cibae-modojebado-a-rosa-bororo-uma-homenagem.html; Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

Disponível em: http://www.regionalmt.com.br/pdfs/FRegionalMT-ed413.pdf; Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Disponível em: http://meridiano52.com.br/noticia/2856/museu-rosa-bororo-acervo-mostra-um-pouco-da-nossa-historia; Acesso em: 20 de maio de 2021.